UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

BERTHOLDO MAURÍCIO DA COSTA

**Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: a Casa Crescer e
Brilhar de São Vicente - SP**

São Paulo

2018

BERTHOLDO MAURÍCIO DA COSTA

**Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: a Casa Crescer e
Brilhar de São Vicente - SP**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo alterações solicitadas pela comissão julgadora em 25 de outubro de 2018. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CPG da EACH, de acordo com as Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Ações Coletivas, Movimentos e Mudanças Sociais.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Patricia Junqueira Grandino

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Costa, Bertholdo Maurício da

Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: a Casa Crescer e Brilhar de São Vicente - SP / Bertholdo Maurício da Costa ; orientadora, Patrícia Junqueira Grandino. – 2018.
181 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Crianças - Aspectos sociais - Brasil. 2. Adolescentes - Aspectos sociais - Brasil. 3. Direitos da criança e do adolescente - Brasil. 4. Casa Crescer e Brilhar - São Vicente (SP). I. Grandino, Patrícia Junqueira, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 305.230981

COSTA, Bertholdo Maurício

Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: a Casa Crescer e Brilhar de São Vicente - SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Ações Coletivas, Movimentos e Mudanças Sociais

Aprovado em: 25/10 /2018

Banca Examinadora

Prof. Dr.	Ediógenes	Aragão	Instituição:	_Unicamp_____
	Santos			
Julgamento:	_____		Assinatura:	_____
Prof. Dr.	Izalto Junior	Conceição	Instituição:	_____
	Matos			
Julgamento:	_____		Assinatura:	_____
Prof. Dr.	Silvia	Helena	Instituição:	_EACH-USP_____
	Zanirato	_____		
Julgamento:	_____		Assinatura:	_____

Dedico esse trabalho a todas e todos, que por diferentes motivos, viveram em instituições durante a infância e a adolescência, especialmente para os cerca de quatrocentos atendidos no Serviço de Acolhimento Casa Crescer e Brilhar de São Vicente - SP.

Agradecimentos

Muita gente ajudou na pesquisa, nas trocas de opiniões sobre leituras, nas entrevistas entre outras tarefas que a elaboração da dissertação exigiu. Agradeço inicialmente à minha orientadora Prof^ª Dr^a Patricia Junqueira Grandino, pela orientação firme, por ter acreditado na proposta desde o início.

Aos professores Dr^o Roberto da Silva (FE-USP) e Dr^a Silvia Zanirato (EACH-USP), por suas aulas, atenção e todas as observações feitas durante o exame de qualificação.

Para a professora Dr^a Ediógenes Aragão Santos e também o professor Dr^o Izalto Junior Conceição Matos, pela leitura atenta e importantes observações no momento da defesa.

Agradeço aos colegas do PROMUSPP - Mestrado Acadêmico em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP e do PSIIJUV- Grupo de Pesquisa em Psicanálise e Interdisciplinaridade para Infância e Juventude, especialmente Marco Maída e Cristiane Pereira pelo trabalho durante as disciplinas, eventos e a maravilhosa convivência.

Aos profissionais e voluntários da Casa Crescer e Brilhar, que atenderam esse pesquisador em inúmeras visitas. Às pessoas que colaboraram com seus depoimentos e empréstimos de materiais: Anguair Gomes dos Santos, Mirella Martina Barros dos Santos, Celia Regina Moraes Lima, Elisa Yoshida e Luciana Antunes. Para toda a equipe, meu muito obrigado.

Para meu pai João Maurício da Costa (*in memórian*) e minha tia Neli Tavares Gonçalves, por me contarem, ainda na infância, as histórias que passaram em instituições totais.

Minha mãe Christina, por sua ternura e por me contar as histórias sobre a Irmã Maria Dolores e a vida em São Vicente na década de 1970.

Para minha companheira Lucia Silva Parra, por leituras, opiniões e cumplicidade.

Para as crianças e adolescentes, residentes, como são chamados os acolhidos na Casa Crescer e Brilhar, na pessoa de Moisés (*in memórian*), ex residente, que me explicou que eu "não estava arrumado para uma festa, sem passar gel no cabelo". Moisés precisava estar arrumado para sentir que era capaz de alguma coisa. Necessitei de muito tempo e leitura para entender que era capaz de tocar a pesquisa, para entender o Moisés.

*"Marie Farrar, nascida em abril
Falecida na prisão de Meissen
Mãe solteira, condenada, pode lhes mostrar
A fragilidade de toda a criatura. Vocês
Que dão a luz entre lençóis limpos
e chamam de "abençoada" sua gravidez
Não amaldiçoem os fracos e rejeitados, pois
Se o seu pecado foi grave, o sofrimento é
grande.
Por isso lhes peço que não fiquem indignados
Pois todos nós precisamos de ajuda, coitados".
(BRECHT, 2000, p. 43).*

RESUMO

COSTA, Bertholdo Maurício. **Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil**: a Casa Crescer e Brilhar de São Vicente - SP. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão corrigida.

Este texto pretende investigar quais paradigmas pautaram as políticas de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, no século XX e início do XXI, através do conceito de paradigma de dois autores; Roberto da Silva e Sylvia Constant Vergara, analisando um serviço de acolhimento específico: a Casa Crescer e Brilhar de São Vicente - SP e se o serviço de acolhimento analisado, está conseguindo implementar as mudanças introduzidas pela doutrina da proteção integral e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Para isso, buscamos a história da Casa Crescer e Brilhar, uma instituição fundada em 1974 para abrigar crianças e adolescentes em situação irregular, conforme a legislação vigente na época. Utilizamos atas das reuniões de diretoria da instituição, prontuários de atendimento, jornais e depoimentos de profissionais que trabalham na instituição, através da metodologia da análise de conteúdo. Observa-se, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, um gradual avanço no que preconiza a nova legislação, principalmente no contato e reaproximação com as famílias, no exercício do direito ao lazer e a preparação para o mundo do trabalho. A instabilidade dos convênios com o município e os editais de fomento que propiciam recursos financeiros, desgastam a equipe técnica e a diretoria, mas foram responsáveis por boa parte das conquistas. A falta de políticas públicas no município para a saúde, educação e habitação, alimentam ciclos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de famílias pobres.

Palavras-chave: Serviço Social. Serviço de Acolhimento. Educação. Infância. Trabalho. Lazer. Família.

ABSTRACT

COSTA, Bertholdo Maurício. **Paradigms of the institutionalization of children and adolescents in Brazil**: the House Grow and Shine of São Vicente - SP. 2018. 183 p. Dissertation (Master in Social Change and Political Participation) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Original version.

This text intends to investigate which paradigms guided the policies for the reception of children and adolescents in Brazil, in the twentieth century and the beginning of the XXI, through the paradigm concept of two authors; Roberto da Silva and Sylvia Constant Vergara, analyzing a specific reception service: Home Grow and Shine of São Vicente - SP and if the host service analyzed, is managing to implement the changes introduced by the doctrine of integral protection and by the Statute of the Child and of Adolescents - ECA. For this, we look for the history of Home Grow and Shine, an institution founded in 1974 to house children and adolescents in an irregular situation, according to the legislation in force at the time. We use minutes of the board meetings of the institution, care records, newspapers and testimonials of professionals working in the institution, through the methodology of content analysis. We find situations that indicate gradual achievements in attending the entity, complying with what determines the legislation, mainly in the contact and rapprochement with the families, in the exercise of the right to leisure and preparation for the world of work. The instability of the agreements with the municipality and the funding announcements that provide financial resources, wear out the technical team and the board, but were responsible for most of the achievements. The lack of public policies in the municipality for health, education and housing, feed institutional cycles of children and adolescents from poor families.

Keywords: Social Services, Children's shelters, Education, Childhood, Work, Leisure, Family.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCESSO DE PESQUISA	18
3	HISTÓRICO DAS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NAS	20
	POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE	
	CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	
3.1	AS NOÇÕES DE PARADIGMAS.....	22
4	PENSANDO A HISTÓRIA DO ABANDONO E DO	28
	ABRIGAMENTO.....	
5	BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E	42
	ADOLESCENTES NO BRASIL.....	
6	POLÍTICA DE ABRIGAMENTO NO BOJO DA DOCTRINA DE	47
	PROTEÇÃO INTEGRAL.....	
7	METODOLOGIA.....	50
7.1	DIPLOMÁTICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA TRATAR AS	51
	ATAS DE REUNIÕES DA DIRETORIA E PRONTUÁRIOS DA	
	CASA CRESCER E BRILHAR.....	
7.1.1	As atas.....	54
7.2	OS PRONTUÁRIOS.....	59
8	A CASA CRESCER E BRILHAR - SERVIÇO DE	66
	ACOLHIMENTO EM SÃO VICENTE - SP.....	
9	ANÁLISE DE DADOS.....	79
9.1	ANALISANDO OS TERMOS TRABALHO, LAZER E FAMÍLIA	88
	NAS ATAS E PRONTUÁRIOS DA CASA CRESCER E	
	BRILHAR.....	
9.1.1	Analisando o termo trabalho nas atas da Casa Crescer e Brilhar.	88
9.1.2	O termo Lazer na documentação da Casa Crescer e Brilhar.....	96
9.1.3	O Ponto de Cultura.....	101
9.1.4	Analisando o termo família.....	105
<u>9.1.4.1</u>	<u>As Famílias na Casa Crescer e Brilhar.....</u>	107
9.1.5	As crianças e os seus prontuários	116
<u>9.1.5.1</u>	<u>Motivações para acolhimento de crianças e adolescentes nos</u>	124
	<u>prontuários da Casa Crescer e Brilhar.....</u>	
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS.....	134
	APÊNDICE – ENTREVISTAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

Durante uma aula de graduação em Lazer e Turismo na EACH-USP, o Professor Drº Sidnei Raimundo tentava fazer com que seus alunos escolhessem seus temas de pesquisa na disciplina ao dizer “O melhor tema é aquele que você pode observar da janela”. Penso que meu tema de pesquisa saiu da minha própria casa, da vida de alguns familiares e do trabalho que tenho exercido na Casa Crescer e Brilhar desde 1999.

Explico que três anos depois da morte de meu pai, ocorrida em outubro de 2013, tomei coragem, organizei meu tempo e fui limpar a pequena loja deixada por ele; uma mercearia, um tipo de birosca na periferia de Santos-SP. Potes de balas vazios, artigos de plástico e pequenas utilidades domésticas ainda estavam sob camadas de poeira. Na gaveta de um velho balcão encontrei um surrado caderno escolar com texto confuso; a tentativa de elaboração de uma autobiografia. Já na primeira página, meu pai conta sobre a morte de meu avô, deixando meu pai com quatro anos de idade e minha tia com seis.

Três anos depois da foto que segue, por conta da morte do pai, o caçula João foi deixado em uma instituição. O texto no caderno explica a decisão de minha avó em deixar o filho em um abrigo – Educandário Anália Franco em Santos-SP. Narra que meu avô, nascido em Pernambuco, “filho de mãe solteira”, foi colocado num colégio interno com nome – Roda", possivelmente “a filial” de Recife, a Roda de Olinda.

Figura 1 - A Família Costa em Santos.

Fonte: Arquivo do autor (1938)..

Sem dar conta das histórias de meu pai, conheci a Casa Crescer e Brilhar com o nome de Casa do Menor de São Vicente em 1999. Recém-formado em História, desejava começar a lecionar. Dois amigos que já atuavam como voluntários na entidade fizeram o convite, Stênio Matheus de Moraes Lima, filho da então presidente Celia Regina Moraes Lima e estudante de licenciatura em História, ministrava reforço escolar e atividades de leitura, Andrea Lopes, estudante de Artes Cênicas auxiliava nas atividades. A ideia era prosseguir com a experiência e formar um grupo de teatro dentro da entidade, possibilitando melhoria no desenvolvimento escolar das crianças e jovens, além de reduzir conflitos – pedidos da equipe de funcionários da entidade.

No decorrer dos anos, outros integrantes vieram fazer parte da "trupe", entre eles Anguair Gomes dos Santos, graduado em pedagogia e Mirella Martina Barros dos Santos, Assistente Social.

Figura 2 - O pesquisador como voluntário da Oficina de teatro com crianças residentes da então Casa do Menor.

Fonte: Arquivo do autor (2000).

A experiência durou um ano, mais aprendi do que ensinei. O pedagogo Anguair Gomes dos Santos nos contava sobre o tempo em que foi fuzileiro naval, a infância e a juventude na Escola XV, uma escola de regime interno que pegou a transição entre os sistemas SAM e FUNABEM no Rio de Janeiro. Sua história de vida se confundia com parte da história do abrigamento de crianças no século XX, deixou de ser interno do sistema para

tornar-se educador. Estávamos todos ali, cerca de quarenta crianças e adolescentes (o ECA recomendava apenas vinte), educadores, voluntários, uma Assistente Social, a Mirella Martina Barros dos Santos e uma psicóloga. Para surpresa das crianças e adolescentes, a oficina levou a uma montagem com cartaz, pôster, estreia e até uma pequena turnê pela região de "Uma história para Chapeuzinho e o Lobo".

Quando participava de reuniões para escrever projetos, fazer avaliações das atividades com a equipe técnica da instituição, ouvia histórias sobre o projeto de um abrigo com centenas de vagas, observava a documentação espalhada em diversos locais, com os vários nomes que a Casa Crescer e Brilhar teve desde a sua fundação, refletindo de alguma maneira, as mudanças nas políticas de atendimento de crianças e adolescentes no país.

Como educador e voluntário no serviço de acolhimento, fui percebendo, registrando e pesquisando fatos. Na família, sou a primeira geração, do lado paterno, que não morou em abrigo. Coube a mim contar as histórias.

2 PROCESSO DE PESQUISA

O sociólogo José de Souza Martins em seu texto *A aparição do demônio na fábrica*, no meio da produção¹ recorreu a um fato de sua própria memória; o tempo de sua adolescência quando trabalhava em uma fábrica de cerâmica, para elaboração de um estudo sobre o cotidiano operário. O pesquisador indica que um dos cuidados que tomou foi a elaboração minuciosa de um documento escrito sobre os processos que envolveram a pesquisa. Por sugestão de minha orientadora, comecei então a fazer "um diário de campo" com as impressões e descrições das oficinas de teatro que ministrei com adolescentes e crianças na instituição durante o primeiro semestre de 2016, contando ainda com minhas observações sobre a atuação de educadores sociais, gestores entre outros personagens envolvidos no atendimento prestado pela instituição. Para ajudar no entendimento de tal situação e no distanciamento necessário do objeto de pesquisa, sobretudo porque participava da instituição como educador voluntário encontrei o livro do sociólogo Erving Goffman - *Manicômios, prisões e conventos*, explicando a natureza de sua pesquisa dentro de um hospital psiquiátrico nos Estados Unidos durante a década de 1950.

De acordo com Goffman (1974, p. 8)

Comecei o trabalho como assistente do diretor de atletismo, - quando obrigado a confessar ser um estudante de recreação e vida comunitária - e passava o dia com os pacientes, evitando contatos com a equipe médica e sem ter chave para sair do local. Não dormia nas enfermarias e a direção do hospital sabia quais meus objetivos.

Essa experiência pessoal e o reconhecimento das mudanças históricas nas políticas de atendimento a crianças e adolescentes, fizeram com que realizasse pesquisa sobre o histórico de políticas do abrigamento² no Brasil. Interessa-nos compreender, como as doutrinas que sustentam as diferentes legislações se traduzem em práticas institucionais. Mais especificamente, buscamos identificar aspectos das práticas institucionais, de seus gestores, educadoras, com vistas a compreender se os pressupostos da doutrina da proteção integral estão sendo cumpridos.

As questões que pretendemos responder nessa pesquisa podem ser enunciadas:

1 MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica*, no meio da produção. **Tempo Social**. Editado em novembro de 1994.

2 Com a Lei nº 12.010 de 29 de julho de 2009 o termo abrigamento foi substituído por acolhimento, demonstrando o caráter breve que deve durar o afastamento da família. Passaremos a utilizar o termo acolhimento ao apontar fatos posteriores a 2009.

- Quais paradigmas pautaram as políticas de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, no século XX e início do XXI?
- A análise de um serviço de acolhimento específico permite verificar as mudanças paradigmáticas das políticas de acolhimento?
- O serviço de acolhimento analisado está conseguindo implementar as mudanças introduzidas pela doutrina da proteção integral e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA?

Para tanto, essa pesquisa investigará uma situação específica: a Casa Crescer e Brilhar do município paulista de São Vicente, que acolhe crianças e adolescentes e conta atualmente com um Serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares em territórios; atua em bairros residenciais do seu entorno com altos índices de crianças e adolescentes no Serviço de Acolhimento.

Para esta análise, nos debruçamos sobre as atas que documentam as reuniões da diretoria entre os anos de 1974 e 2017, dez prontuários de crianças e adolescentes por eles acolhidos e depoimentos de quatro pessoas envolvidas na gestão da entidade.

Para cada período destacado, apontaremos uma alternativa ao modelo da época, outras formas de encarar as questões do abandono e do acolhimento, diferentes do que foi adotado no Brasil e principalmente em São Vicente, na época da criação da Casa Crescer e Brilhar ou Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente em 1974.

3 HISTÓRICO DAS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NAS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Pensamos a questão do abrigo de crianças e adolescentes como uma das formas de atendimento que o Estado brasileiro organizou e colocou em funcionamento durante o século XX, visando o atendimento dos filhos das camadas mais pobres da população. Temos então um grupo social com baixa capacidade de agregação política; crianças e adolescentes de famílias pobres. Uma parcela das famílias pobres recorria a instituições de abrigo pensando tratar-se de colégios internos públicos. Foram raras as chances desse grupo social organizar uma reação e reivindicar direitos, que durante o funcionamento dos sistemas SAM (Serviço de Assistência ao Menor) e FUNABEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) na década de 1940 e 1960, poderiam significar, entre outras coisas, a internação em uma instituição oficial.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p. 40)

Duas constatações encontradas nos próprios textos da FUNABEM, com base nos levantamentos estatísticos, demonstram o manejo do internamento pelas famílias. Estas, desde os primórdios da criação da Fundação, buscavam internar os filhos em idade escolar, desejando um "local seguro onde os filhos estudam, comem e se tornam gente". A preocupação era de garantir a formação escolar e profissional dos filhos. (RIZZINI, RIZZINI, 2004. p. 40).

Nesse sentido, o fato de muitas mães buscarem a internação de seus filhos, ao contrário de representar falta de compromisso com a criação dos mais jovens, esconde uma preocupação real de garantir o acesso a uma boa educação, à formação profissional, chances de um futuro melhor do que os pais tiveram.

Ao relatar o cotidiano de crianças em uma unidade da FEBEM, a UE- 2, Unidade Educacional D. Paulina de Souza Queiroz, localizada na Rodovia dos Imigrantes, na cidade de São Paulo em 1986, a pesquisadora Ethel Volfzon Kosminsky descreve um grupo de crianças que possui família, mas que foram entregues à instituição, muitas vezes pelas próprias mães, empregadas domésticas, chefes de família. Mães que ganhavam pouco e trabalhavam muito. (KOSMINSKY, 1993. (p. 163).

Essa ideia de crianças e adolescentes que possuem família, mas que foram levadas para instituições, tem como uma de suas origens a estrutura desenvolvida a partir da criação

de um Juizado de Menores no Brasil em 1923, sendo Mello Mattos o primeiro juiz de menores da América Latina e a promulgação do Código de Menores em 1927.

De acordo com Rizzini (2008, p. 129-130)

A Justiça de Menores no Brasil foi fundamentada no debate internacional do final do século XIX, tendo a América latina como uma espécie de laboratório das ideias que circulavam na Europa e na América do Norte. Concebida com um escopo de abrangência bastante amplo, seu alvo era a infância pobre que não era contida por uma família considerada habilitada a educar seus filhos, de acordo com os padrões de moralidade vigentes. Os filhos dos pobres que se encaixavam nesta definição, portanto passíveis de intervenção judiciária, passaram a ser identificados como “*menores*”.

O Estado julgando a família pobre como incapaz de criar seus filhos, propiciou várias fases do que chamamos políticas de abrigamento de crianças e adolescentes, que permaneceram afastados de suas famílias, residindo em instituições.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, instituiu como a sétima de nove medidas protetivas, o abrigamento em instituição, que deveria ocorrer pelo menor período possível. Na prática, percebemos crianças que se tornaram adolescentes e adultos dentro de abrigos públicos, mantidos por organizações do terceiro setor ou religiosos. Com a Lei nº 12.010 de 29 de julho de 2009 o termo abrigamento foi substituído por acolhimento, demonstrando o caráter transitório, breve que deve durar o afastamento da família, muito embora as mudanças resistam a serem efetivadas, como indica Alison Sutton no prefácio de A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente³.

De acordo com Sutton (2004, p.9)

Treze anos após a aprovação da lei, a sociedade brasileira ainda se depara com o fato de existirem crianças sendo frequentemente encaminhadas para instituições que pouco diferem dos antigos asilos ou orfanatos. Como toda a realidade com raízes profundas, grandes são as dificuldades e tímidas, as mudanças.

A lentidão na aplicação de mudanças trazidas com a legislação de garantia de direitos a crianças e adolescentes, aponta que alguns elementos característicos de cada fase elencada por pesquisadores do tema, não foram de fato vencidas no decorrer de décadas. Isso nos remete a uma série de mudanças paradigmáticas, que não se dão linearmente, sobrepondo-se a antigas práticas, como o fato de determinar a pobreza de uma família como justificativa para a

3 Prefácio de Alison Sutton em RIZZINI, RIZZINI, 2004. p. 9.

institucionalização dos seus filhos, as características de organização familiar e a construção da ideia, por parte de membros das famílias, de que a instituição é mais competente para a formação da criança e do adolescente.

Diferentes paradigmas para o abrigo foram colocados em prática no Brasil, desde o período colonial. Ideias que estavam de acordo com os valores e preceitos de cada época e que resultaram em práticas específicas.

3.1 AS NOÇÕES DE PARADIGMAS

Se o senhor K. Amasse alguém.

“O que faz você”, perguntaram ao sr. K., “quando ama uma pessoa?”
 “Eu faço um esboço dela”, disse o sr. K., “e cuido para que seja semelhante.”

”O quê? O esboço? “Não”, disse o sr. K., “a pessoa.”

Bertolt Brecht.⁴

Desenvolver modelos baseados na realidade ou moldar a realidade de acordo com o modelo? A ideia de paradigma pode ser observada na obra *A estrutura das revoluções científicas* de 1978, do físico alemão Thomas Kuhn, reconhecendo que nos diversos momentos históricos e nos diferentes ramos da ciência há um conjunto de crenças, visões de mundo e de formas de trabalhar, pensados pela comunidade científica. (KUHN, 2009).

O conceito de paradigma surgiu das experiências de Thomas Kuhn (1922-1996) como cientista. Ele notou que a prática científica é uma tentativa de busca para que a natureza possa encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos fornecidos pelo paradigma. Na ausência de um paradigma, todos os fatos significativos são pertinentes ao desenvolvimento de uma ciência. O motor da ciência é a luta entre modelos explicativos, entre diferentes concepções de mundo.

O sociólogo polonês Zigmunt Bauman (1925-2017) indica como esse conjunto de crenças engessa, condiciona o pesquisador a pensar dentro do que está legitimado, compreendendo os fatos que não se encaixam como irrelevantes, anomalias.

De acordo com Bauman (2010, p. 9)

Os estudiosos, como assinala Kuhn, buscam fenômenos que a descrição preestabelecida da realidade (chamada por ele de "paradigma") em que foram treinados os orienta a notar e registrar como "relevantes". Concentrando sua atenção sobre objetos e eventos "legitimados" dessa maneira pelo paradigma, eles deixam de reparar, ou dispensam e colocam de lado todos os fenômenos que "não se encaixam", tratando-os como irrelevantes ou anomalias "bizarros".

4 BRECHT, Bertolt. **Histórias do Sr. Keuner**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 35.

Anomalias, “bizarrices”, quando consideradas e analisadas, podem levar o pesquisador a resultados que colocam em dúvida estudos já consolidados. Quando o paradigma sofre anomalias, “bizarrices”, afetando a existência do paradigma com difícil solução, fica evidenciada uma crise. Tais estudos podem ocupar mais de uma geração para que sejam concluídos.

De acordo com Kuhn (2009, p. 25 e 26).

Regularmente e de maneira apropriada, a invenção de novas teorias acaba evocando a mesma resposta por parte de alguns pesquisadores que vêem sua área de competência infringida por essas teorias. Para esses homens, a nova teoria implica uma mudança de regras que governam a prática anterior da ciência normal. Por isso, a nova teoria repercute inevitavelmente sobre muitos trabalhos científicos concluídos com sucesso. Esse processo revolucionário raramente é completado por um único homem e nunca de um dia para o outro. Não é de admirar que os historiadores tenham encontrado dificuldades para datar com precisão este processo prolongado, ao qual, impelidos por seu vocabulário, vêem como um evento isolado.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos em seu livro intitulado - Introdução a uma ciência pós-moderna - , faz referência à obra de Thomas Kuhn explicando sobre dois tipos de crise: a primeira é a crise de crescimento, caracterizada por um nível de matriz disciplinar de um dado ramo da ciência, revelado na insatisfação perante métodos ou conceitos básicos até então usados sem qualquer contestação na disciplina. Insatisfação que aliás, decorre da existência, ainda que por vezes apenas pressentida, de alternativas viáveis. Outro tipo de crise que Souza Santos aponta passarmos na atualidade é a chamada crise de degenerescência, assim chamada pelo fato de atravessar todas as disciplinas, ainda que de modo desigual, a um nível mais profundo. (SANTOS, 1989.).

O termo é também utilizado na área de ciências humanas, nos estudos sobre o atendimento de crianças em instituições. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Roberto da Silva (1997) dividiu o pensamento assistencial brasileiro sobre crianças e adolescentes em cinco fases distintas; Filantrópica (1500-1874), Filantrópica - Higienista (1874-1922), Assistencial (1924-1964), Institucional Pós-64 (1964-1990) e a Desinstitucionalização (1990-?). (SILVA, 1997).

Com balizamento iniciado na chamada República Nova na década de 1930, outra periodização foi feita pela pesquisadora Sylvia Constant Vergara, descrevendo três diferentes

paradigmas para o atendimento de crianças e adolescentes pobres no Brasil do século XX: a) correcional-repressivo; b) assistencialista; c) humanista. (VERGARA, 1992. p. 131).

O paradigma correcional repressivo encara a criança e o adolescente, marginalizados das políticas sociais básicas, como menores delinquentes, percebendo então a necessidade de fundar organizações governamentais que pudessem corrigi-los, regenerá-los, recuperá-los. Nesse contexto foi criado na década de 1940 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O paradigma assistencialista percebe a criança e o adolescente marginalizados como menores carentes, para os quais são necessárias políticas sociais compensatórias. O SAM foi substituído na década de 1960 pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão normativo no nível federal e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do menor (Febem), órgão executores no nível estadual. O paradigma humanista percebe os que em outros períodos eram designados como menores, como as crianças e os adolescentes em fases distintas de desenvolvimento biopsicossocial, sobretudo, cidadãos. (VERGARA, 1992.p. 131).

As práticas e políticas de abrigamento estão repletas de marcas do passado, como um palimpsesto, um pergaminho onde informações novas são colocadas sobre textos antigos. A diferença é que o conteúdo, novas imagens ou manuscritos nos palimpsestos não são alterados pela informação anterior: no caso do abrigamento de crianças, as informações de diferentes épocas contaminam práticas atuais, como a imposição de religião, a pobreza como motivo para o abrigamento em instituições.

Vivemos uma espécie de retórica que guarda relação com o passado, práticas como o envolvimento das religiões no processo de atendimento de crianças e adolescentes aparecem em diferentes momentos desde o período colonial brasileiro, quando a filantropia da Igreja católica cuidava dos órfãos e abandonados. Posteriormente a República, no final do século XIX e início do XX, construiu a ideia de que famílias pobres e que não eram caracterizadas pelo patriarcado seriam incompetentes para criar seus filhos, levando em frente debates que desaguarão na elaboração do Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, primeiro código de menores do país o Código Mello Mattos, o estado laico passou a assumir os abandonados, mas, na prática, uma união entre a filantropia e o judiciário foi responsável por boa parte dos atendimentos. (RIZZINI, 2008. p. 116).

Passamos no século XX, por diferentes períodos em que se repetia que as crianças só deveriam ser institucionalizadas como último recurso. Não se fala mais de internação de menores abandonados e delinquentes, mas sim do abrigamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, também em último caso, respeitando o que está previsto no ECA

– o direito à convivência familiar e comunitária⁵. (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Notamos que os termos podem ter sido modificados, grandes conquistas sobre os direitos de crianças e adolescentes são incontestáveis, mas alguns resquícios de ideias e práticas do passado persistem.

Os depoimentos dos profissionais do Serviço de Acolhimento em São Vicente- SP e de pessoas que viveram nas instituições em diferentes fases históricas do século XX, em alguns casos os trabalhadores da instituição também viveram no sistema de abrigamento, são necessários para compreender e definir alguns conceitos, como o de instituição total. (GOFFMAN, 1974). Para esse autor, trata-se de local fechado, onde o indivíduo é controlado por regras, sem possibilidade de deixar o local por livre vontade. Nas atuais instituições de acolhimento, a criança ou adolescente é livre para ir e vir, mas acaba sofrendo o estigma de ser residente em serviço de acolhimento.

Em seu livro intitulado *Estigma*, Irwing Goffman (1963) aponta um sentido mais amplo sobre o indivíduo estigmatizado, explicando sobre identidade pessoal e social.

De acordo com Goffman (1963, p. 116)

No caso da identidade pessoal, esses interesses e definições podem surgir antes mesmo de o indivíduo nascer e continuam depois dele haver sido enterrado, existindo então, em épocas em que o próprio indivíduo não pode ter nenhuma sensação inclusive as sensações de identidade.

A criança ou adolescente pode acabar sendo identificada com os problemas da família, da região, do local, instituição onde vive. Educandário, orfanato, casa de triagem e recuperação, casa do menor até a promulgação do ECA em 1990, abrigo até 2009, quando o termo passou a ser Serviço de Acolhimento, buscando enfatizar o princípio da brevidade da permanência de crianças e adolescentes nessas organizações.

O ato de voltar da escola no bairro, acompanhando amigos pela rua, sendo visto entrando na instituição ou mesmo nas situações de indisciplina, quando profissionais da instituição escolar pedem a presença dos pais e responsáveis e quem comparece na escola é o Educador social ou Assistente Social da instituição de acolhimento, acabam determinando atributos em crianças e adolescentes acolhidos.

No caso do acolhimento de crianças e adolescentes, podemos acabar deixando de lado a percepção de determinadas permanências nas práticas institucionalizadas, analisando apenas o conteúdo presente nas atas oficiais e na legislação. O irrelevante, o "bizarro" nesse caso,

5 Brasil Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069/90. (Artigos 19 e 92).

não se encontra nas mudanças, mas nas continuidades. É o fato de um atual diretor da Casa Crescer e Brilhar, antigo interno da FUNABEM na década de 1960, declarar durante seu depoimento para esse pesquisador, que encontrou na instituição de 1999 as mesmas características na organização de elementos da rotina das crianças, como móveis presos para que não pudessem ser removidos em rebeliões, colheres para alimentação sem garfos ou facas, ausência de espaços privativos para separação das roupas, quase dez anos depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Analisando o atendimento em instituições de abrigamento como forma de atendimento do estado brasileiro aos mais pobres, entendemos a assistência social como área das ciências humanas que têm por objeto de estudo um objeto que faz uso da mesma linguagem de base que a ciência pretende estudar.

O campo das ciências humanas, especificamente da educação de crianças e adolescentes, constitui uma das áreas de estudo em que grande parte das pessoas acredita ter competência para discutir e propor soluções.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004), aponta como as ciências, pretensamente exatas racionais acabam sofrendo influências da sociedade, enquanto as chamadas ciências humanas sofrem maior pressão.

De acordo com Bourdieu (2004, p. 22)

Dizemos que quanto mais autônomo for o campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a “politização” de uma disciplina não é indicio de uma grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pelas ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas.

No caso das instituições filantrópicas que realizam o trabalho de acolhimento de crianças e adolescentes, constitui fato corriqueiro que a administração da instituição seja feita por voluntários, pessoas que não possuem necessariamente formação na área de atuação da entidade, marcando o caráter doméstico e filantrópico desse tipo de assistência.

Um exemplo sobre como tais mudanças na legislação refletem a compreensão dos efeitos deletérios de períodos longos de institucionalização de crianças e adolescentes pode ser percebido na leitura de Goffman, destacando o peso do estigma que recai sobre sujeitos institucionalizados.

De acordo com Goffman (1963, p. 13)

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.

Na instituição, menina ou menino, passam a fazer parte do cotidiano, da burocracia, dos horários e tarefas. Perdem suas identidades, a comida com que costumavam se alimentar é substituída por outra de origem desconhecida, a igreja visitada com a família não existe no bairro onde fica a instituição. Enquanto a entidade, privada ou estatal, através de seus dirigentes, crenças que possuíam as melhores intenções, abrigando dezenas ou centenas de crianças e adolescentes, fornecendo abrigo, comida e por vezes trabalho, na verdade afastavam-nos das comunidades de origem, destituindo-lhes desua individualidade no trato com a comida e as roupas em sistema de uniforme.

4 PENSANDO A HISTÓRIA DO ABANDONO E DO ABRIGAMENTO

Identificamos as origens da assistência aos mais pobres, crianças ou adultos na Idade Média e na formação dos estados absolutistas da Europa. A forma como a nobreza perdeu prestígio aos poucos com a ascensão da burguesia, a transformação da terra e do trabalho humano em capital, mostrou como a pobreza teve sua origem nas relações desiguais de poder, assim surgindo uma das primeiras formas de suposto enfrentamento do problema, a filantropia. Mas a assistência aos pobres era apenas uma pequena questão entre milhares que o Estado centralizado devia assumir, pois restava abandonada em todo o país. Meios de violência não eram o único fator de poder sobre o qual a monarquia absolutista reivindicava um monopólio. (BAUMAN, 2010).

As leituras mostraram que o Estado Liberal está mais baseado em crenças do que em elementos reais. A pobreza, perigosa para a manutenção do poder dos patrões e do Estado precisava ser controlada. Considerações semelhantes podiam se aplicar ao aumento no número de desempregados em sociedades industrializadas.

De acordo com Polanyi (2000, p. 142)

As autoridades locais aproveitavam, com satisfação, a demanda inesperada dos moinhos de algodão por menores carentes, cujo aprendizado ficava a cargo da paróquia. Centenas deles eram encaminhados às manufaturas, muitas vezes em partes distantes do país.

A filantropia montada pela Igreja em Portugal, por meio das Santas Casas de Misericórdia e na Inglaterra com a lei dos Pobres, constituiu uma estrutura de atendimento social pensada sob a perspectiva do trabalho para os mais pobres, sempre buscando socorro aos que estavam desempregados. A criança pobre, da mesma maneira que o adulto, era atendida com a ideia de torná-la útil para a sociedade, capaz de trabalhar.

Ainda hoje, em pleno século XXI, abrindo jornais, a internet ou assistindo noticiários de televisão, passamos por uma série de relatos sobre abandono de crianças. Parece tratar-se de fato corriqueiro; produto da desorganização das famílias e da falta de atendimento dos diferentes níveis de governo. O problema não é novo, tampouco exclusivo de países pobres. Notamos semelhanças em mitos fundadores de algumas sociedades da Antiguidade Oriental – Moisés para os hebreus e no ocidente Rômulo e Remo para os romanos, constituem exemplos de trajetórias derivadas de bebês abandonados. Percebemos aqui a ideia de que ser bem-sucedido na vida, para esses personagens, significa um revide, uma resposta desses heróis ao destino trágico que lhes esperava ao nascerem.

As guerras também constituíram e continuam representando motivo para orfandade e abandono de crianças e adolescentes. Janusz Korczak, por exemplo, era o pseudônimo do médico pediatra Henryk Goldsmit, judeu polonês que fundou e administrou orfanatos na Polônia da primeira metade do século XX. As instituições dirigidas por ele tinham características inovadoras para a época; a disciplina e a gestão de determinados setores era responsabilidade das crianças por meio do “tribunal” e do “parlamento”. A forma que desenvolveu para a gestão dos abrigos que criou, constitui uma alternativa aos modelos tradicionais, geridos por igrejas ou por governos no século XX. O autor morreu com cerca de duzentas crianças em um campo de extermínio nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Mais recentemente temos o exemplo do filósofo francês Michel Onfray que relata no prefácio do livro *A potência de existir*, sua experiência como morador em uma instituição de seu país por quatro anos, iniciada aos dez anos de idade em 1969.

De acordo com Onfray (2010)

Fui portanto levado em setembro de 1969, para esse orfanato que se chama Giel – uma mistura de gelo com fel. Claro ele acolhia crianças que ainda tinham pais, mas o lugar foi concebido no século XIX como exclusivo para órfãos.

Notamos que a questão do abandono não é exclusividade de países emergentes, nem de épocas remotas. Onfray conta que foi deixado na instituição pela vontade da mãe, possuindo pai e residência fixa. Lá aprendeu o que a escola da época poderia ensinar, presenciou e sofreu abusos.

Tantos exemplos não podem servir para que a questão seja entendida como natural, fato corriqueiro. O abandono e a vida em instituições ocorrem por fatores que envolvem diferentes valores nos contextos históricos e sociais, como o modelo de família ou de capacidade econômica por exemplo.

De acordo com Silva (1997, p. 33-34)

A razão e a necessidade dessa contextualização histórica deve-se à percepção generalizada, por parte da população, de que o abandono de crianças e a delinquência juvenil sejam fenômenos sociais contemporâneos, decorrências diretas da desagregação familiar e do desemprego, por exemplo.

No Brasil do período colonial, a possível origem do abandono pode estar na legislação portuguesa vigente no período. Apenas os pobres casavam-se com índias, os ricos, que

pretendiam voltar a Portugal, não o faziam, muitas vezes por serem casados. (MESGRAVIS, 1994. p. 57). A razão mais provável para a resistência dos ricos em casar deveu-se à legislação que dava privilégios aos chamados “homens bons”, ricos proprietários que ocupavam cargos municipais, militares e honoríficos. Para ser homem bom era preciso que a esposa fosse cristã velha, branca, sem mancha de trabalho manual ou comércio de loja aberta.

Parte da historiografia passou a ideia de que o povo brasileiro é fruto da união de três raças: branca, negra e índia, de forma igualitária, voluntária. Na verdade o brasileiro foi resultado da exploração sexual das escravas índias e negras africanas pelos seus senhores brancos. Os filhos que resultaram dessas uniões foram raramente reconhecidos, não recebendo educação, herança, nem mesmo liberdade.

De acordo com Mesgravis (1994, p. 59).

No século XVIII, o número desses destituídos já era tão considerável que constituía problema social grave em alguns pontos da colônia, chegando a ser objeto de legislação penal severa quando ocorriam crimes.

O aumento da população negra africana que chegou ao Brasil colonial para o trabalho escravo, intensificou o problema, além dos filhos ilegítimos das mulheres indígenas e dos brancos europeus, somaram-se os filhos das mulheres negras, com o ciclo da mineração em Minas Gerais no século XVIII. A distinção entre público e privado e dos direitos da população é discutida por José de Souza Martins (1994):

De acordo com Martins (1994, p. 22)

Durante todo o período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado. A grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo. E aí a própria concepção da pessoa como sabemos, estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fé. Os impuros, isto é, os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de senhor de patrimônio à condição de patrimônio do senhor.

Se no período colonial a diferença gradual entre propriedade e proprietário começava ao nascer, a situação dos pobres e das crianças pobres, no relato do Imperador Pedro I à Assembleia Constituinte em 3 de maio de 1823 é emblemático, não só pelos números, mas

por não encontrarmos nenhuma ação contundente com o que percebera.
Assim teria dito D. Pedro I:

Passeti in Del Priori (1999 p. 348)

A primeira vez que fui à Roda dos Expostos, achei, parece incrível, sete crianças com duas amas; sem berço, sem vestuário. Pedi o mapa e vi que em 13 anos tinham entrado perto de 12 mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se acham.

A roda era um dispositivo instalado na parede de hospitais, onde a criança era colocada sem identificação de quem a deixou e coletada por religiosas do lado de dentro do edifício. O resto do tempo de vida das crianças “expostas” era o confinamento na entidade, a morte por doenças diversas e o destino ignorado de menos de 10 % das sobreviventes.

Figura 3 - Roda dos expostos. Museu da Santa Casa de São Paulo. Na base, livros com registros de crianças.

Fonte: Museu da Santa Casa de São Paulo.

<http://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961>. Acesso em: 21 fev., 2017.

A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a república e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950. Sendo o Brasil o último país a abolir a

escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o sistema da roda dos enjeitados. (MARCILIO, 2016).

De acordo com Marcilio (2016, p. 69 e 70)

A roda foi, por quase um século e meio, praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. As municipalidades deveriam, por imposição das ordenações do reino, amparar toda a criança abandonada em seu território. Essa assistência, quando existiu, não criou nenhuma instituição específica para acolher crianças. As câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas de leite amamentassem e criassem as crianças.

O sistema de roda dos expostos evitava que as crianças fossem abandonadas pelas ruas, jogadas em terrenos baldios e até devoradas por cães e porcos. Enquanto assistência caritativa, missionária, sua primeira preocupação era com o batismo da criança, caso o bebê não trouxesse preso a seu corpo ou em seus pertences informações como nome e seu foi batizado. Caso os responsáveis da instituição tivessem dúvida sobre a validade do suposto batismo, batizavam novamente, conforme o direito canônico. Em Portugal, as rodas de expostos foram instaladas no final da Idade Média.

De acordo com Marcilio (2016, p. 75)

Em 1273, a rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso II de Castela, sensibilizada com a dramática situação dos bebês órfãos e abandonados que muitas vezes morriam ao relento, sem assistência e sem batismo, fundou o hospital dos meninos órfãos de Lisboa. Erguido na rua da Porta de S. Vicente da Mouraria, o Ecclesia Innocentus Hospitalis Puerorum destinava-se a recolher os expostos e velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando-os para ganhar seu próprio sustento na juventude.

A chamada Lei dos municípios de 1828, abria uma brecha para eximir algumas câmaras da incômoda e custosa obrigação. Em toda cidade onde existisse uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da roda e assistência para as crianças que recebesse. Nesta parceria, quem deveria pagar para auxiliar o trabalho da Misericórdia era a Assembleia Legislativa provincial.

Antes obrigação das câmaras municipais, os cuidados com os expostos passaram a particulares, que deveriam ser custeados pelas Assembleias Legislativas provinciais. Assim como em outras situações do Brasil colonial, como o sistema de Capitanias Hereditárias e a

constituição das Casas de Câmara e Cadeia, as funções públicas passaram a particulares e as de particulares passaram para o público.

De acordo com Marcilio (2016, p. 70)

No Brasil colonial foram instaladas três rodas de expostos, a primeira em Salvador, logo a seguir no Rio de Janeiro e a última em Recife, todas no século XVIII. Outras foram abertas em cidades brasileiras, Cachoeira na Bahia (1840) e Olinda, chamada oficialmente “filial” da de Recife, Campos no Rio de Janeiro. Essas filiais recebiam as crianças que depois eram remetidas para as capitais.

O século XIX teve influência da filosofia iluminista, do utilitarismo, da medicina higienista, das novas formas de exercer a filantropia e do liberalismo, diminuindo as antigas formas de caridade e solidariedade para com os mais pobres. As Misericórdias sentiram uma redução nas doações e esmolas.

De acordo com Marcilio (2016, p. 86)

Para contornar as dificuldades em quase todas as casas de expostos, os bispos da Igreja Católica trouxeram, com apoio dos governos provinciais, as irmãs de caridade São José de Chamberry na França. Mais tarde vieram as irmãs de São Vicente de Paula para assumirem as casas de roda de Salvador, do Rio de Janeiro, e de outras mais. Aos poucos, a partir da década de 1830, a ação de cuidar das crianças expostas deixa de ser descentralizada nas mãos das câmaras municipais ou confrarias de leigos, passando as províncias a contratar os serviços das Santas Casas e ordens religiosas femininas para cuidar das crianças confinadas nas casas de expostos.

Outra mudança no fenômeno do abandono de crianças no Brasil observa-se com a lei do Ventre livre, de 1871. Ela estipulava que as crianças nascidas de mães escravas deveriam permanecer com suas progenitoras até que completassem oito anos. Depois dessa idade o Senhor, proprietário da mãe escrava, tinha o direito de ser indenizado pelo Estado. Nesse caso, a criança seria deixada sob tutela do Império, que não possuía instituições específicas para tal.

De acordo com Marcilio (2016, p.71)

O Senhor ainda poderia usar os serviços da criança até a idade de vinte e um anos. Na prática, a criança seria colocada em uma instituição de órfãos mantida pela Igreja católica, abandonada ou mantida escrava da mesma maneira que sua mãe. Raramente as municipalidades cumpriam com as ordenações do reino quando o assunto era as crianças abandonadas, alegavam falta de recursos. Existia de fato descaso, omissão, pouca

disposição para com o serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que acabavam sendo deixados por todo o canto acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão de obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que escrava.

Boa parte das crianças abandonadas no período colonial e durante o império, não foi assistida por uma instituição especializada, a sociedade da época constituiu o que chamamos de "filhos de criação", que até início do século XX não tinham seus direitos, como por exemplo, os de herança, garantidos por lei.

Foi durante a chamada fase Filantrópica - Higienista (1874-1922) categorizada por Roberto da Silva (1997), que notamos a demonstração de preocupação sobre o assunto pelo então Senador Lopes Trovão (DF) em 1896⁶:

De acordo com Trovão (1828)

Ao Estado se impõe lançar olhos protetores, empregar cuidados corretivos para a salvação dos pobres menores que vagueiam a granel, provando nas palavras que proferem e nos atos que praticam não ter família. Se a têm, esta não lhes edifica o coração com os princípios e os exemplos da moral (...)

Para o Senador, o Estado deveria ter o poder de retirar crianças e adolescentes do convívio familiar, quando julgado que não existiam boas condições para formação das crianças e interná-las em instituições apropriadas

Em 1917 o Senador Alcindo Guanabara voltou a citar o problema das crianças que perambulavam pelas ruas no Rio de Janeiro – então Distrito Federal. O material produzido pelos dois senadores acabou arquivado, sendo apenas revisto anos depois com o Código Mello Mattos, em 1927. Vários fatores podem ter levado a tal atraso, entre eles, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que colocou a questão dos menores em segundo plano.

O primeiro documento para tratar a questão do chamado menor irregular, aquele que se encontrava em situação de abandono ou delinquência, foi o código Mello Mattos.

Mello Mattos foi também o primeiro juiz de menores na capital federal, Rio de Janeiro empossado em 1924.

6 Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828. Parte I. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. (Artigo 76. p. 86). Acesso em 14/02/2018.

O Brasil vinha enfrentando vários movimentos sociais contrários ao governo e aos patrões - Greve Geral de 1917 em São Paulo e Revolta Paulista em 1924 foram fatos que desencadearam a reação do Estado, como a organização do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS em 1924.

Figura 4 – Charge do juiz de menores Mello Mattos, retratado como babá.

Fonte: **Jornal do Senado**, 07/07/2015. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o período colonial, a questão das crianças órfãs e abandonadas foi delegada para a filantropia da Igreja, por vezes com auxílio financeiro das câmaras municipais, por meio do atendimento nas Santas Casas. A vinda de imigrantes no século XIX e o trabalho infantil dos seus filhos deu continuidade e ampliou um problema já existente entre os negros e brancos pobres da colônia. Grupos religiosos disputavam os imigrantes europeus que chegavam ao Brasil para trabalhar no cultivo de café, setores da Igreja Católica na Itália fundaram instituições de abrigo no Brasil, visando atender filhos de imigrantes vindos daquele país.

A ausência de fiscalização nestas instituições levou a abusos e ao uso político de algumas histórias, como a da menina Idalina Stamato, desaparecida de uma instituição no bairro paulista do Ipiranga em 1907.

De acordo com Prada (2009)

Em 1907 o caso de Idalina Stamato, uma menina de sete anos que desapareceu para sempre do Orfanato Cristóvão Colombo, no bairro do Ipiranga, onde estava internada, transformou-se em um dos mais famosos e polêmicos episódios da crônica policial de São Paulo. Foram acusados de estupro e assassinato dois padres italianos da Congregação Scalabriniana, ou Carlista, Conrado Stefani e Faustino Consoni. O primeiro teria estuprado a órfã em um banheiro do internato, quando ela tomava banho. A menina chorava alto pelos corredores da instituição, queixando-se de dores nos órgãos genitais, mas padres e freiras cúmplices tentavam fazê-la se calar. Em dado momento em que a porta da rua estava aberta, Idalina fugiu correndo. Logo mais foi alcançada e arrastada de volta pelo superior da instituição, padre Faustino – em cujo escritório o crime teria ocorrido, servindo-se ele, secundado pelo estuprador, de uma pá para matá-la.

O corpo de Idalina, porém, nunca foi encontrado, embora várias buscas tenham sido empreendidas no local durante o inquérito policial, decorrente da denúncia feita pelo comerciante Domenico Stamato, que era o tutor (e possivelmente pai) da menina e de um seu irmão, Sócrates (também chamado Santo), dois ou três anos mais velho. Ele costumava ir ver as crianças, internadas em 1905, mas não com muita frequência. Em julho de 1907, em uma dessas visitas, verificou que Idalina não estava mais no internato – segundo os religiosos, ela havia sido levada, uns dois meses antes, por uma senhora que seria sua mãe. A pergunta principal do inquérito, nunca respondida satisfatoriamente e que também nunca calou nos anos subsequentes, foi esta: como a menininha fora entregue sem mais a uma suposta “mãe” se fora internada justamente por ser órfã?

A história de Idalina, desaparecida do Orfanato Cristóvão Colombo, no bairro do Ipiranga da cidade de São Paulo, em 1907, ganhou as páginas dos jornais anarquistas, ligados ao movimento operário, entre eles *La Bataglia* e *A Lanterna*.

Figura 5 – Charge de padre com menina.

Fonte: A Lanterna, ano X, 10/12/1910. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP).⁷

Avaliar quem tinha razão nas denúncias sobre o caso seria difícil, religiosos ou a imprensa operária anarquista? A comoção do caso pode ser conferida também na pesquisa de Ecléa Bosi (1987), por meio de uma das suas entrevistadas.

De acordo com Bosi (1987, p. 226)

Lembro de uma vizinha dizendo para mamãe: “- Acho que tenho um vizinho que é anarquista...” “Era o mesmo que dizer bandido, assaltante. Eu tinha medo deles. A classe operária ficava longe, lá pros lados do Brás. Em 1911, descia com meu pai a Rua 15, de bonde. Vi em plena Rua 15 um encontro da polícia com os anarquistas em que saíram tiros. Eles levavam faixas escritas:

ONDE ESTÁ IDALINA?
QUEREMOS IDALINA.

⁷ SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina**. São Paulo: editora UNESP, 2000. p. 177.

No Orfanato Cristóvão Colombo tinha desaparecido uma menina. Meus pais ligaram aos padres esse desaparecimento. Os anarquistas escreviam nas paredes: “Onde está Idalina?” Havia uma luta entre o clero e os anarquistas. Se a menina sumiu do orfanato, ligaram aos padres o sumiço da menor. Os padres eram tremendos. Se pudessem fariam aqui a inquisição. Foi a primeira manifestação de rua que eu vi. Veio a cavalaria, deram tiros. Eram operários, gente que estava na luta. Chorei muito.

Os apontamentos dos legisladores do final do século XIX e início do XX, já durante o período republicano, apontavam para a ideia de que o Estado deveria cuidar das crianças e jovens em situação de pobreza, abandono e que as famílias muitas vezes eram incapazes de proporcionar esse cuidado. Ao mesmo tempo, faltavam instrumentos legais de fiscalização e controle de instituições filantrópicas, a maioria de caráter religioso, destinadas a servir de abrigo de crianças e adolescentes, exemplo do caso Idalina.

De acordo com Rizzini (2008, p. 83)

Vimos que o significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação com o futuro do país. Vê-se o desenrolar do pensamento e das ações em torno da proteção à infância. Proteção não mais predominantemente caritativa/religiosa, no sentido de ajudar, amparar, abrigar (aos “*orfãosinhos*”, aos “*desvalidos*”...); porém no sentido laico, crescentemente ambivalente e judicializado do termo - defender, preservando do mal (a criança e a sociedade).

As primeiras décadas da República passavam a ideia de um “país criança”, novo e que precisava ser protegido. A sociedade poderia ter revoltas de cunho político; anarquista ou comunista. Os crimes comuns, a marginalidade crescia e o “futuro do país” precisava ser protegido. Uma aliança entre a justiça e assistência foi feita, buscando atender crianças e adolescentes pobres.

É importante compreender o significado da aliança firmada entre Justiça e Assistência – uma associação, cujos reflexos são claramente detectáveis no processo desenvolvido nas duas primeiras décadas do século XX e que deu origem à ação tutelar do estado, legitimada pela criação de uma instância regulatória da infância - o Juízo de Menores e por uma legislação especial – o Código de Menores (ambos na década de 1920). Veremos que a justiça e a assistência buscam na aliança a autossustentação pela complementação de suas ações. Ambas inserem-se na lógica do modelo filantrópico, que visava o saneamento moral da sociedade a incidir sobre o pobre. Tornam-se politicamente viáveis ao servir a função regulatória de enquadrar os

indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho. (RIZZINI, 2008. p. 125).

Essas ideias que envolvem o isolamento de crianças e adolescentes pobres em instituições, não constituíram a única possibilidade de atendimento na época. A legislação e as ações da filantropia e do judiciário no Brasil foram inspiradas nas experiências dos EUA e de parte da Europa. Outras práticas foram implantadas, como relatado pela militante anarquista e feminista Lucía Sánchez Saornil (1895-1970), narrando a história dos lares infantis, da então Conselheira da Assistência Social Amparo Poch na Espanha republicana do início da década de 1930.

De acordo com Saornil (2015, p. 83 e 84)

Treze lares infantis serão abertos na primeira etapa de realização. Vinte e cinco crianças em cada lar permitiria com que estivessem nos limites exatos que nos aproximaria da imagem perfeita de uma família.
Em distintas ocasiões, Amparo havia me explicado o objetivo primordial desta instituição que vinha substituir os antigos asilos e orfanatos: dotar de um lar e de uma família os órfãos da República, combatendo desde seu interior qualquer caráter confessional que se pretendeu imprimir à escola. Em uma palavra: fazer das crianças, crianças. Impedir esta experiência precoce que torce a natureza infantil e faz homens corrompidos prematuramente.

Nos lares infantis da Espanha republicana, as crianças vestiam roupas diferentes, nenhum uniforme, frequentavam a escola da comunidade não ficando restritas na instituição e não existia a questão religiosa. O número reduzido de crianças por lar, vinte e cinco no máximo, ficava muito próximo do que é estipulado pela legislação brasileira na atualidade, vinte por instituição. Os lares eram administrados por um casal e cerca de três funcionárias, tornando as relações mais próximas da vida com uma família. Lembramos que os casos elencados por Lucía Sánchez Saornil dizem respeito a crianças vitimadas pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e não por pobreza da família. Entretanto o regime ditatorial imposto na Espanha pelo general Francisco Franco, acabou com a prática dos lares infantis.

Alguns pesquisadores elencaram fases do atendimento de crianças e adolescentes no Brasil, entre eles o professor Roberto da Silva (1997).

A pesquisadora Sylvia Constant Vergara apresentou categorização semelhante partindo da década de 1930, época do governo de Getúlio Vargas, quando foi instalada a República Nova no país. O atendimento a tais crianças e adolescentes, antes iniciativa filantrópica da

igreja e de grupos da sociedade civil, passou a ser responsabilidade do Estado. Desde a década de 1930 as crenças sobre o assunto mudaram, configurando paradigmas que podem ser assim apresentados como: a) correcional-repressivo; b) assistencialista; c) humanista. (VERGARA, 1992).

O paradigma correcional-repressivo percebia a criança e o adolescente, marginalizados das políticas sociais, como menores delinquentes, decorrendo daí a necessidade da criação de organizações governamentais que pudessem corrigi-los, recuperá-los. Foi criado com tal finalidade, na década de 1940, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O paradigma assistencialista entendia a criança e o adolescente vulnerável como menores carentes, para os quais eram necessárias políticas sociais compensatórias. Para substituir o SAM e viabilizar o novo paradigma, na década de 1960 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão federal, e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem), órgãos que deveriam executar as políticas estaduais. Na prática, permaneceu a mentalidade repressiva, pela utilização do modelo de assistência baseado na autoridade judicial e na necessidade pedagógica de disciplina e correção. Ao intervir combatendo os males dos desassistidos e dos menores causadores de "desordem social", o Estado assumiu um papel paternalista e ao mesmo tempo, coercitivo, promovendo a segregação do menor para tratá-lo nas instituições especiais e devolvê-lo -adaptado- à sociedade.

O paradigma humanista, ao contrário dos outros, vê a massa indiferenciada designada por "menores" como crianças e adolescentes com suas fases distintas de desenvolvimento biopsicossocial, que são, sobretudo, cidadãos. O paradigma é consolidado no Estatuto da Criança e do Adolescente, que substitui o antigo Código de Menores, e a Funabem é extinta em 1990, surgindo o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA). Os conceitos de periculosidade e de privação, associados ao menor em situação de risco pessoal e social estão, agora, abrindo espaço para o conceito de cidadania. Se no nível conceitual há a mudança de paradigma e, no nível da operacionalização, há a mudança da denominação da organização governamental responsável pela gestão da política da criança e do adolescente, são, no entanto, mantidos os recursos humanos e materiais, os mesmos prédios e equipamentos. Esta situação alerta para a introdução de novas práticas convivendo com a reprodução de antigas formas, dando ao conjunto político-organizacional um aspecto contraditório e, frequentemente, incoerente. (VERGARA, 1992).

5 BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O primeiro instrumento de lei para tratar a questão do chamado menor irregular, aquele que se encontrava em situação de abandono ou delinquência, foi o código Mello Mattos (1927), que leva o nome de seu relator.

Figura 6 - O pequeno Otelo – artista da Companhia Negra de Revistas.

O Pequeno Otelo, nome artístico de Grande Otelo quando criança

Fonte: WESTIN, Ricardo. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado** 07/07/2015. p. 4.

Mello Mattos foi também o primeiro juiz de menores da capital federal, Rio de Janeiro (1924) e também da América Latina. Enquanto o juiz se destacava com o Código de Menores, um menino de 11 anos conhecido nos meios artísticos como Pequeno Otelo fazia sucesso no teatro João Caetano no Rio de Janeiro, com a Companhia Negra de Revistas. Por ação do juiz que entendia que o menino estava trabalhando demais e ainda sendo explorado por pessoas pouco escrupulosas, Otelo teve a carreira interrompida, os pais adotivos levaram-no para São Paulo, reaparecendo no cenário artístico apenas quando alcançou maioridade. Os donos dos teatros do Rio de Janeiro promoveram manifestações contra o juiz.

Mello Mattos teve ainda problemas com as famílias mais abastadas, pois o Código de 1927 previa que menores de 14 anos não deveriam frequentar divertimentos noturnos como salas de espetáculos cinematográficos após 20:00 h. mesmo quando acompanhados dos pais e

responsáveis. Alguns pais que se sentiram ofendidos com a decisão entraram na justiça e conseguiram *habeas corpus* para assistirem aos filmes com seus filhos.

O Código de menores de 1927, feito com a intenção de proteger crianças e adolescentes nas famílias, nos locais públicos, do trabalho excessivo e em instituições, acabou afetando apenas os mais pobres, pois as famílias mais ricas abominavam o controle dos agentes governamentais nas relações com seus filhos.

O período em que identificamos o assistencialismo do Estado para a questão vai de 1924, ano de fundação do Departamento de Ordem Política e Social; órgão ligado às polícias civis dos Estados para vigilância e repressão dos chamados crimes políticos, até o golpe de 1964. Dentro desse balizamento estão o já mencionado Código Mello Mattos, e o período do governo de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo (1937-1945), momento em que o governo buscou o controle da sociedade por meio de medidas totalitárias e outras que buscavam a simpatia das camadas mais pobres como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943.

O abandono anônimo e a mortalidade de crianças foram sensivelmente reduzidos, o Código de 1927 proibia o abandono sem identificação em condições como a *Roda*.

Art. 5º Quem quer entregar uma criança á criação, ablactação ou guarda, mediante salario, é obrigado, sob as penas do art. 388 do Codigo Penal, a fazer declaração perante funcionario do registro especial a esse fim.⁸

A proibição de entrega sem identificação era dificilmente cumprida, já que a Roda da Santa Casa de São Paulo funcionou até a década de 1950⁹. Foi acentuada a tutela do governo até os dezoito anos de idade. O foco do atendimento de crianças e adolescentes internados em instituições era o de encontrar um trabalho. (SILVA, 1997).

Acompanhamos a definição de GOFFMAN (1974) e compreendemos que, nesse período, o abrigo dava-se em instituições totais, alijando crianças e adolescente do convívio comunitário e social.

De acordo com Goffman (1974, p. 11)

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante,

8 Código Mello Mattos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em 05/02/2017.

9 Santa Casa de São Paulo. <http://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961>. Acesso em 12/01/2017.

separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Um exemplo de instituição pública de internação da primeira metade do século XX era o Instituto Disciplinar de Mogi Mirim-SP, criado pela lei nº 1.169 de 27 de setembro de 1909, inaugurada em 15 de abril de 1924. Idealizado para dar abrigo a meninos, chegou a funcionar por um curto espaço de tempo exclusivamente com meninas, entre 1947 e 1950, contando à época com 120 internas, no qual oferecia-se ensino primário, profissional, agrícola e doméstico (MATOS, 2006).

Vargas tentou colocar fim a uma tradição de Estado ligado e dominado por oligarquias agrárias, pretendia-se um país moderno, ordeiro e um Estado balizador, com controle sobre os diversos segmentos sociais. A internação, o isolamento e o preparo para a profissionalização foram os meios utilizados para o controle de crianças e adolescentes em situação irregular. Criou em 1942 o SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) e um leque de entidades de cunho assistencialista como a LBA (Legião Brasileira de Assistência), identificada com a figura da Primeira Dama Darcy Vargas.

O Golpe militar de 1964 modificou o tratamento oficial prodigado às crianças e aos adolescentes. A estrutura assistencialista do Código Mello Mattos de 1927, aprimorada pelas políticas populistas de Getúlio Vargas, foram herdadas pelo sistema FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor -Lei 4.513 de 1/12/64); prédios, pessoal e práticas viciadas passaram a integrar o tratamento da infância tida como irregular.

De acordo com Silva (1997, p. 149)

A partir de 1964, por toda uma conjunção de fatores históricos, políticos e sociais, mas, fundamentalmente, sustento eu, por uma motivação ideológica, esse “sistema primário de atenção à criança” passou a compor uma estrutura maior, centralizada, que englobava todas as instituições totais, dando a elas uma função nitidamente instrumental dentro do regime militar, o que perdurou ao longo de seus 21 anos de permanência no poder.

O fim do regime militar durante a década de 1980 levou a uma gradual democratização das instituições a acarretou mudanças no ideário criado sobre o período Assistencialista (1924-1964) e Institucional (1964 -1990).

O Código de Menores de 1979 (Lei 6697 de 10/10/1979) constituiu uma revisão do Código Mello Mattos e foi motivado por um crescente de denúncias de maus tratos que passou a ocupar espaço na grande mídia. Foi uma resposta aparente ao término de uma

Comissão de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados Federais, que apurou essas denúncias (GRANDINO, 1999), mas que manteve as características de arbitrariedade, de assistencialismo e de repressão à população infanto juvenil. A autoridade judiciária passou a ter poderes quase ilimitados sobre a parcela de jovens apontados como em situação irregular. O sistema criminalizava a criança e o adolescente tidos como irregulares, ao mesmo tempo em que justificava a maior repressão dessa criminalidade, aumentando o aparato jurídico, policial e administrativo necessários para a manutenção do regime.

A partir desse período, gerações de jovens atendidos, de profissionais, assim como a sociedade em geral entendiam tais instituições como “escolas do crime”. A cultura institucionalizada sobreviveu ao fim do regime militar, criou vida própria e, sua superação e extinção constituem o principal desafio do Estatuto da Criança e do Adolescente. (SILVA, 1997. p. 153).

O atendimento de acolhimento/abrigamento a crianças e adolescentes antes realizado por instituições filantrópicas, na sua maioria religiosas até a década de 1920, por órgãos públicos governamentais no século XX, é hoje realizado na maior parte dos casos por ONGs (organizações não governamentais).

Um levantamento feito pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2003 na rede SAC (Serviços de Ação Continuada), apontou que, de modo geral, a maior parte dos abrigos de crianças e adolescentes no Brasil é mantido por organizações não governamentais (65,0%), com significativa influência religiosa (67,2%), entre os quais há predomínio da orientação católica – 64,6% dos que têm orientação religiosa são católicos, enquanto 22,5% se declararam evangélicos e 12,2% espíritas.¹⁰

10 Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes na rede SAC. IPEA, 2003. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Criancas_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf. Acesso em 21/03/2016. p. 2.

Figura 7 - Instituições de acolhimento mantidas por organizações religiosas no Brasil.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Na década de 1990 foram implementadas uma série de políticas neoliberais, buscando a redução do papel do Estado. Um momento em que a sociedade e o Estado passaram para ONGs e outros tipos de organizações sociais a função de cuidar daqueles que não se encaixam no modelo ideal de família.

6 POLÍTICA DE ABRIGAMENTO NO BOJO DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Os motivos do afastamento ou ausência da família são variados. No âmbito nacional notamos que a pobreza tem sido apontada como principal motivo. Por outro lado, a doutrina da proteção integral, que sustenta o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, preconiza que o acolhimento em instituição deve ser a sétima de nove medidas que podem ser tomadas com relação à proteção de crianças e adolescentes.

De acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente (1990)

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).
- VIII - colocação em família substituta.
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).
- IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Pesquisa realizada pelo IPEA mostra ainda alguns dados importantes sobre o tema. A maior parte das crianças e adolescentes abrigados possuem família (85,7%) e o motivo mais citado para estarem em abrigos foi a pobreza (24,2 %). Foram destacados na pesquisa, outros motivos: abandono (18,2%), violência doméstica (11,7%), dependência química dos pais e responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%) e orfandade (5,2 %).

Figura 8 - Motivos apontados para acolhimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Segundo Levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, organizado por Simone Gonçalves de Assis e Luís Otávio Pires Farias, em 2013, existiam 36.929 crianças e adolescentes em algum serviço de acolhimento no país, além de outros 932 em acolhimento familiar. O levantamento utiliza dados coletados pelo IPEA em 2003, apontando que 5,8% possuíam algum impedimento de contato com suas famílias e 5,5% eram órfãos.¹¹

Existe uma concentração maior de crianças e adolescentes nas regiões mais pobres e nas faixas populacionais com menor instrução e menor renda, sendo que 45 % destas vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo¹².

Seguindo a Constituição de 1988, o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006, coloca como figura central no cuidado da criança e do adolescente a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Aponta, entre outras questões

11 Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento / organizado por Simone Gonçalves de Assis, Luís Otávio Pires Farias. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 69.
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf Acesso em 23/03/2017.

12 Plano Nacional de promoção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf> . p. 50. Acesso em 07/08/2016.

práticas, o fomento de famílias acolhedoras nos casos em que a criança ou adolescente necessitem de afastamento de sua família de origem.

O argumento da pobreza para o abrigamento não encontra acolhida na legislação, já que estão previstos recursos para atendimento de necessidades básicas, impedindo que a criança tenha que morar em instituições de acolhimento. Programas de saúde pública, voltados para o combate ao uso de entorpecentes, inclusive o álcool, também dariam suporte aos pais, de modo a impedir o afastamento da criança de sua família.

A escola, no paradigma da proteção integral, constitui uma organização fundamental para, em articulação com as famílias, prodigar a educação ampliada, atender famílias e seus filhos, mas enfrenta dificuldades crônicas para receber e atender crianças que não correspondem ao modelo de família patriarcal, em especial, crianças e adolescentes residentes nos serviços de acolhimento. No que diz respeito ao papel da escola, a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação) aponta no seu artigo 32, parágrafo IV, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.¹³ A escola seria então uma das instituições responsáveis pelo trabalho de fortalecimento de vínculos de seus alunos com suas respectivas famílias ou instituições onde estejam residindo, no caso do serviço de acolhimento.

13 [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](#). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Acesso em 08/05/2017.

7 METODOLOGIA

Para alcançarmos os objetivos propostos para essa pesquisa, trabalharemos o eixo da história institucional e sua relação com as políticas públicas sobre acolhimento de crianças e adolescentes. Para mapearmos as transformações ocorridas nos paradigmas dessa modalidade de atendimento, recorreremos a entrevistas com gestores do Serviço de acolhimento estudado, bem como à documentação relativa à história dessa organização no município de São Vicente, aos registros das políticas públicas na cidade, por meio de atas oficiais que documentaram a ação da Casa Crescer e Brilhar e os prontuários de atendimento, dialogando com as referências teóricas e legislações correspondentes.

Na análise das atas e prontuários, será utilizada a metodologia de análise de conteúdo, identificando as manifestações de membros da organização e a relação das decisões da entidade, com as mudanças nas políticas de abrigamento.

Pensar que problemas econômicos e sociais responderiam em determinada época a uma prática assistencialista ou aumento no número de abrigamentos de crianças e adolescentes, sem considerar aspectos culturais, seria simplificar as análises, com leituras rasas.

Será necessário então avaliarmos nas análises da documentação fornecida pela instituição de acolhimento Casa Crescer e Brilhar e nos depoimentos, se outras questões de cunho cultural e não apenas econômicas e de saúde dos familiares, por exemplo, levaram ao acolhimento institucionalizado de crianças e adolescentes.

Percebemos uma ampliação nas possibilidades de investigação que consideram o ser humano como resultado de diferentes dimensões; pessoais, socio-culturais e históricas. (GRANDINO, 2004. p.66. Apud FERRAROTTI, 1988. p. 26/27).

Na Casa Crescer e Brilhar, pessoas de diferentes segmentos sociais trabalham como funcionários ou voluntários, inclusive em cargos de diretoria. Os depoimentos coletados demonstraram como a condição social e a história familiar colaboraram para a elaboração de opiniões e sobre o entendimento das tarefas desempenhadas.

De acordo com Bosi (1987, p. 17)

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

Se considerarmos a memória de uma diretora da instituição, que passou a infância e a adolescência com sua família biológica, teremos grandes diferenças na comparação com outro entrevistado que residiu em instituição total durante as décadas de 1960 e 1970, passou a trabalhar nas forças armadas durante a Ditadura Militar e depois de concluir a graduação em Pedagogia, trabalhou no serviço de acolhimento Casa Crescer e Brilhar, no período de aplicação do ECA e da doutrina de proteção integral.

7.1 Diplomática e análise de conteúdo para tratar as atas de reuniões da diretoria e prontuários da Casa Crescer e Brilhar

Para que possamos fazer uma análise da situação da Casa Crescer e Brilhar desde sua fundação em 1974 até o ano de 2017, utilizando atas das assembleias da diretoria e do conselho fiscal, além de prontuários de atendimento de crianças e adolescentes e depoimentos de técnicos, os métodos de uma ciência quantitativa e positivista demonstram ser insuficientes.

De acordo com Grandino (2004, p. 66)

A constatação de que o modelo positivista de ciência é insuficiente para esclarecer e apresentar respostas a várias questões que se apresentam ao campo científico colocou as ciências humanas na vertente da renovação das proposições metodológicas. Um dos eixos recorrentes dessa crítica e que levou à chamada crise de paradigmas da ciência consiste, fundamental e indissociavelmente, de seus aspectos subjetivos que são impossíveis ou de difícil mensuração.

Para tanto, nessa pesquisa, nos sustentamos na análise de conteúdo, cuja origem está na hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados.

De acordo com Bardin (2009, p. 16)

Para além destas maneiras de abordar os textos cuja tradição é longínqua, a precisão histórica refere alguns casos geralmente isolados que em certa medida seriam análises de conteúdo prematuras. Por exemplo, a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1640 sobre os hinos religiosos.

Outro uso da técnica de análise conteúdo foi para o material produzido em jornais e propaganda, principalmente nos Estados Unidos da América. A Escola de Jornalismo de Colúmbia deu o pontapé inicial, multiplicaram-se assim os estudos quantitativos em jornais, nos quais eram contadas as repetições de determinado termo. (BARDIN, 2009).

A ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez com que fossem aplicados métodos de análise, identificação de mensagens cifradas, principalmente do material produzido pela Alemanha nazista (CAMPOS, 2004).

A análise interpretativa existe, em parte na análise de conteúdo, sustentada por processos técnicos de validação. Laurence Bardin aponta que a técnica não é doutrinal ou normativa. (BARDIN, 2009).

Entendemos que no caso das atas, plantas e demais documentos encontrados nos arquivos da Casa Crescer e Brilhar, a análise de conteúdo no ponto de vista qualitativo e interpretativo será mais interessante, sempre contextualizando com outras análises que considerem o contexto histórico e econômico da Região Metropolitana da Baixada Santista e do país.

A análise interpretativa foi pertinente no trabalho com os dados coletados em diferentes documentos da Casa Crescer e Brilhar, contextualizando termos como religião, trabalho e lazer.

Conseguimos acesso a quatro livros com atas de diferentes reuniões da Diretoria e Conselho Consultivo da Casa Crescer e Brilhar, material que estava preservado na residência da ex-presidente da instituição.

Elaboramos um quadro com informações que caracterizam cada um dos quatro livros de atas encontrados. As atas começam com a fundação da Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente - SP em 1974 e terminam em 2017, com a instituição contando com seu nome atual, Casa Crescer e Brilhar. Foram contabilizadas 136 atas.

Tabela 1 – Livros de atas

	Abertura	Encerramento	Número de atas
Livro 1	9 de outubro de 1974	6 de junho de 1994	62
Livro 2	27 de junho de 1994 (termo de abertura com rasura 27/07/1994)	30 de abril de 1997 (Termo de encerramento de julho de 1994).	35
Livro 3 (Intitulado Livro 2, aparenta ter sido usado pelo Conselho Consultivo da entidade).	6 de julho de 1994	12 de abril de 2012	29
Livro 4	16 de janeiro de 2013	19 de abril de 2017	10

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Entendemos que a documentação possui características de um conjunto único, sendo necessária aplicação de métodos de Arquivística e Diplomática nesse primeiro contato.

A Diplomática teve origem no trabalho de jesuítas franceses, quando em 1643, liderados por Jean Bolland, resolveram publicar uma gigantesca história dos santos, a Acta Sontorum, na qual se queria avaliar criteriosamente a vida dos santos, buscando separar a realidade das lendas. Tal tendência enquadrava-se nos planos revisionistas de ordem teológica, suscitados pela Reforma e pela Contrarreforma. (BELLOTO, 2002).

Entendemos as atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Casa Crescer e Brilhar como documentos diplomáticos, produzidos para funções administrativas e jurídicas que garantiram o funcionamento da instituição junto às esferas governamentais.

A diplomática será utilizada nas atas para descrever o documento, localizar suas diferentes partes, assim como suas funções para a instituição.

De acordo com Belloto (2002, p. 17)

O **documento diplomático** é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública.

A pesquisadora Heloisa Liberalli Belloto aponta que as atas são classificadas como documentos de reunião, entre eles os avisos de convocação, ordem do dia, pauta, ata, resolução e documentos circunstanciais atinentes aos assuntos discutidos na reunião. (BELLOTO, 2002).

De acordo com Belloto (2002, p. 39)

O texto do discurso diplomático, na realidade, é a união entre partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Nessas três partes evidenciam-se as coordenadas (representadas pelas fórmulas diplomáticas obrigatórias, próprias da espécie documental determinada pelo ato jurídico e seu objetivo) e as variantes (teor pontual e circunstancial relativo às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto).

Heloísa Liberalli Belloto divide o documento em quatro partes:

- 1) invocação (invocatio) que em geral, só ocorre nos atos dispositivos mais antigos (a expressão “Em nome de Deus” é um exemplo de invocação);
- 2) titulação (intitulatio), formada pelo nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e por seus títulos;
- 3) direção ou endereço (inscriptio), parte que nomeia a quem o ato se dirige, seja um destinatário individual ou coletivo e
- 4) saudação

7.1.1 As atas

O tratamento dado a toda a documentação encontrada nesta pesquisa envolveu a reprodução por meio de fotografia digital, no caso das plantas arquitetônicas. Os quatro livros de atas foram reproduzidos em fotocópias para que os originais fossem preservados. Foram produzidas quatro planilhas utilizando um programa de computador, sendo uma planilha para cada livro de ata encontrado, buscando quantificar e sistematizar a pesquisa, possibilitando busca rápida para formato (documento manuscrito ou digitado), assuntos, palavras e datas de cada ata encontrada.

Seguem como exemplo uma tabela com identificação das atas de assembleias da diretoria da instituição em diferentes períodos:

Tabela 2 – Atas

Ata	Título	Data	Quantidade de páginas	Formato
1	Ata de fundação e constituição da “Casa de Triagem e Recuperação do Menor”	29 de outubro de 1974	13	Manuscrita
2	Ata da Assembleia Geral	10 de junho de 1983	16	Manuscrita
3	Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente	26 de janeiro de 1987	7	Manuscrita
4	Ata de reunião de diretoria da Casa do menor de São Vicente	16 de setembro de 1993	4	Manuscrita
5	Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Casa do Menor de São Vicente	14 de setembro de 2004	2	Digitada
6	Ata da Assembleia Geral Ordinária da Casa Crescer e Brilhar	4 de outubro de 2005	3	Digitada
7	Ata da Assembleia Geral Ordinária da Casa Crescer e Brilhar	24 de setembro de 2008	4	Digitada
8	Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Casa Crescer e Brilhar	16 de agosto de 2011	2	Digitada

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Após a análise diplomática, segue a leitura e a interpretação através da análise de conteúdo. Cronologicamente, a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. (MINAYO, 1994. p. 75-76).

Foi feita uma divisão, buscando encontrar trechos, características comuns a todas as atas analisadas. O procedimento seguiu então como organizado abaixo:

Tabela 3 – Unidades de registro e de contexto

Unidades de registro	Frase ou oração
Unidade de contexto	Contexto do qual faz parte a mensagem

Fonte: MINAYO, 1994. p. 75

Procedendo com a leitura de cada ata, foram percebidos poucos documentos com tamanho superior a dez páginas. O primeiro é a ata de fundação e constituição da então Casa de Triagem e Recuperação do Menor, datada de 29 de outubro de 1974¹⁴. Em 1983, uma nova reunião documentada em ata¹⁵, apresenta uma outra constituição para a entidade, com diretoria, estatuto, funções que seriam realizadas, entre outros detalhes. Não existe nenhuma menção ao local físico onde tudo acontecia. Apesar de extremamente detalhada, contando com itens como valores de contribuições e como seria tratado o futuro patrimônio da instituição, o fato é que não existiu sede, nem mesmo uma única criança ou adolescente atendida até 1987, quando outra ata¹⁶, propôs um comodato entre o Clube Soroptimista da cidade e a diretoria da instituição, para uso do prédio da atual Casa Crescer e Brilhar, na Rua Dom Duarte da Costa, 341. Jóquei Clube.

As atas apresentam a mesma estrutura, dividimos cada documento em três partes ou unidades de registro (MINAYO, 1994. p. 75).

Com poucas exceções, a maior parte das atas conta com uma média de três laudas.

Tabela 4 – Unidades de registro das atas

1ª Parte – Unidade de registro 1	Localização espacial do ato e identificação dos participantes
2ª Parte - Unidade de registro 2	Aprovação de atos anteriores e exposição do que é necessário no próximo período
3ª Parte - Unidade de registro 3	Informações sobre atividades e agradecimentos
Fonte: Tabela elaborada pelo autor	

Apesar das atas não apresentarem uma divisão clara, em parágrafos por exemplo, é perceptível que a unidade de registro 1, corresponde sempre com a primeira página da ata, nas primeiras vinte linhas do documento. Outras vinte linhas aproximadamente fazem referência à Unidade de registro 2, com os últimos trechos da primeira página e quase toda a segunda lauda. Grande parte das atas foram registradas no cartório da cidade.

14 Ata de Fundação e constituição da Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente. Livro de Atas 1. Casa Crescer e Brilhar. 29/10/1974. Folha 1.

15 Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente. Livro de Atas 1. Casa Crescer e Brilhar. 10/06/1983. Folha 14.

16 Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente. Livro de Atas 1. Casa Crescer e Brilhar. 11/02/1987. Folha 28.

Figura 9 - Análise das atas em unidades de registro

E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA MICROFILME 007689	020
<h2 style="text-align: center;">Casa do Menor de São Vicente</h2>		
<p style="text-align: center;">CNPJ 54.347.760/0001-07 Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 3.786/88 Utilidade Pública Estadual - Lei nº 9652/97 Utilidade Pública Federal - D. O. União de 20/01/99</p>		
<p style="text-align: center;">ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CASA DO MENOR DE SÃO VICENTE, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2001.</p>		
Unidade de registro 1	<p>Aos seis dias do mês de junho de dois mil e um, na sede da Entidade, sito à Rua Dom Duarte da Costa nº 341, Vila Joquei, em São Vicente, realizou-se, às vinte horas em segunda convocação, a Assembléia Geral Ordinária, de conformidade com o Edital de Convocação publicado no Jornal A Tribuna, seção Classificados, página 3 do dia 18 de maio de 2.001, conforme assinaturas constantes na folha 16 do Livro de Presenças, em cumprimento à seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2. Eleição e Posse do Conselho Consultivo 3. Assuntos de interesse social. Dando início, aos trabalhos, a Presidente da Diretoria Executiva, Sra. Célia Regina Moraes Lima, comunicou o recebimento de justificativa de ausência dos sócios Wagner de Andrade, Sonia Maria Beraldes Andrade, José Carlos Fernandes, Marilene Sergi Perdiz Longo, Roberto Datoguia Jovino, Alfredo Araujo do Monte, Jaime Fernandes Afonso, Nilza Ribeiro Fernandes Afonso, e convidou a mim, Vera Lúcia Santos de Oliveira, 1º. Secretário da Diretoria Executiva, para neste ato secretariar os trabalhos. <u>Em seguida, já no item 1, da Ordem do Dia, foi feita a leitura da Ata da Assembléia anterior, tendo sido aprovada pelos presentes.</u> Dando prosseguimento aos trabalhos, já no item 2, da Ordem do Dia, a Presidente da Assembléia, leu os Art. 13, 14 e 15 do Estatuto Social, apresentou a composição de uma chapa com 17 (dezessete) nomes para Conselheiros e 5 (cinco) nomes suplentes e submeteu a apreciação dos sócios presentes. O sr. Léo Ribeiro pediu a palavra e sugeriu o remanejamento de dois nomes de sócios que estavam ausentes e eram candidatos a conselheiros titulares, srs. Rubens Horcell e Alfredo Araujo do Monte, substituindo-os por dois candidatos a conselheiros suplentes que estavam presentes a Assembléia, sras. Mercia Monteiro Antonelli e Eunice Pavarini Gomes Liberto. Dr. Carlos Eduardo Andrade Sampaio, pedindo a palavra, concordou com o sr. Léo e acrescentou que os sócios ausentes devido a compromissos assumidos em outras entidades, tinham dificuldades de comparecer as reuniões do Conselho, e aproveitou para pedir aos conselheiros eleitos para sejam bem atuantes. A sra. Presidente informou que o sr. Alfredo está assumindo hoje a Presidência da Diretoria Executiva da</p>	
Unidade de registro 2	<p></p>	
<p style="text-align: center;">Rua Don Duarte da Costa, 341 - Tel.: 464-1177 - Vila Joquei Clube - CEP 11.360-280 - São Vicente</p>		

Figura 10- Análise das atas em unidades de registro.

007 689
 MICROFILME Nº

Casa do Menor de São Vicente

CNPJ 54.347.760/0001-07

Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 3.786/88
 Utilidade Pública Estadual - Lei nº 9652/97
 Utilidade Pública Federal - D. O. União de 20/01/99

Unidade de registro
3

Creche Vovó Libânia. Houve por parte dos presentes a concordância da chapa sugerida, com os remanejamentos propostos. Sendo assim, foram aclamados como Conselheiros, para o biênio 2001 a 2003, os 17 (dezesete) sócios, srs. Antonio José Caldeira, Dr. Carlos Eduardo Andrade Sampaio, Enyde Aparecida D. Moretti, Eunice Pavarini Gomes Liberto, Jaime Fernandes Afonso, José Carlos Fernandes, Marilene Sergi Perdiz Longo, Marlene Izabel Moreira Felipe, Mércia Monteiro Antonelli, Nilza Ribeiro Fernandes Afonso, Odarcio Oliveira Ducci, Roberto Corazza, Roberto Datoguia Jovino, Sônia Maria Beraldes Andrade e Vagner de Andrade. Como Conselheiros Suplentes, foram aclamados para o biênio 2001 a 2003, os 05 (cinco) sócios srs. Alfredo Araujo do Monte, Armênio Coelho, José Marques da Silva, Marcos Jacob Nogueira dos Santos, e Rubens Horcell. Em seguida no item 3 da Ordem do Dia, passou-se então aos assuntos de interesse social. A Sr^a. Presidente pediu que registrasse em ata, um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Antonio Carneiro Lopes, Conselheiro e do Sr. Décio Alberto Simão, sócio da Entidade. Não havendo nada mais a ser discutido, a Sr^a Célia Regina Moraes Lima, cuja Ata segue lavrada e, após lida e aprovada, assinada pela Presidente e pôr mim Secretária, tendo sido também digitada para gravação em meio magnético, e registrada em livro para que se cumpram os fins legais.

São Vicente 06 de Junho de 2001.

 Vera Lúcia S. de Oliveira
 Secretária

 Célia Regina Moraes Lima
 Presidente

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
 e Civil de Pessoa Jurídica
 NELSON ROBERTI DA COSTA - Oficial
 APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO
 EM MICROFILME SOB Nº 007 689
 São Vicente, 27 JUN. 2001 R. João Ramalho, 1077
 São Vicente - SP

 ANA LÚCIA GODINHO - Escrevente Autorizada
 Imposto e Taxas devidos ao Estado e Cartéiras das Serventias recolhidas por verba.

OFICIAL DE R. T. D. E CIVIL
 DE P. J. - SÃO VICENTE

Ato - Registro	R\$ 0,40
Ao Serventuário	R\$ 1,00
A Estado	R\$ 2,00
Ao Ipep	R\$ 3,00
Outros	R\$ 1,00
TOTAL	R\$ 7,40
RECIBO	RESPONSÁVEL

À margem do lançamento nº 7280
 do protocolo "A" foi efetuada a competente anotação.

Rua Don Duarte da Costa, 341 - Tel.: 464-1177 - Vila Jôquei Clube - CEP 11.360-280 - São Vicente

Fonte: Livro de Atas Conselho Consultivo. Casa do Menor de São Vicente - SP. Folha 20 (Verso).

Interessante observar que a primeira parte – Unidade de registro 1- era sempre muito longa nas primeiras atas, nas décadas de 1970 e 1980, com o hábito de destacar textualmente alguns participantes da diretoria.

No conjunto de quatro livros de atas, percebemos a existência de reuniões até 1985, quase sempre na residência do presidente da entidade, pois não existia sede. O ano de 1986 não registrou nenhuma reunião.

A partir de 1987 as atas começaram a descrever situações cotidianas, como as obras de adaptação e reforma do prédio recebido em comodato do Clube Soroptimista. A ata da reunião de 16 de setembro de 1993, detalha a compra de uma telha em substituição a que foi quebrada por um dos meninos. O material seria então instalado na casa de um dos vizinhos “de pequenas posses”. Nenhum atendimento foi registrado entre a fundação da entidade, em 1974, e o ano de 1991. As atas registradas no cartório, os longos textos com homenagens, as notícias nos jornais e nenhuma criança, nenhum adolescente atendido no município de São Vicente. As internações; termo utilizado até a promulgação do ECA em 1990, eram realizadas nos municípios vizinhos, principalmente em Santos. As atas guardam ainda na sua redação, as relações que os diretores e voluntários possuíam com outras entidades, os pontos de vista dessas diretoras e diretores sobre trabalho, lazer e religião nas relações com crianças e adolescentes atendidos.

Depois de 1998, percebemos que as atas deixaram de tratar de crianças e adolescentes, os assuntos relatados são eleições para presidência, cargos na diretoria, mudanças no sistema de contratação de funcionários, assinatura de convênios e prestação de contas. Na medida em que a instituição passou a escolher e contratar profissionais nas áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia as referências sobre crianças e adolescentes parecem ter migrado para relatórios e outros documentos presentes nos prontuários de atendimento.

7.2 Os prontuários

Duas prateleiras com cerca de três metros lineares cada uma, com pastas plásticas poliondas, guardam aproximadamente quatrocentos prontuários, que documentam o atendimento de crianças e adolescentes na Casa Crescer e Brilhar de São Vicente.

Figura 11 - Caixas de arquivo. Prontuários.

Fonte Casa Crescer e Brilhar. 18/05/2018. Foto do autor.

Os prontuários das crianças e adolescentes atendidos pela Casa Crescer e Brilhar foram guardados nas salas de trabalho das profissionais de Psicologia e Serviço Social da instituição nas últimas três décadas e onde acabaram atingidos por enchentes que ocorrem no bairro onde a organização social está localizada, principalmente no verão. Os prontuários documentam o atendimento a cada criança e adolescente desde o início da década de 1990 até os dias atuais. Em 2018 passaram a ser guardados na sala do Ponto de Cultura Aldeia das Artes¹⁷, um local mais alto no prédio.

17 O Ponto de Cultura Aldeia das Artes foi instalado através de um convênio entre a Casa Crescer e Brilhar, a Prefeitura Municipal de São Vicente-SP e o Ministério da Cultura. Recebeu recursos entre os anos de 2011 e 2013, ministrando oficinas culturais para moradores do bairro Vila Jôquei Clube e comunidades do entorno.

A documentação do período inicial (1987 - 1990) foi possivelmente perdida nas enchentes, sendo que não encontramos prontuários de algumas crianças citadas nos livros de atas da diretoria e conselhos. Outra parte da documentação está bastante danificada, fotografias estão, na sua maioria, irrecuperáveis.

As pastas dos prontuários mais antigos, de papel na cor azul, foram organizadas numericamente, cada criança tinha um número. Percebemos que em outro momento, mas não datado, os profissionais organizaram essa documentação pelo nome da criança ou adolescente. A última organização do material foi feita por ordem alfabética e os prontuários foram arquivados em caixas de material plástico, preservando as características de arquivamentos anteriores. Dentro de cada pasta consta a história da criança, em alguns casos até atingir os dezoito anos de idade. Os papéis foram arquivados na medida em que eram gerados, os mais antigos estão no final das pastas. Além de um formulário impresso para coleta de dados gerais da criança, um tipo de ficha de identificação com cerca de três páginas, existem também anamneses,¹⁸ muito parecidas com as primeiras fichas, mas com caráter de um diagnóstico médico. Cópias de documentos pessoais e fotos, estão quase sempre acondicionados em envelopes soltos no final nas pastas, demonstrando que esse material poderia ser manuseado e encontrado facilmente para utilização em inscrições de cursos, estágios e, escolas, entre outras situações da vida da criança ou adolescente.

18 Prontuários Casa Crescer e Brilhar. T. L. M. Amnese. Marilise Martins – Psicóloga. 10/09/1998.

Figura 12 - Certificado. Igreja Nossa Senhora das Graças. São Vicente-SP.

Fonte - Pasta 43. Prontuário de A. L. S. S. Casa Crescer e Brilhar

Avaliações escolares, cartas para familiares, certificados de batismo e poemas estão nas pastas, que não guardaram apenas produções positivas de cada residente. Algumas pastas demonstram as relações conflituosas dos adolescentes com educadores, como a carta que Antônio¹⁹, que tinha na época dezessete anos, escreveu para o então presidente da entidade, Jaime Afonso, respondendo as queixas da educadora sobre seu comportamento.

19 Pseudônimo que criamos para preservar a identidade do menino.

Não temos a data correta da carta escrita por Antônio, mas pela queixa da educadora e a sequência de documentos na pasta é provável que tenha ocorrido em abril de 1998, quando a profissional enviou um texto manuscrito para o presidente da entidade, alertando para o fato de Antônio entrar na casa com os pés sujos, vindo da rua depois que as meninas lavaram o piso.²⁰ O menino, de maneira articulada responde a cada uma das queixas da educadora.

Seu Jaime (presidente da organização à época) aconteceu o seguinte eu estava vendo televisão como o programa não me interessava resolvi dar uma volta.

Quando sai para fora o chão estava sendo lavado. Quando retornei o chão estava limpo mas ainda molhado como eu também estava com os pés molhados resolvi entrar quando entrei a tia Ana disse limpa o pé que o chão tá limpo, eu já avia limpo os pés numa poça de água em frente ao portão então quando entrei eu disse meu pé tá limpo e continuei ai ela disse puta que pariu e eu respondi como o mesmo virei as costas e sai andando até então eu estava calmo, mas quando ela veio atrás de mim dizendo que ia soltar fogos quando eu saise da casa eu percebi que ela tinha feito de propósito que foi provocação então fiquei nervoso e lhe disse uns palavrões. Os palavrões foram os seguintes, só quer foder com a vida dos outros; dane-se, foda-se.

Seu Jaime o meu único erro foi ter ficado nervoso e ter dito os palavrões eu assumo, mas o senhor, tem que ver que antes que eu abrisse a boca para dizer alguma coisa ela avia me dito um palavrão e me provocado por tanto eu não sou tão erado assim eu tenho até testemunhas quando tudo aconteceu só não cito nomes por que não sei se eles iriam se envolver.

Por isso vou aseitar a idéia de que os funcionários de que não erram sempre tem razão e eu sempre estou errado mesmo que esteja certo tenho que assumir sozinho um erro que não é só meu.

Eu ia me esquecendo mas é bem provável pelo menos umas 4 vezes a estoria e como eu sei que o senhor vai acreditar nela eu não vou nem chamar as testemunhas eu não ia escrever este bilhete só o fis por que a Tia Marilize insistiu eu só sei que o fim da história eu to sempre errado e o funcionário certo.²¹

A carta, seu conteúdo e até o arquivamento dela marcam a posição de sujeito do menino. Escrever e endereçar a carta ao presidente pressupõe reconhecer-se nesse direito. O arquivo denota respeito e valorização dessa produção.

Voltaremos a falar da história de Antônio mais adiante. Sobre as cartas, observamos que existem também cartas para familiares, correspondências recebidas que nem mesmo

20 Carta da educadora para o presidente Jaime Afonso. 26/04/1998. Prontuários Casa Crescer e Brilhar. Pasta 43.

21 Prontuários Casa Crescer e Brilhar. Pasta 43. Prontuário de A. L. S. S.

foram abertas. Nos prontuários produzidos até 1998, as certidões de batismo na igreja católica Nossa Senhora das Graças tiveram destaque nas pastas. Quase todas as crianças e adolescentes do período possuíam também em seus prontuários o certificado de participação na Encenação da chegada de Martim Afonso de Souza, espetáculo teatral encenado na praia durante a última semana de janeiro, por ocasião do aniversário da cidade. Jornais onde constavam a programação do evento também foram guardados nos prontuários.

Cada pasta forma um conjunto que busca documentar o comportamento de cada criança ou adolescente na instituição e ainda o trabalho desta. Existem relatórios elaborados por assistentes sociais da Casa Crescer e Brilhar, por funcionários do Poder Judiciário e ainda documentos produzidos em outras instituições de acolhimento. As cópias de relatórios periódicos sobre cada criança e adolescente enviados para o Poder Judiciário também foram arquivadas nos prontuários, acompanhando situações de reaproximação com a família, estudos e trabalho dos adolescentes.

Percebemos que nos prontuários produzidos depois de 2000, a incidência de batizados passou a ser menor, ou sua importância no trabalho dos educadores e voluntários, já que não encontramos tantas certidões como no período anterior, até 1998, com a gestão de Jaime Afonso.

Dez anos depois da promulgação do ECA, as ações da entidade pareciam seguir no sentido de busca para atender a criança, o adolescente e sua família e não mais em culpabilizar família e acolhido. A aparência e a organização policialesca dos prontuários numerados, foram substituídas por pastas plásticas com divisórias, na maioria, nos casos acompanhados depois de 2006, quando foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) demonstrando a valorização da instituição familiar dentro da legislação aprovada.

De acordo com Machado (2011, p. 154)

No ano de 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que visa a valorização da instituição familiar. A partir de proposta apresentada por uma comissão inter-setorial organizada pelo poder público na esfera federal, os Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social, respectivamente CONANDA e CNAS analisaram e aprovaram o documento.

Além dos documentos pessoais, as pastas produzidas dentro da legislação vigente depois de 2006, guardam o PIA (Plano Individual de Atendimento) de cada criança ou adolescente residente além de documentação sobre as atividades de reinserção da criança ou adolescente em sua família, como pedidos de benefícios presentes na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS para crianças, adolescentes e seus familiares.

8 A CASA CRESCER E BRILHAR - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM SÃO VICENTE - SP

A Casa Crescer e Brilhar é uma das instituições que realizam o Serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes no município de São Vicente, litoral sul do Estado de São Paulo. Além da Casa Crescer e Brilhar, que é o nosso objeto de investigação, no mesmo município, existem também a Casa de Passagem, um abrigo com administração municipal e o LAM (Lar de Acolhimento de Meninos e Meninas), fundado em 1965, que atende preferencialmente crianças de 0 a 6 anos.

Foi fundada em 29 de outubro de 1974, conforme ata da Assembleia Geral da entidade, registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Vicente em 25 de fevereiro de 1975 com o nome de Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente.

(...) convidados pelo MM Juiz de Direito da Vara de menores – Dr. Aloysio Augusto de Campos Neto – reuniram-se no saguão do Fórum da Comarca de São Vicente, sito a rua Quinze de Novembro n. 171, em assembleia de fundação e constituição da "Casa de Triagem e Recuperação do Menor" as seguintes pessoas representativas da sociedade vicentina (...) (Ata da Assembleia geral da Casa de triagem e recuperação do menor, 1975.).²²

Os nomes das pessoas descritas como "representativas da sociedade vicentina" na época, correspondem a representantes da prefeitura, do poder judiciário, da polícia civil e de vereadores.

A escolha por fundar e construir uma Casa de Triagem e Recuperação de Menores na Baixada Santista em 1974, que depois seria a Casa Crescer e Brilhar, aconteceu carregada de uma série de valores que aquela sociedade possuía à época, valores esses que foram pintados, camada por camada durante séculos. O fato é que existiram experiências diferentes no decorrer do século XX.

O Brasil escolheu seguir a experiência dos Estados Unidos da América e de outros países europeus, criando o Código de Menores em 1927 a opção foi uma aliança entre o judiciário e as entidades filantrópicas.

22 Transcrição da Ata de fundação da Casa de triagem e recuperação do Menor. Acervo de Celia Regina Moraes Lima.

Em São Vicente, nos anos 1970, um grupo buscava criar uma instituição total que era o modelo à época, A Casa de Triagem e Recuperação de Menores, enquanto uma freira espanhola de nome Maria Dolores Muñiz Junquera apresentava outras formas de tratar a questão da pobreza e a institucionalização das crianças.

Irmã Dolores, como era conhecida, nasceu em 26 de fevereiro de 1926 em Gijón nas Astúrias, ao norte da Espanha. Ninguém sabe ao certo quando e como irmã Dolores chegou em São Vicente - SP, mas o fato é que ela e outra religiosa, conhecida como Irmã Maria do Carmo, instalaram-se em uma moradia adaptada, provavelmente uma palafita, como tantas outras onde residiam famílias a quem se destinava a Casa de Triagem, no mesmo bairro, o Jóquei Clube, onde hoje está localizada a Casa Crescer e Brilhar.

Era estudiosa da Teologia da Libertação e encontrou nas crianças, adolescentes e nas mulheres dos Diques, da Vila Jóquei Clube e outros bairros humildes da Baixada Santista, o público que necessitava de apoio – carentes de lazer, educação, saúde entre tantos outros direitos. Fundou a JIP (Jóquei Instituição Promocional) para propiciar educação profissional aos jovens e outras instituições na área Continental de São Vicente e na cidade de Guarujá. (COSTA, 2014).

Além das instituições de ensino profissional que visavam os adolescentes e da construção de igrejas, possuía uma forma muito particular de realizar o atendimento. Residindo no bairro, buscava conhecer as famílias, entrava nas residências para convidar as mães para a missa, para visitar crianças recém-nascidas e nesses momentos ia percebendo quantas mulheres estavam gestantes, quais eram as condições econômicas da família e buscava formas de atendimento para cada caso.

Ao contrário da Casa de Triagem e Recuperação de Menores, pensada para isolar as crianças de suas famílias em uma área distante do centro da cidade, o trabalho da Irmã Dolores e de outras religiosas ia ao encontro das famílias, buscava desenvolver uma profissão nos jovens e nas mulheres adultas, integrando-as na sociedade, mantendo as famílias reunidas, indiferentemente do seu modelo de organização.

Na página três do documento de fundação e constituição da Casa de Triagem e Recuperação de Menores há a descrição de como foi constituído o Conselho Consultivo da entidade, composto por dezoito membros, sendo oito natos e dez eleitos. Como "membros natos" estavam o juiz de direito da Vara de Menores, o curador de menores da Comarca, o Prefeito Municipal de São Vicente, o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, o

Delegado de Polícia Titular de São Vicente, Prefeito Municipal de Praia Grande, o Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande, o Delegado de Polícia Titular de Praia Grande.

Embora o documento de fundação explique como ficaria o patrimônio da entidade, nenhum bem móvel ou imóvel foi listado. Foi fixada uma mensalidade de "dez cruzeiros" aos sócios. Só para que possamos ter uma referência, o salário-mínimo em maio de 1974 era de Cr\$ 376,80²³, a inflação pode ter sido o motivo para que tenha sido novamente reajustado em dezembro do mesmo ano. Não havia sede, apesar da ocorrência do ato comprovado em cartório, a entidade só passou a funcionar recebendo crianças no final da década de 1980. Ficava assegurado pelo documento que a diretoria da entidade deveria providenciar que os serviços prestados tivessem sempre o acompanhamento de um profissional de Assistência Social.

Um terreno na rua Antônio Pedro de Jesus, bairro Cidade Náutica, distante cerca de vinte minutos da sede atual, foi doado para a construção da Casa de Triagem e Recuperação de Menores e contaria com mais de trezentas vagas dispostas em três prédios de dois pavimentos e uma quadra de lazer. Foram feitos projetos, incluindo um conjunto de plantas datadas de 1981 do prédio da Casa de Triagem.

Figura 13 – Lançamento da Pedra Fundamental da Casa de Triagem e Recuperação de Menores.

Fonte - Jornal A Tribuna de Santos. 22/01/1977. p. 8.

23 <http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitega/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>. Acesso em 30/01/2017.

Figura 14 – Planta para edifício Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente.

Fonte - Arquivo da Casa Crescer e Brilhar.

Sobre o dinheiro arrecadado com as mensalidades de dez cruzeiros, previstas na ata de fundação, temos a soma de Cr\$105.000,00 (cento e cinco mil cruzeiros) para a construção da Casa de Triagem e Recuperação em 1977.²⁴ O fato é que o prédio da Cidade Náutica nunca foi construído, segundo depoimento da senhora Celia Regina Moraes Lima, a Prefeitura Municipal pediu o terreno de volta para a construção de uma Delegacia da Polícia Civil e Carceragem feminina e, em troca ofereceu funcionários públicos para atuarem na então Casa do Menor, quando a entidade tivesse sede.

Próximo ao local estava o LAM (Lar de Acolhimento de Meninos e Meninas) em destaque no mapa e, como se pode verificar, está próximo da planejada Casa de Triagem. As duas entidades estavam em quarteirões de um bairro residencial da cidade, a Cidade Náutica, uma área que recebia então pequenas casas de alvenaria em terrenos que não passavam de 250 metros quadrados. O bairro foi praticamente segmentado pela Rodovia dos Imigrantes, com

24 Jornal A Tribuna de Santos. 22/01-1977. p. 8.

traçado em amarelo, separando-o do restante da cidade. Outro limite era o manguezal e um estuário que divide a Ilha de São Vicente do continente.

Figura 15 - Loteamento do Bairro Cidade Náutica – 2º Gleba.

- 1- LAM – Lar de amparo de meninos e meninas.
- 2- Área destinada para construção da Casa de triagem e recuperação do menor.
- 3- Escola Estadual
- 4- Traçado atual da Rodovia Imigrantes – acesso para Praia Grande-SP.

Fonte -.Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. (1981).

Figura 16 - Legenda da planta e representação do térreo do edifício da Casa de Triagem

Fonte - Arquivo da Casa Crescer e Brilhar (1981).

Trabalhando a biografia de Sophia Jobim, educadora, a pesquisadora Ana Carolina de Azevedo Guedes conta a origem do soroptimismo no Brasil.²⁶

Segundo Guedes (2013)

Em 1947, ao lado de Bertha Lutz e Carolina Tibbets, Sophia fundou a primeira sede do Clube Soroptimista no Brasil, em sua casa. Inicialmente composta por vinte associadas, como Anésia Pinheiro Machado, Marita Jobim Gallo e Maria Lenke, entre outras senhoras de destacada posição social. Ocupou o cargo de presidente da agremiação, sendo reeleita por unanimidade durante quatro anos e auxiliando na fundação de outras sedes no sul do Brasil e em São Paulo. Marita, sua irmã, esteve presente em diferentes ocasiões como, por exemplo, em almoços de homenagem do Clube Soroptimista.

Celia Regina de Moraes Lima, atual integrante da diretoria da Casa Crescer e Brilhar e do Clube Soroptimista de São Vicente, contou no seu depoimento a este pesquisador²⁷ que as soroptimistas conseguiram adquirir o terreno onde fica atualmente a Casa Crescer e Brilhar e também conseguiram recursos para a construção de uma escola para crianças deficientes no município. A escola, que nunca funcionou por falta de recursos humanos, foi inteiramente equipada e recebeu o nome de Escola de Excepcionais Célula Mater. A ata de 26 de janeiro de 1987 descreve o prédio com móveis e equipamentos, contando, inclusive, com um consultório odontológico. Explica que uma família havia ocupado uma das salas, mas que já estava acertado que deixaria o local para uma construção no Dique Sambaiatuba – comunidade vizinha ao bairro, próxima do antigo lixão da cidade

A Presidente do Clube Soroptimista Dilia Peres Rodrigues “disse que com a desativação da Unidade da Febem em São Vicente, na Praia de Paranapuã, a escola para excepcionais foi transferida para aquele prédio público, ficando a Escola de recuperação Célula Máter, mantida pelo Clube Soroptimista, sem finalidade.”²⁸

26 GUEDES, Ana Carolina de Azevedo. A Individualidade sob uma perspectiva biográfica no caso de Sophia Jobim (1920 1960). Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Mariana, 2013.

27 Depoimento de Celia Regina Moraes Lima. Concedida em 16/05/2016.

28 Ata de Assembleia Geral extraordinária da Casa do menor de São Vicente. 11/02/1987. Livro 1 folha 37.

Figura 18 - Colônia de férias FEBEM - Praia das Vacas. São Vicente-SP

Fonte - Jornal Cidade de Santos (1967).

O comodato do prédio da escola fez-se por meio de um acordo firmado entre as soroptimistas e a então diretoria da Casa do Menor e parecia resolver dois problemas; a ocupação e uso do prédio já invadido por famílias empobrecidas da região, que solucionava a questão para as soroptimistas, ocupando o prédio construído com finalidade educacional, garantindo sua preservação. Para o poder público, respondia à pressão que a sociedade exercia naquela época sobre a questão da infância. O ano era 1987, quando estavam sendo discutidas as ideias da Constituição cidadã de 1988 e em 1990 foi promulgado o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente.

No contexto nacional, foi realizado em 1986 em Brasília, o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Grupos de crianças e adolescentes de diferentes pontos do país, reunidos por iniciativa das comissões locais, discutiam a situação que os afetava. (GRANDINO, 1999. p.26).

De acordo com Grandino (1999, p. 27)

Em junho de 1987, duas emendas populares – "*Criança e Constituinte*" e "*Criança – Prioridade Nacional*" – contendo cerca de 250 mil assinaturas foram entregues ao Congresso constituinte, tendo sido ambas aprovadas por expressiva maioria.

Mesmo sem uso oficial, o prédio das soroptimistas apresentou problemas e precisou de reformas. A ata da Assembleia geral ordinária de 11 de maio de 1987 aponta como o poder judiciário, por meio do Juiz de menores Carlos Eduardo Sampaio, estava sendo cobrado para a instalação e funcionamento da então Casa do Menor de São Vicente.

Ressaltou, ainda, o presidente, que a Casa do Menor ainda não estava funcionando, pois necessita de material humano e uma reforma se faz necessária em sua sede. A preocupação inicial é realmente colocar a Casa do Menor em funcionamento, uma vez que o Dr. Carlos Eduardo está sendo cobrado pela comunidade para se ter um lugar para os menores carentes de São Vicente. Quanto à reforma do prédio, o presidente informou que foi vistoriado por técnicos em estacamento que constataram a eventual necessidade de colocação de apoio sob a estrutura nos cantos do prédio. Todavia, o afundamento foi se desenrolando por igual e talvez já tenha se acomodado e não comprometa a estrutura do prédio. O laudo técnico está em fase de elaboração.²⁹

Encontramos poucos registros oficiais de atendimento de crianças e adolescentes na instituição entre 1987 e 1991, parte da documentação foi perdida ou está ilegível. Um exemplo é prontuário de atendimento de número 79, com informes do Poder Judiciário de março de 1990 e encaminhamento para instituição³⁰ Apenas no depoimento do antigo pedagogo da instituição e atual Diretor de Cultura Anguair Gomes dos Santos, fazendo referência a um adolescente que voltou para as ruas, dormindo em portas de lojas comerciais no bairro Jóquei Clube, ao lado da então Casa do Menor, como se esperasse a entidade reabrir depois da reforma.

Na ata de 15 de abril de 1991 o presidente da entidade, senhor Jaime Fernandes Afonso aponta que a instituição está sem funcionar, por conta dos problemas na estrutura do prédio. Uma dívida com o escritório de contabilidade foi paga pelo Juiz de Menores, Dr. Carlos Eduardo Sampaio para que a entidade voltasse a funcionar.³¹

29 Livro de atas 1. Ata de Assembleia Geral Ordinária. 11/05/1987. Folha 31.

30 Prontuário de A. L. S. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 10/03/1990.

31 Livro de atas 1. Ata de reunião de Diretoria. 15/04/1987. Folha 31.

A ata de 3 de junho de 1991 foi a primeira a fazer referências ao atendimento de crianças e adolescentes, na qual são relatados pedidos de diferentes donativos para empresas da região da Baixada Santista³².

Não encontramos nas atas do livro 1 nenhuma referência ao número de vagas disponíveis na entidade para crianças e adolescentes. A ata de fundação e constituição da entidade de 29 de outubro de 1974 aponta como suas funções:

Artigo 2º - São fins da associação:

I- Proteção dos menores desamparados da comarca de ambos os sexos, educando-os, instruindo-os, velando por sua saúde, ministrando-lhes cursos profissionalizantes, integrando-os na sociedade, enfim, promovendo-lhes a boa formação e bem-estar.

II- Funcionará em regime de internato, semi-internato, externato, conforme melhor atender aos interesses do menor e dentro das possibilidades da associação.³³

No final da década de 1990, a chamada Casa do Menor chegou a abrigar quarenta crianças e adolescentes em regime de internato, conforme entrevista da ex-presidente da entidade Celia Regina Moraes Lima, concedida no dia 16 de maio de 2016.

Começando num período arbitrário, em que a diretoria foi escolhida entre políticos e com membros "natos" do poder judiciário e da polícia civil, a *Casa* conseguiu ocupar um espaço físico e desempenhar suas atividades somente em 1987, por meio do encontro de dois grupos; as soroptimistas e os membros da diretoria da Casa do Menor, que doze anos depois, com a redemocratização do país e os debates da Constituição de 1988, não eram mais os mesmos. Os diferentes nomes da instituição registrados nas atas existentes no Cartório da cidade e em poder de antigos dirigentes, são testemunhos das diferentes políticas desenvolvidas para crianças e adolescentes carentes no país durante o século XX.

32 Livro de atas 1. Ata de reunião de Diretoria. 03/06/1991. Folha 46.

33 Livro de atas 1. Ata de Fundação e Constituição da Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente. 29/10/1974. Folhas 1 e 2.

9 ANÁLISE DE DADOS

A atuação do pedagogo Anguair Gomes dos Santos na Casa Crescer e Brilhar, instituição, na qual hoje ocupa o cargo de Diretor Cultural e da ex-presidente da entidade Celia Regina Moraes Lima, atravessa o período descrito pelo pesquisador da Faculdade de Educação da USP, Roberto da Silva como de Desinstitucionalização (SILVA, 1997), compreendido entre 1990 com a promulgação do ECA e os dias atuais, caracterizado como momento de desmonte do sistema autoritário, dos debates para a Constituição Cidadã de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O período descrito por Roberto Silva (1997) como de desinstitucionalização, foi definido pela pesquisadora Elisabete Roseli Ferrarezi como humanista, tendo como marco a Constituição de 1988, consolidado pelo ECA em 1990, fruto de reivindicações de entidades civis de defesa dos direitos das crianças no período de distensão política do governo Geisel (1974-1979). Tem como características centrais a concepção de cidadania e a garantia de direitos das crianças e jovens em suas fases distintas de desenvolvimento biopsicossocial, no plano legal, político e social. (FERRAREZI, 1995. p.7).

Roberto Silva (1997) descreve ainda o chamado período Institucional Pós-64 (1964-1990), momento da criação da FUNABEM no nível federal e das unidades estaduais FEBEM; ideia de Doutrina da Segurança Nacional e promulgação do Código de Menores de 1979. Segundo Ferrarezi (1995), a instauração do regime militar em 1964 instalou o paradigma assistencialista repressor que enxergava os jovens marginalizados como menores carentes, para os quais eram necessárias políticas sociais compensatórias. (FERRAREZI, 1995. p.7). Trata-se do intervalo de tempo no qual localizamos a fundação da Casa Crescer e Brilhar, com sua primeira denominação Casa de Triage e Recuperação de Menores (1974), assim como a fundação da outra instituição de abrigamento do município o LAM (Lar de Acolhimento de Meninos e Meninas) 1965.

Na ata de posse, datada de 31 de setembro de 1989, a diretoria assumiu a demora demasiada para reunir recursos e construir a nova sede da Casa do Menor de São Vicente no terreno existente no bairro Cidade Náutica e resolve ali devolve-lo para a Prefeitura. Neste terreno, posteriormente, foi construído o Segundo Distrito Policial da cidade.

Entre 1974 e 1987 a entidade funcionou apenas “no papel”. Não encontramos nenhum registro nas atas que documentam as assembleias desse período, nem mesmo nos depoimentos coletados, nada sobre o atendimento de crianças e adolescentes em diferentes endereços

ocupados pela entidade e identificamos que a maior parte dos locais correspondia às residências dos presidentes da entidade.

O quadro que segue, aponta as principais mudanças na instituição, considerando o contexto das políticas para a criança e o adolescente no país durante o período de 1974 a 2004.

Tabela 5 – principais mudanças na Casa Crescer e Brilhar

Ata de reunião	Ato	O que acontecia na Casa	O que acontecia no país
29/10/1974	Fundação da Casa de Triagem e Recuperação do Menor	Nenhum registro de atendimento a crianças e adolescentes.	Ditadura Militar e vigência do Código Mello Matos (1927-1979)
10/12/1984	Passa a ter o nome de “Casa do Menor	Nenhum registro de atendimento a crianças e adolescentes	Campanha por eleições diretas – Diretas já. Vigência do Código de Menores (1979-1990)
26/01/1987	Presidente procurado pela Diretoria do Clube Soroptimista para fazer um Comodato do prédio da Rua Dom Duarte da Costa, 341 por dez anos.	A Casa do Menor começa a ser instalada no local atual, através de um acordo entre as soroptimistas e o poder judiciário.	Duas emendas populares – "Criança e Constituinte" e "Criança – Prioridade Nacional" – contendo cerca de 250 mil assinaturas foram entregues ao Congresso constituinte, tendo sido ambas aprovadas por expressiva maioria. (GRANDINO, 1998. p. 27).
1988			Promulgação da Constituição
31/08/1989	Revogação da doação do terreno na Cidade Náutica		Eleições diretas para o Executivo e Legislativo
14/02/1990	Mudança definitiva da Casa do Menor da Av. Presidente Wilson, 1519 para o prédio da Rua Dom Duarte da Costa, 341.		Promulgação do ECA
12/03/1991	Renúncia coletiva da diretoria da Casa do Menor. Jaime Fernandes eleito presidente. Primeiros atendimentos a crianças	As atas apontam a possibilidade da entidade ter permanecido	

e adolescentes registrados nas atas e prontuários.	<p>fechada por problemas no prédio.</p> <p>Possivelmente por afundamento do solo na área da Cozinha.</p> <p>Relatos nos depoimentos, sobre crianças que dormiam em obras e prédios fechados na vizinhança da sede atual na Rua Dom Duarte da Costa, 341. (Ata de 06/05/1991).</p>
15/02/2000 Retirada do termo “menor” dos documentos	
14/09/2004 A entidade passa a ser chamada Casa Crescer e Brilhar, nome escolhido por crianças e adolescentes residentes na instituição.	Mudança do estatuto para atender ao ECA e receber valores de convênios

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

Observamos, no período que vai de 1974 a 1987, noções de caráter assistencialista e correcional, uma mistura do que o país havia experimentado desde o Código Mello Mattos em 1927, nas finalidades descritas nas atas, mesmo sem o atendimento de crianças e adolescentes na cidade. A ata de 29 de outubro de 1974, aponta como uma das finalidades da Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente:

V - Organização de assistência médica, odontológica, psiquiátrica, psicológica, farmacêutica, enfim, o que for preciso para a saúde, recuperação e reeducação do menor.

VI - Propiciará recolhimento provisório para menores não perigosos, até que lhes seja dada destinação apropriada.³⁴

A ideia de abrigar apenas menores não perigosos remete à visão do Código de Menores de 1927, uma preocupação característica das fases Correcional Repressivo (VERGARA, 1992), Filantrópica Higienista (1874 – 1922) ou Assistencial (1924 – 1964) (SILVA, 1997), categorizando crianças e adolescentes entre carentes e infratores.

³⁴ Ata de Fundação e Constituição da Casa de Triagem e Recuperação do Menor de São Vicente. 29/10/1974. Livro 1. Folha 2.

A criminalização da criança e do adolescente pobre aparecem na respectiva ata no emprego de termos como "recuperação" e "reeducação". A frase - "Propiciará recolhimento provisório para menores não perigosos, até que lhes seja dada destinação apropriada" – demonstra a ideia da criança e do adolescente como objetos da ação assistencial e não como sujeitos detentores de direitos. O critério de elegibilidade descrito na frase reflete, ainda, a noção de crianças e adolescentes como problema social, mediante a escolha por atender aqueles não perigosos".

O que foi proposto na constituição da Casa de Triagem e Recuperação é algo muito próximo a uma instituição total. A forma de redação da ata, denota que todos esses serviços seriam prestados dentro da própria instituição.

As crianças até os seis anos de idade, eram atendidas na LAM (Lar de acolhimento de meninos e meninas). Chamaremos aqui, considerando a história do atendimento de crianças e adolescentes na cidade de São Vicente, esse período institucional como "assistencialismo de papel", já que a então Casa de Triagem e Recuperação de Menores só teve uma sede em condições de atender crianças e adolescentes em 1987, com atendimentos descritos em atas posteriores a 1991.

O período que segue de 1987 até 1994, apresenta características assistencialistas por influência de grupos ligados com diferentes segmentos da Igreja Católica na organização da então Casa do Menor. Esse grupo frequentava a Paróquia Nossa Senhora das Graças no destacado bairro da Vila Valença em São Vicente. Uma dessas pessoas era Jaime Afonso, eleito presidente da Casa do Menor em 1991. Este senhor fundou em 1988 a APAE São Vicente-SP (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Era funcionário aposentado da empresa Petrobrás, assim como outra ex-presidente da instituição Celia Regina Moraes Lima, moradores no bairro Vila Valença e frequentadores da Igreja Nossa Senhora das Graças.

A ata de uma reunião da diretoria do dia 5 de agosto de 1991 relata, entre outros assuntos, sobre passeios das crianças durante as férias, "lazer". Uma das atividades foi em um parque na cidade de Cubatão, outro de trem nos equipamentos e instalações da antiga FEPASA (de Santos até Samaritá bairro da área continental de São Vicente), visita ao quartel dos Bombeiros (Polícia Militar), entre outros. Informava também que o comandante dos Bombeiros ficou de dar resposta sobre possibilidade de oferecer trabalho aos menores do semi-internato.³⁵

35 Ata de reunião da diretoria da Casa do Menor. 05/08/1991. Livro de atas 1. p. 49.

Iniciada a reunião, tomou a palavra o Sr. Jaime Fernandes Afonso – Presidente da Casa do Menor, informado aos demais diretores que durante as férias das crianças foram feitos diversos lazeres, tais como: - passeio pela FEPASA de Santos até Samaritá, passei ao Parque de Cubatão, passeio no 2º Batalhão de caçadores de São Vicente (quartel do exército), passeio das crianças a sede dos Bombeiros de São Vicente, passeio pela cidade de São Vicente com trenzinho turístico, tarde da pizza na festa Junina da Praia do Itararé com passeio no parque infantil, passeio no centro de recreação da FEMCO (Associação de Funcionários da COSIPA - Siderúrgica Paulista), todos estes passeios teve por responsáveis as voluntárias.³⁶

O uso do termo menor nos documentos oficiais da entidade, foi observado mesmo um ano após a promulgação do ECA. O termo só foi retirado dos documentos em 2000³⁷.

Falar em menor como sinônimo de criança ou adolescente é característico da doutrina da situação irregular e com a promulgação do Estatuto foi substituído, reconhecendo o peso discriminatório e estigmatizante. O pesquisador Edson Passeti explica o termo menor em situação irregular.

De acordo com Passeti (1987, p. 31)

Lendo o que o Código de Menores dispõe como sendo situação irregular, notaremos que ele não está falando de menores em geral, mas começa a ficar claro para quem ele é feito: para crianças e jovens oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, geralmente desorganizadas. O menor em situação irregular é aquele que vive na situação de marginalidade social.

A ideia de buscar “lazer”, ocupações em quartéis militares, como Bombeiros e Exército, em 1991, um ano após a promulgação do ECA, possui suas origens na prática de enviar adultos que quando crianças viveram institucionalizadas, para o serviço público e forças armadas, momento caracterizado pelo militarismo e introdução de disciplina militar nos antigos internatos, entre o Golpe Militar de 1964 e ano de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (SILVA, 1997).

Hoje Diretor de Cultura da Casa Crescer e Brilhar e ex-aluno do sistema FUNABEM nas décadas de 1960 e 1970, nos relata como encontrou a então Casa do Menor de São Vicente em 1999.

Apresentava ainda essa resistência, a Casa Crescer e Brilhar era ainda Casa do Menor e trazia uma série de coisas dentro do seu dia a dia, lembrando e a retomada mesmo dos momentos antes do ECA. Nós chegamos lá e as

36 Ata da reunião da Diretoria da casa do menor. 05/08/1991. Livro 1. Folha 49

37 Ata de reunião extraordinária do Conselho consultivo. 15/02/2000. Livro 2. Folha 15.

mesas eram presas no chão para que eles não pudessem arrancar, as pessoas comiam ainda de colher. Não podiam ter acesso à cozinha.³⁸

O período entre 1996 e 2006 se inscreve no momento nomeado como de humanização (VERGARA, 1992), caracterizado como de garantia de direitos. Uma parte dos gestores da entidade tentava adequar a instituição e suas práticas às exigências do ECA, garantindo lazer, acesso a serviços públicos como saúde, serviço social e educação no terceiro setor e em instituições governamentais, desenvolvimento de atividades que buscavam também atender as famílias das crianças abrigadas. Outra parte da diretoria da instituição discordava desse tipo de abordagem implementada no período e começou a deixar a instituição. A tradição cristã de alguns membros da diretoria, era confrontada com a atitude de receber na entidade, algumas mães das crianças, mulheres que atuavam na prostituição da área portuária em Santos.

Nesse período, os funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de São Vicente no final da década de 1980 e início de 1990, começaram a deixar seus postos na Casa do Menor, que precisou contratar pessoal próprio para o atendimento das crianças e adolescentes, manutenção e administração. Várias queixas a esse respeito são relatadas nas atas, como a participação do psicólogo João Carlos em 27 de setembro de 1996, contratado para acompanhar o trabalho com as crianças e suas famílias, citando a conduta desses funcionários com as crianças.

O Sr. João Carlos enfatizou que há um ponto crítico que lhe tem criado uma série de incômodos do ponto de vista técnico quando das reuniões com a equipe, face o incorreto posicionamento profissional da administradora Sra. Sônia e da Psicóloga Sra. Bete. Há uma discordância profunda entre as referidas e o seu enfoque técnico. Segundo o Sr. João Carlos há uma relação eivada de vícios, construída pelas profissionais e as crianças, entendendo-se como vícios, maus hábitos que não educam adequadamente.³⁹

Foi a participação de um profissional escolhido para a função e não simplesmente aquele que a prefeitura enviava, muitas vezes descompromissado com a instituição, que não concordava em participar das atividades propostas com crianças, adolescentes residentes e suas famílias, que possibilitou uma crítica ao desempenho dos profissionais que atuavam na Casa do Menor naquele período.

Entendemos que estavam em movimento, ações focadas na valorização dos direitos das crianças e adolescentes, reconhecendo-as como sujeitos, buscando atender as famílias das

38 Depoimento de Anguair Gomes dos Santos. 29/05/2016.

39 Ata de Reunião Ordinária da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 27/09/1996. Livro 2. Folha 40.

crianças e adolescentes residentes na então Casa do Menor., através das atividades propostas por um novo profissional de psicologia.

A Prefeitura Municipal demonstrava insatisfação com o sistema de fornecimento de mão de obra, deixando de pagar horas extras a esses funcionários, como se observa nas atas de 28 de março de 1994 e 16 de maio do mesmo ano.⁴⁰

Ofício ao Senhor Prefeito Municipal de São Vicente, relatando as dificuldades, tendo em vista a falta de funcionários afastados ou demissionários, os quais não estão sendo repostos. Sobre este assunto tem agendada reuniões com as Secretarias de Cidadania, Educação e SESAV (Serviço de Saúde de São Vicente).⁴¹

A alternativa dada pela Prefeitura Municipal foi um repasse de recursos por meio de um convênio, para pagamento dos custos com pessoal, realizado por intermédio de uma cooperativa. A vantagem do novo sistema, foi a possibilidade de escolher profissionais com aptidões ao trabalho, acompanhada da desvantagem de ter um valor fixo, baixo. Outro óbice foi que o estabelecimento do convênio com a prefeitura, impôs que a organização tivesse que negociar a cada ano a sua renovação, assim como a pleitear ajuste no valor pago.

Na medida em que o tempo passava, as reuniões documentadas nas atas começaram a demonstrar que os pagamentos do convênio eram efetuados com atrasos cada vez maiores e sem reajuste (Ata de 12/04/2005). Outro problema foi a não adequação do sistema de cooperativa para a contratação de técnicos e educadores sociais para o atendimento (Ata de 14/09/2004). Os custos do registro de funcionários por CLT demonstraram a fragilidade da área econômica da entidade.

Outro problema observado nas atas é o acúmulo de funções de Psicólogos e Assistentes Sociais, requisitados cotidianamente para escrever projetos e atender editais que visam a obtenção de recursos públicos, em detrimento do atendimento de crianças e famílias, como apontava o Diretor Cultural da instituição na Assembleia Geral realizada em abril de 2015, quando foram citados cinco convênios com empresas privadas e esferas públicas do Município, Estado e Governo Federal, supervisionados pelos técnicos da instituição, psicólogos e assistente social.

40 Ata da Reunião de Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 28/03/1994. Livro 1. Folha 89. Ata da Reunião de Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 16/05/1994. Livro 1. Folha 91

41 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 05/09/1996. Livro 2. Folha 39.

O senhor Anguair coloca a preocupação a respeito da sobrecarga de trabalho da Equipe Técnica da Casa Crescer e Brilhar. São muitos projetos desenvolvidos.⁴²

No período de contratações por cooperativismo, foram duas trocas de cooperativas em dois anos, contrato encerrado com a Multicooper em 2004 (Ata de 14/09/2004) e com a Cooger em 2006 (Ata de 10/04/2006), quando os funcionários passaram para o regime da CLT.

Foram realizadas alterações no Regimento Interno (2009) e no estatuto da entidade (Ata de 16/08/2011), visando adequação com editais governamentais e de empresas para captação de recursos.

Ocorreram pelo menos quatro projetos ligados a atividades artísticas desde 2009, financiados por convênios com órgãos governamentais e empresas: “Ponto de Cultura Aldeia das Artes” (Ministério da Cultura), “Rendendo-se a arte” e “Bem me quer” (Petrobras, Volkswagen, CMDCA). Apesar dos projetos atenderem efetivamente crianças, adolescentes, famílias e a comunidade das áreas vizinhas da entidade, cumprindo com o preconizado na legislação, notamos que uma das reais motivações para a adesão a tais convênios, ocorreu por conta da captação de recursos e não necessariamente das necessidades do público atendido no período.

Sem uma definição própria sobre os objetivos de atendimento, as ações do setor administrativo da entidade apenas seguiam o que chegava das esferas governamentais. A organização social parecia seguir determinações e mudanças na legislação federal, sem que fosse fruto de uma reflexão interna. Os recursos chegavam com atraso e em quantias insuficientes, apenas os convênios para realização de atividades culturais foram descritos com pagamentos em dia nas atas posteriores a 2009.

A saída para manutenção da entidade e de seus compromissos foi seguir na busca por convênios que pudessem trazer recursos, quase sem tempo para pensar sobre seu próprio trabalho, nem sobre a qualidade do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes.

Psicólogos, assistente social e pedagogo, profissionais com formação superior que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e famílias foram raramente citados nas atas de reuniões da diretoria. Exceções foram para a fala do psicólogo João Carlos em 1996 (Ata de 27/09/1996), na qual aponta problemas sobre a conduta de funcionários com as crianças e outra reunião de 2002 (Ata de 08/04/2002) com citação de relatório produzido pelos funcionários.

42 Assembleia Geral Ordinária da Casa Crescer e Brilhar. 14/04/2015. Livro 4. Folha 7.

No item 2º apresentação do relatório de 2001 – Ações e Atividades, a senhora presidente da Casa do Menor, Sra Celia Regina Moraes Lima, apresentou extenso relatório de ações e atividades realizadas no ano de 2001. Aquele documento, que será arquivado em pasta própria e que foi elaborado com a colaboração da equipe técnica, Sra Mirela Martina Barros, Assistente Social e dos Srs. Anguair Gomes dos Santos e Glaucus Borges da Silva. O relatório destaca a melhoria da capacitação dos técnicos, a preocupação com a saúde dos residentes; o fortalecimento da relação familiar; o acesso de residentes a cursos técnicos entre outras.⁴³

O ingresso de profissionais mais qualificados e envolvidos com o trabalho da entidade promoveu mudanças, colaborou para que a organização se adequasse a um novo modelo de atendimento, valorizando as crianças e suas necessidades.

Esse novo modelo de atendimento foi possível por conta da busca por recursos em editais, que permitiram uma série de atividades para crianças, adolescentes e suas famílias. Apesar de possibilitarem um atendimento melhor, os recursos de editais mascaram as dificuldades financeiras, que dificultam até o presente momento, a execução das atividades-fim da organização, comprometendo profundamente a qualidade do atendimento, além de manter uma insegurança quanto à viabilidade de seguir com o trabalho.

Essa busca por editais, demonstra que a Casa tinha poucas condições de seguir um planejamento com definições próprias, por outro lado, ao obter recursos, a entidade conseguiu colocar em prática projetos que garantiram melhora gradual do atendimento e adequação das práticas institucionais aos pressupostos da proteção integral.

43 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Casa do Menor de São Vicente-SP. 08/04/2002. Livro 3. Folha 23.

9.1 Analisando os termos trabalho, lazer e família nas atas e prontuários da Casa Crescer e Brilhar.

A leitura das atas e o processo de elaboração de planilhas sobre cada documento encontrado nos quatro livros da instituição, nos indicou a presença de três termos emblemáticos que apontam para direitos de crianças e adolescentes previstos no ECA. O direito à convivência familiar, o direito ao lazer e à formação para o trabalho.

Os termos foram então contextualizados, observando, por exemplo, se a palavra lazer fazia de fato relação com atividades de lazer descritas pela literatura (DUMAZEDIER, 1979) e seu contrário, como a questão da inserção dos adolescentes no mercado de trabalho era realizada sem preocupação com o aprendizado ou desenvolvimento de habilidades profissionais.

Quanto ao termo família, identificamos a maneira como era citado e se existiam menções a atividades que envolvessem a aproximação das crianças e adolescentes atendidos com suas respectivas famílias em diferentes períodos. Ou seja, buscamos indicativos dos paradigmas subjacentes, considerando a importância atribuída ao trabalho de restabelecimento dos vínculos familiares e a atenção ao princípio da brevidade de institucionalização das crianças e adolescentes atendidos.

9.1.1 Analisando o termo trabalho nas atas da Casa Crescer e Brilhar

*O trabalho nos torna livres*⁴⁴

Uma das possíveis origens para o termo trabalho é a lenda sobre o rei Sísifo, que tendo escapado a Tântatos, o deus da morte, enviado por Zeus para castigá-lo, foi levado por Hermes ao inferno, onde o condenaram ao suplício de rolar uma rocha até o cimo de um monte, de onde ela despencava, devendo o condenado recomeçar incessantemente o trabalho.

Outra possibilidade de origem para a palavra é o termo *tripallium*, em latim, um instrumento de tortura. Desse modo, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no *tripallium*. Na lenda grega de Sísifo o trabalho é algo feito com grande sacrifício e sem nenhuma utilidade.

Mais próximo de nossa época o matemático e filósofo Bertrand Russel (1872-1970) explica o significado do trabalho:

44 Frase na entrada do Campo de concentração de Auschwitz. Polônia.

De acordo com Russel (2001,p. 51)

Antes de mais nada: o que é trabalho? Existem dois tipos de trabalho: o primeiro, o que modifica a posição dos corpos na superfície da terra ou perto dela, relativamente a outros corpos; segundo, o que manda que outras pessoas façam o primeiro. O primeiro tipo é desagradável e mal pago, o segundo é agradável e bem pago.

Entendemos no texto de Bertrand Russel, que o trabalho que modifica a superfície da terra é feito na maior parte das vezes, por aqueles que não têm a posse da terra nem mesmo de outros meios de produção. O segundo tipo de trabalho, daqueles que mandam, é feito por aqueles que detêm a posse da terra, dos equipamentos para produzir. Mas quais as origens desse pensamento no caso do Brasil?

Em Portugal, a legislação que pretendia proteger crianças na Roda, ganhou destaque no final da Idade Média quando crianças sem família ocupavam as cidades. (MARCILIO, 2016. p. 70). dados os altos custos de mantê-las, posteriormente, as crianças eram enviadas nas embarcações como aprendizes de marinheiros, sofrendo toda a sorte de abusos nas longas viagens., solução observada até o século XIX. A ideia era dar utilidade a essas vidas, ensinar uma ocupação. A pesquisadora Solyane Silveira Lima (2013), aponta em sua tese de doutorado, como as crianças desamparadas eram escolhidas para trabalharem como marinheiros, como forma de controle social.

De acordo com Lima (2013)

Acresce a esta questão o desenvolvimento no século XIX do controle social por parte do Estado em detrimento da prática caritativa e filantrópica realizada por outras instituições da sociedade, verificando-se a emergência do assistencialismo público e o protagonismo do Estado na formação de crianças pobres para os quadros militares.

No Brasil, leis como Ventre Livre e Áurea, derramaram nas ruas das cidades brasileiras, uma multidão sem nenhuma ocupação, herança ou qualquer outra forma de sobrevivência. A imigração, como já vimos anteriormente, só aumentou o problema. Nas indústrias a mão de obra de crianças pobres, chamados menores, foi bem-vista pela sociedade, que acreditava ter no trabalho a ferramenta para recuperá-las, dando-lhes utilidade, disciplina e ocupação. Mas não era só a razão, a questão financeira que norteava essa ideia da criança trabalhadora, existia sobretudo uma crença de fazer o bem, seja isso levando a criança a um aprendizado para o mundo do trabalho ou colocando-a diretamente na função, exercendo atividade remunerada e pagando por itens necessários para sua sobrevivência,

Bertrand Russel discorreu sobre os malefícios do trabalho e a ideia de uma virtuosidade do ato trabalhar. Segundo esse autor, o trabalho poderia ter uma função importante, ocupando boa parte do tempo e da vida dos indivíduos, mas depois do advento da Revolução Industrial, o tempo e a importância dados ao trabalho deveriam ter sido reduzidos. (RUSSEL, 2001).

De acordo com Russel (2001, p. 55 e 56)

Na Inglaterra do início do século XIX, a jornada de trabalho de um homem adulto tinha quinze horas de duração. Algumas crianças cumpriam, às vezes, essa jornada, e para outras a duração era de doze horas. Quando uns abelhudos intrometidos vieram afirmar que a jornada era longa demais, foi lhes dito que o trabalho mantinha adultos longe da bebida e as crianças afastadas do crime.

O trabalho é visto então como uma solução para que os pobres deixem de causar “transtornos” à sociedade, adultos distantes da bebida e crianças do crime, numa generalização estereotipada dessa parcela da população.

Na atualidade procuramos cada vez mais, trabalhos que possam propiciar um bom ganho financeiro, aliando o prazer em realizar as tarefas.

Sobre o trabalho para crianças e adolescentes e a situação do Brasil na década de 1980, José de Souza Martins aponta:

De acordo com Martins (1993, p. 15)

Desde muito cedo, deve aprender que é objeto de interesses invisíveis, instrumentos da ampliação de uma riqueza que não melhora suas condições de vida nem a de seus pais, seus irmãos e, no futuro, de seus filhos. A supressão da infância não é temporária. Ela se insere no complicado e perigoso processo de ampliação forçada do chamado exército industrial de reserva, que torna descartável e sem esperança parcelas amplas da humanidade.

O Brasil tem sido um dos laboratórios de experimentação dessa receita que faz com que uma sociedade tecnológica e socialmente atrasada possa competir com sociedades mais desenvolvidas e modernas.

Descrito pelo senso comum como uma forma de salvar adultos e crianças dos vícios e do crime, o trabalho de crianças e adolescentes pobres, para José de Souza Martins, mais do que uma falha, um lapso no trato com a infância, faz parte de um processo de ampliação da mão de obra.

Ao nos debruçarmos sobre as atas da Casa Crescer e Brilhar, notamos o termo em, pelo menos nove vezes nos dois primeiros livros de atas, desde a ata de fundação da Casa de

Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente. O processo de busca dos termos foi precedido pela leitura dos quatro livros, elaboração de uma tabela em formato eletrônico e só depois foi feita a busca eletrônica na tabela. Outras buscas com termos que possuem o mesmo sentido como colocação, profissionalização, estágio, ou atividade, também foram considerados e contextualizados como trabalho. Nos ativemos aos momentos em que é tratado o trabalho de adolescentes, desconsiderando as citações a funcionários e voluntários. A ata de 29 de setembro de 1995 usa o termo “atividade de jardinagem” para definir o trabalho de adolescentes em um clube local o Jóquei Clube da Cidade.⁴⁵

Tabela 6 - Citações ao termo trabalho ou análogos nas atas.

Livro	Folha	Data
1	2	29/10/1974
1	49	05/08/1991
1	52	29/08/1991
1	71	31/03/1993
1	76	07/06/1993
2	6	28/11/1994
2	7	20/03/1995
2	18	04/08/1995
2	24	29/09/1995

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

Desde o início da organização o trabalho de crianças e adolescentes estava previsto no estatuto da Casa de Triagem e Recuperação de Menores de São Vicente (nomenclatura anterior da Casa Crescer e Brilhar) aprovado na Assembleia de 29 de outubro de 1974, a questão do trabalho apareceu na segunda folha do livro de atas como uma das funções que deveriam ser cumpridas pela instituição.

VII -Promoverá cursos de profissionalização, conseguindo colocação ou empregos para os menores.⁴⁶

⁴⁵ Ata de reunião Ordinária da Diretoria. 29/09/1995. Livro 2. Folha 24.

⁴⁶ Livro 1. Folha 2.

A ata da reunião da diretoria da Casa do Menor de 9 de dezembro de 1991, cita as tratativas do presidente da Instituição para enviar as crianças e adolescentes, entre outros lugares, para o quartel dos bombeiros, com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.

(...) este informou os presentes que no dia 4/12 esteve no Quartel dos Bombeiros com o capitão Alexandre Junqueira da Cunha -, dando prosseguimento ao planejamento do trabalho de aprendizagem dos menores da Casa do Menor, os menores irão uniformizados, estes uniformes serão cedidos pelo Carrefour de São Vicente, informou mais - Sr. Presidente que as rifas estão tendo uma ótima aceitação, neste momento pediu a palavra a Vice-presidente D. Regina Maria, e esta informou os presentes que esteve no 2º BC, (2º Batalhão de Caçadores) acompanhada pelo presidente da Casa do Menor e pela Assistente Social, tratando do plano anual de cooperação do Exército Brasileiro, e também das atividades de menores junto ao 2º BC e ficou estabelecido que as crianças da casa do menor, irão participar ativamente das atividades do 2º BC, informou ainda a vice-presidente que já esta tendo algumas reuniões com os técnicos e professoras da Casa do Menor, tratando do planejamento da Casa Menor para o ano que se aproxima, informou também que foi realizado curso de empacotador pelos técnicos do SESI, de Promoção Social do Estado, na Casa do Menor, - tendo participado 23 crianças, sendo que 15 já estão sendo entrevistadas pelo Supermercado Peralta para futura contratação.⁴⁷

O ano era 1991, o Estatuto da Criança e do Adolescente já havia sido promulgado, mas as crianças e adolescentes, “menores” como foram chamados no documento, deveriam seguir uniformizados, com roupas cedidas por um supermercado. As atividades deveriam ocorrer em dois quartéis; um do exército e outro dos bombeiros (Polícia Militar) em atividades de preparação militar.

No Livro 2, a ata da reunião de diretoria do dia 4 de novembro de 1995 aponta que a diretoria tentava administrar cadernetas de poupança para guardar o dinheiro daqueles que já trabalhavam. A diretoria demonstra orgulho com o fato do material escolar de alguns deles ser comprado com o salário dos próprios adolescentes.⁴⁸

Todas as crianças estão estudando e os adolescentes trabalham. Parte do dinheiro por eles recebido é colocado numa caderneta de poupança, a qual levarão quando saírem da Casa. Além disso, os que estavam trabalhando compraram cada qual o seu material escolar.⁴⁹

47 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. Livro 1. Folha 57. 09/12/1991.

48 Ata de reunião de Diretoria. 11/04/1995. Livro 2 Folha 8.

49 Ata de reunião de Diretoria. 11/04/1995. Livro 2 Folha 9.

O fato de fazer com que os adolescentes comprassem o próprio material escolar, pode demonstrar que ainda não estava internalizado nos membros da diretoria da instituição e nos profissionais, o dever de prover a todos a educação formal, escolar.

Em 31 de agosto de 1995, a ata da reunião da diretoria, explicava que L. G. F. foi matriculada na escola SOS computadores, para conhecer uma série de programas de computador em aulas distribuídas por um período de seis meses. As condições para pagamento do curso foram explicadas na ata, incluindo o fato da adolescente pagar metade do custo, enquanto a outra metade ter sido custeada com o dinheiro arrecadado por voluntárias para a compra de duas fitas de videogame.⁵⁰ Apesar dos custos indicarem, talvez, que tratava-se de benefício extra, ou privilégio para a adolescente.

O curso de informática pode significar a preparação para um tipo de trabalho mais valorizado, mais coerente com o que é preconizado pelo ECA.

Interessante o destaque dado ao fato de que os adolescentes pagavam por seu material escolar, por cursos de informática. A relação com o trabalho e o dinheiro recebido com ele, deveria levar a organização à recuperação de uma vida tida como fora da ordem, vivida por vezes em famílias que não correspondiam ao ideal de trabalho e organização. Por outro lado, o trabalho poderia organizar a vida futura do adolescente, quando precisasse deixar a instituição, poderia significar o desenvolvimento ou a manutenção da exclusão. Arcar com parte dos custos de formação não beneficia diretamente o adolescente na aquisição de autonomia, mas sugere pensar que a instituição tomasse esse investimento como um ônus.

Mas que tipo de trabalho era feito por crianças e adolescentes? Era regular? Um acerto entre os diretores, funcionários e adolescentes? A ata de 7 de junho de 1993 aponta que a diretoria deveria providenciar algum tipo de contrato entre eles e seus empregadores, o que nos leva a acreditar tratar-se de trabalho informal, fora da legislação, sem Carteira de Trabalho assinada.

Quanto ao trabalho desses menores ficou decidido que se iria providenciar alguma espécie de contrato a ser feito com eles e com seus empregadores.⁵¹

Em 1996, a então presidente da Casa do Menor, informou na reunião de 2 de setembro que uma adolescente estava trabalhando no posto de atendimento da SABESP, empresa responsável pelo abastecimento de água e saneamento básico do Estado de São Paulo, em

50 Ata de reunião da Diretoria. 31/08/1995. Livro 2. Folha 22.

51 Ata de Reunião ordinária da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 07/06/1993. Livro 1. Folha 77.

Santos-SP como Legionária, condição regular, legal. Ela mesma informa que outra menina fora desligada do emprego por “absoluta desmotivação pessoal” .

As atas demonstram que nem sempre as coisas iam bem na relação com o trabalho, o exemplo da adolescente que trabalhava na SABESP como Legionária, andando de ônibus todos os dias, dirigindo-se a uma região central de uma cidade maior, Santos-SP, atuando em uma empresa pública, em uma ocupação valorizada por outros adolescentes, não pode ser comparado em valorização para um adolescente que fazia “estágio” em uma farmácia da região próxima da entidade, atividade com menor valorização pelos adolescentes.

Menor A. fazendo estágio na APAE São Vicente e menor J. fazendo estágio na Farmácia Catiapoã. Os empregadores pagam o transporte e 25% de um salário-mínimo.⁵²

Os baixos salários pagos pelos empregadores locais, muitas vezes associados da entidade e as tarefas atribuídas aos adolescentes como empacotador de supermercado, serviam certamente como desmotivadores para alguns deles, que desistiam do trabalho. Mesmo nas atividades que aconteciam no quartel do Corpo de Bombeiros, o desestímulo foi documentado na ata de 26 de outubro de 1992, quando duas crianças foram desligadas por mal comportamento.⁵³

Outro aprendizado para meninos, citado na ata de 9 de agosto de 1993 é a montagem de rodas de bicicleta.⁵⁴ Trata-se de tarefa repetitiva, braçal e entediante, mesmo para um adulto, inserir raios metálicos em um aro e apertar parafusos.

Os voluntários, membros da diretoria, valorizavam o trabalho de crianças e adolescentes como parte do processo de preparação para a idade adulta, como uma das funções da instituição. Citavam nas atas diferentes exemplos que buscavam justificar como esse método de encaminhar adolescentes para atuarem em estabelecimentos comerciais da cidade, era eficaz e sustentável, já que os adolescentes deveriam, com seus próprios recursos adquirir seu material escolar.

Mas se o trabalho externo, remunerado, era bem-visto pela diretoria, as tarefas domésticas, não ganharam uma só linha nas atas. O entrevistado Anguair Gomes dos Santos, que atuou como pedagogo na instituição, explica como encontrou a então Casa do Menor em 1999.

52 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 03/05/1993. Livro 1. Folha 71.

53 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 29/08/1991. Livro 1. Folha 52.

54 Ata de Reunião de Diretoria da Casa do menor de São Vicente. 09/08/1993. Livro 1. Folha 80.

Apresentava ainda essa resistência, a Casa Crescer e Brilhar era ainda Casa do Menor e trazia uma série de coisas dentro do seu dia a dia, relembrando e a retomada mesmo dos momentos antes do ECA. Nós chegamos lá as mesas eram presas no chão para que eles não pudessem arrancar, as pessoas comiam ainda de colher. Não podiam ter acesso à cozinha.⁵⁵

Não são citados os trabalhos dentro da própria instituição, justo o que poderia aproximar a criança, o adolescente do dia a dia de uma família, dividindo tarefas, aprendendo a cozinhar, cuidando dos espaços, era negligenciado. O cuidado com o espaço, as roupas, a alimentação, tudo era feito por funcionários públicos cedidos pela Prefeitura Municipal de São Vicente.

As atas produzidas entre 1995 e 2000 vão paulatinamente retirando o termo do seu conteúdo, até que em 2000, os documentos deixaram de citar o trabalho de crianças de adolescentes. A primeira hipótese é que esse tema passou a ser registrado nos relatórios de reuniões da equipe técnica e prontuários de atendimento. Outra hipótese para que o trabalho de crianças e adolescentes tenha desaparecido das atas é a Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que no seu artigo 403 proíbe qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. A lei estipula ainda as condições de aprendizagem, o salário, que não pode ser inferior ao salário-mínimo em horas e a carga horária diária, que não pode ser superior a seis horas.

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola."⁵⁶

O aumento no rigor da legislação, tornou mais difícil o trabalho de adolescentes e impossibilitou a contratação de crianças. Ao mesmo tempo, quando a legislação estipula o salário-mínimo como remuneração e coloca um teto na carga horária, tornou inviável o emprego de adolescentes para a maior parte dos empregadores, permitindo que a criança e o adolescente possam ter tempo para a escola, atividades de lazer entre outros direitos garantidos pelo ECA e pela Constituição de 1988.

55 Depoimento de Anguair Gomes dos Santos. 29/05/2017.

56 Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm

9.1.2 O termo Lazer na documentação da Casa Crescer e Brilhar

Uma tentativa de localizar cronologicamente o termo lazer pode começar com o advento da Revolução Industrial no século XIX, um momento na história caracterizado pelo fato de que a sociedade passou a viver no meio urbano, desenvolvendo trabalho industrial.

Sociedades que vivem em atividades ligadas à terra, ao campo ou extrativismo, dificilmente apresentam uma divisão clara entre o tempo de descanso e o de trabalho. Animais necessitam de manejo todos os dias, a lavoura precisa ser cuidada, o campo carpido de domingo a domingo. O tempo do trabalho no campo é muitas vezes controlado pela natureza, pelas estações do ano. Os dias são mais curtos no inverno, permitindo períodos menores de lida no campo, ao contrário do verão. O lazer aparece nas festas religiosas, no descanso na sombra de uma árvore, nas cantorias de homens e mulheres que dividem uma tarefa.

A vida urbana pede o trabalho regado, controlado pelo tempo do relógio, a divisão entre o tempo de trabalho e o de descanso, muitas vezes organizado visando o preparo para o novo tempo de trabalho, precisa ser bem definida no trabalho urbano, industrial.

No século XX, o sociólogo francês Joffre Dumazedier dividiu o lazer em cinco interesses; artísticos, intelectuais, físicos, manuais e sociais (DUMAZEDIER, 1979). O pesquisador brasileiro Luís Octávio Lima Camargo observou também os interesses turísticos (CAMARGO, 1986).

No livro “A sociologia do Lazer” o pesquisador inglês Stanley Parker explica como o lazer é entre outras coisas uma questão de tempo e de experiência individual.

De acordo com Parker (1978, p. 10)

Há muitas formas de definir o lazer, mas a maior parte destas definições inclui – separada ou integralmente – as dimensões de tempo e atividade. O lazer é tempo livre de trabalho e de outras obrigações, e também engloba atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade. Como sucede em outros aspectos da vida e da estrutura social, o lazer é uma experiência do indivíduo, um atributo do grupo ou de outras atividades social, e possui organizações e instituições relevantes que procuram atender às necessidades de lazer, reconciliar interesses conflitantes e implementar as políticas sociais.

Para Parker, o lazer sofre influência da sociedade estratificada economicamente, um operário não terá as mesmas possibilidades para desenvolver atividades durante seu tempo livre na comparação com seu patrão, mulheres com jornada dupla de trabalho, em casa e em uma empresa, terão menores possibilidades de lazer.

De acordo com Parker (1978, p. 32)

A estratificação social é um ingrediente importante das sociedades modernas, e o lazer adotado pelas pessoas é influenciado por sua classe ou condição social [...] O crescimento das indústrias de lazer contribuiu para modelar a forma como a maior parte das pessoas gozam de seu lazer

Ligado com a ideia de dividir o tempo, o lazer é para a sociedade urbana, o contrário do trabalho, o tempo livre dele. Milton Santos explicou em uma entrevista para o SESC de São Paulo, a construção de uma ideologia do lazer ligada ao consumo.⁵⁷

De acordo com Santos (2004, p. 55-56)

O tempo livre não chega a ser imaginário, ele é livre mesmo. O que ocorre é que você é rodeado da propaganda, se cria uma espécie de ideologia do uso do tempo livre.

Permitido e merecido aos que têm posses e concedido aos menos favorecidos, o lazer enquanto momento de liberdade é cada vez mais raro, enquanto a ideia de descanso e preparo para uma nova jornada de trabalho foi sendo difundida.

No Brasil, a Constituição de 1988 aponta em seu artigo 6º o lazer como um direito, ao lado de outros como educação e saúde.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.⁵⁸

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, aponta que a família e a sociedade em geral devem assegurar o lazer para crianças e adolescentes, assim como alimentação, saúde, educação entre outros direitos.

ART. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁵⁹

57 Milton Santos. Entrevistas Contemporâneas. Sesc São Paulo e Lazuli Editora. São Paulo, 2004. (55-66 p.)

58 BRASIL. Constituição Federal.

59 BRASIL. LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. CEDECA, Rio de Janeiro p. 20. 2017. <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp->

O fato do lazer ser colocado como direito na Constituição do país e no Estatuto da Criança e do Adolescente motivou a busca do termo nos livros de atas da Casa Crescer e Brilhar

Além de lazer, palavras como atividade e trabalho foram combinadas nas buscas eletrônicas feitas depois da leitura das atas. Outros dois termos encontrados durante a leitura são videogame e videocassete, aparelhos para assistir filmes e jogos eletrônicos, que são populares nas décadas de 1980 e 1990.

Percebemos, durante o levantamento do termo lazer nos livros de atas, que ele é referenciado também em trechos de documentos que citam a palavra trabalho, como em cinco atas nas quais as atividades desenvolvidas no quartel do Corpo de Bombeiros de São Vicente são descritas como lazer⁶⁰ e atividades de “disciplina dos menores com 8 a 16 anos”⁶¹.

O termo lazer e outras palavras citadas que fazem referência a divertimentos aparecem três vezes no livro 1, nas atas de assembleias dos dias 5 de agosto e 16 de setembro de 1991, não tendo sido encontrado em atas anteriores. Considerando o período em que foi apontado nas atas, percebemos a proximidade com a promulgação do ECA em 1990.

Tabela 7 – O termo lazer nas atas.

Livro	Folha	Data
1	49	05/08/1991
1	53	16/09/1991
1	69	08/02/1993
2	3	26/09/1994
2	14	06/06/1995
2	22	31/08/1995
2	17	04/08/1995

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

Fora dos livros de atas, o termo foi encontrado nas plantas para construção da sede com trezentas vagas em 1981, sede que não chegou a ser construída, com uma grande área de lazer no centro do terreno, possivelmente uma quadra esportiva. O terreno no bairro Cidade

content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf. Acesso em 07/05/2018.

60 Ata de reunião da diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 05/08/1991. Livro 1. Folha 49.

61 Ata de reunião da diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 29/08/1991. Livro 1. Folha 52.

Náutica, foi devolvido para a Prefeitura, onde o Estado construiu uma delegacia da Polícia Civil com carceragem feminina.

Para entender os critérios que levavam os responsáveis por atividades com as crianças e adolescentes, a escolher o que fazer com os recursos disponíveis para ao lazer, a ata do dia 8 de fevereiro de 1993 aponta a escolha das voluntárias de pagar a matrícula do curso de informática de uma adolescente com o dinheiro arrecadado para compra de fitas de videogame.

Por solicitação da senhora presidente, prestamos as seguintes informações: que a L.J.F. (iniciais do nome da adolescente) foi matriculada na SOS Computadores de São Vicente e fará durante seis meses os seguintes cursos (...) O curso será pago em sete prestações mensais de R\$ 79,00, sendo que a L. se responsabilizará por 50 % desse valor. Como a SOS adota como critério de garantia a emissão de notas promissórias no ato da matrícula, assinamos em nosso nome. O vencimento da parcela se dará todo dia 25. A primeira parcela de R\$ 79,00 foi paga excepcionalmente, utilizando-se R\$59,00, que tínhamos em nosso poder, doado pelas voluntárias para compra de duas fitas de jogos de videogame que acabaram sendo doados pelo Senhor Renato Cristo Faros, sobrinho da nossa Vice-presidente. Em decorrência a L. pagará apenas R\$ 20,00 da primeira parcela.⁶²

Apesar da doação para a compra das fitas de videogame ter sido feita por outra pessoa, o fato é que entre a atividade de lazer e o pagamento de um curso de informática, membros da diretoria escolheram o curso para a adolescente. O fato de ter sido documentada uma escolha, poderia indicar a importância dada à prestação de contas ou a falta de recursos financeiros, mas a mesma ata trata da aquisição de um terreno vizinho da entidade, o que nos demove dessa inferência. As atas compreendidas entre 1974 e 1990 não registraram nenhum termo que tivesse relação com lazer. Se as fitas foram compradas, mesmo diante da escolha por pagar o curso de informática, notamos uma lenta e gradual preocupação em garantir o direito ao lazer nas discussões dos membros da diretoria, em 1995.

A formação para o trabalho e a questão da disciplina são elementos disfarçados no termo “lazer” da ata de 5 de agosto de 1991, com passeios para um parque ecológico no município de Cubatão, uma visita na FEPASA (empresa do ramo ferroviário), viajando de trem entre Santos e a área continental de São Vicente, no bairro Samaritá. Outro passeio de férias sempre citado era para quartéis, como do Segundo Batalhão de Caçadores do Exército e dos Bombeiros, entre outros.⁶³ Eram lugares onde além da disciplina, deveriam ser vivenciadas situações de trabalho e quando possível inserir os adolescentes em tarefas dentro

62 Ata da reunião ordinária da diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 31/08/1995. Livro 2. Folha 23

63 Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 05/08/1991. Livro 1. Folha 49.

de instituições e empresas. Ou seja, parece que a oferta de lazer, quando há, está diretamente relacionada à preocupação de inserir os adolescentes em atividades laborais.

(...) foi dada a palavra a vice-presidente dona Regina Maria Sampaio de Almeida Ribeiro, e esta informou a todos que está elaborando o regulamento interno da Casa do Menor (...) e os menores que estão participando das atividades no Quartel dos Bombeiros, graças a deus, estão se integrando nas atividades (...)⁶⁴

As atividades de lazer e de disciplina não eram sempre bem-vistas por todas as crianças e adolescentes participantes. A ata de 26 de outubro de 1992 aponta que dois meninos foram desligados da atividade no quartel dos Bombeiros por mal comportamento.

Presidente J.F.A. tomou a palavra e passou a informar aos demais diretores das atividades da Casa do Menor; com referência aos menores que estavam participando das atividades diárias do Corpo de Bombeiros, informou que dois menores foram desligados por motivos de mau comportamento, mas foram convidados para participarem dos cursos na Casa do Menor, mas não aceitaram.⁶⁵

A citação de que os adolescentes desligados das atividades no quartel e suas negativas de inserção em outros cursos, tenha aparecido de modo negativo, pode demonstrar, que nesse momento os jovens já faziam uso de seu direito a voz e reivindicam que seus desejos fossem levados em conta.

Foram raras nas atas o registro de doações ou compra de brinquedos, os materiais doados eram quase sempre alimentos, máquinas de escrever, computadores e vestuário. Exceção para a ata de 9 de agosto de 1993 citando a doação de roupas e brinquedos pelos pais adotivos de uma criança que passou a morar na Itália.

Os pais adotivos da Lucilene que são da Itália, mandaram fotos e doaram vinte e oito cobertores, vinte e oito moletons e vários brinquedos. Também os pais adotivos da Tatiane enviaram fotos e cartas.⁶⁶

Um momento interessante para que possamos refletir sobre o lazer no Serviço de Acolhimento Casa Crescer e Brilhar, ocorreu entre 2011 e 2013, quando a Casa se tornou Ponto de Cultura. Atendendo aos requisitos de um edital do Ministério da Cultura, conseguiu recursos para compra de equipamentos de informática, câmeras digitais, microfones,

64 Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 01/06/1992. Livro 1. Folha 63.

65 Reunião de Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 26/10/1992. Livro 1. Folha 65.

66 Reunião de Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 09/08/1993. Livro 1. Folha 80.

equipamentos para oficinas de teatro e circo e ainda para pagar educadores com formação e experiência para ministrar os cursos.

9.1.3 O Ponto de Cultura

No ano de 2010, a notícia de que o município teria direito de instalar dez pontos de cultura em instituições que tivessem pelo menos dois anos de atuação em alguma modalidade cultural, fez com que a Assistente Social e parte da diretoria da época, percebessem que a Casa Crescer e Brilhar poderia receber os recursos e assim oferecer oficinas culturais que integrassem as comunidades das áreas em volta da instituição, com as crianças e adolescentes residentes no Serviço de Acolhimento.

O montante de recursos e as exigências do edital apontavam que as atividades deveriam atender um público variado e não apenas as crianças e adolescentes da Casa Crescer e Brilhar.

O trabalho como voluntário deste pesquisador em oficinas de teatro, circo e os passeios organizados para visitar equipamentos de lazer na Baixada Santista, acompanhando crianças e adolescentes residentes na Casa Crescer e Brilhar, fez com que notasse que as crianças dos bairros no entorno da entidade, apresentassem problemas semelhantes aos que residiam na instituição, sem contato diário com suas famílias. Eram os colegas de escola dos residentes, moravam nas comunidades, careciam de lugares seguros para brincar e desenvolver sua sociabilidade. Apresentavam dificuldade de leitura, entre outros problemas. Como se envolviam e mostravam bastante interesse pelas atividades, às vezes era difícil fazer com que deixassem a sala de ensaio e, a área aberta com escorregador e balanço nos fundos da instituição. Parecia pouco e precária, mas com esse projeto a Casa Crescer e Brilhar conseguia oferecer o que o bairro não dispunha.

A origem do bairro onde a Casa estava instalada também nos chamava atenção, para os voluntários e equipe técnica da instituição, era preciso trabalhar o território, dar sentido de pertencimento para as crianças e adolescentes residentes, apresentá-los para comunidade e trazer as famílias dos bairros vizinhos para dentro da instituição, ao mesmo tempo que a Casa, por meio do Ponto de Cultura chamado “Aldeia das Artes”, ocupava espaços do bairro como a associação de moradores, o Jôquei Clube e as escolas públicas.

Essas questões demonstram que a Casa se aprimorava em atender novas orientações da política de acolhimento. Reconhecendo a importância do pertencimento à comunidade, importante fator da proteção integral.

Considerando a teoria dos cinco interesses culturais (DUMAZEDIER, 1979) e o interesse cultural do turismo (CAMARGO, 1986), foram elaboradas dez oficinas que atenderam um público variado, levando as crianças e adolescentes residentes para a comunidade e para fora da Baixada Santista e trazendo crianças, adultos e idosos da comunidade para as atividades. Era comum a participação de adolescentes da Casa Crescer e Brilhar na oficina de Dança de Salão, ministrada na Associação de Melhoramentos do bairro. Outros adolescentes documentaram a oficina de Memória oral com fotos durante as entrevistas e assim ocorreu em outras atividades.

Figura 19 - Crianças, adolescentes e adultos participantes das oficinas do Ponto de Cultura durante visita ao Museu da Língua Portuguesa e Pinacoteca do Estado

Fonte – Foto do autor (2013).

O artigo 227 da Constituição Federal aponta que a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental de crianças, adolescentes e jovens⁶⁷. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 19, estabelece que toda criança e adolescente tem direito de ser criado e educado por sua família e, na falta desta, por família substituta. O edital para os pontos de cultura, possibilitou a implementação de práticas que favoreciam o cumprimento desse direito. A cultura e o lazer favorecem o estreitamento e fortalecimento de vínculos. Notamos que mais uma vez, uma iniciativa federal impulsionou a consecução de políticas que visavam atender o disposto no ECA. Apesar de o acesso ao lazer constituir inegavelmente um direito de crianças e adolescentes, e configurar um avanço na implementação da doutrina da proteção integral, as atas das reuniões da diretoria apontam como os repasses de recursos dos convênios firmados entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura de São Vicente, no caso do Ponto de Cultura, eram pagos com atraso, prejudicando as atividades.

67 http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_227_.asp. Acesso em 5 de junho de 2018.

Na assembleia geral ordinária realizada em 9 de abril de 2013, diretores questionaram as formas encontradas para pagar as despesas da entidade em 2012. A presidente explicou que foram utilizados R\$14.000,00 do Ponto de Cultura e R\$20.000,00 de um prêmio recebido do Clube Soroptimista Internacional pelo projeto “Rendendo-se à arte”, além de empréstimo pessoal no nome da presidente.⁶⁸

Coloca que finalizamos o ano com sete meses de atraso de repasse das verbas dos convênios assinados. Num total de duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais. Informa que até a presente data, após todos os problemas ocorridos em janeiro, que foi muito triste e desgastante para todos, diretores, funcionários, residentes e a comunidade atendida pelos projetos, conseguimos receber até a presente data, parte dos recursos atrasados, no valor de cento e vinte mil reais, referentes aos meses de junho, julho, agosto e setembro de dois mil e doze, do projeto Parceria⁶⁹.

Notamos que as atividades de lazer foram citadas nas atas, apenas como fonte de recurso financeiro e que durante os períodos de atraso de outros convênios com a Prefeitura, chegaram a cobrir despesas da entidade.

As atividades possibilitadas pelos recursos obtidos através de editais e iniciativas do governo federal, incidiram positivamente para a reorganizar e aprimorar o atendimento do serviço de acolhimento, por outro lado, os atrasos nos repasses produziam efeito contrário, precarizando o atendimento.

A documentação coletada pela pesquisa aponta a presença do termo lazer após 1991, coincidindo com o contexto da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Nas entrevistas apenas Celia Regina de Moraes Lima cita o termo lazer e Anguair Gomes dos Santos falou das atividades do Ponto de Cultura Aldeia das Artes.

Mesmo sem apresentar uma preocupação formal com o lazer, demonstrando utilizar tais atividades de maneira a preparar para o trabalho em algumas épocas, com dificuldades financeiras por conta de atrasos nos pagamentos de convênios firmados com o poder público, a instituição possibilitou atividades de convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes residentes.

68 Ata da Assembleia Geral Ordinária. 09/04/2013. Livro 4. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar.

69 (Ata da assembleia geral de 09/04/2013. Livro 4. Folha 2).

9.1.4 Analisando o termo família

Mais do que um homem, uma mulher e seus filhos residindo no mesmo espaço, o termo família abrange diferentes situações e arranjos, que ocorreram no passado e continuam ocorrendo no presente. A ideia das campanhas publicitárias, o comercial de margarina, na realidade brasileira é uma idealização. Essa noção de família tem origem no modelo chamado patriarcal, tendo o homem como chefe, esteve sempre longe da realidade em grande parte dos lares.

A historiadora Leila Mezan Algranti aponta em - Famílias e vida doméstica -, um dos capítulos de História da vida privada no Brasil⁷⁰, que algumas questões da vida no Brasil colonial colaboraram para a formação dessa sociedade, entre eles o fato da vinda de muitos homens para o Brasil sem suas famílias, da falta de mulheres brancas na colônia, da presença da escravidão de negros africanos e indígenas. (ALGRANTI, 1997. p. 84).

A expansão constante do território, levando parte da população ao isolamento, a precariedade de recursos e produtos com que a sociedade portuguesa estava acostumada, foram determinantes para a constituição das famílias, seus padrões de moradia, alimentação e hábitos domésticos. Membros de uma mesma família podiam estar separados pelo oceano Atlântico.

De acordo com Algranti (1997, p. 87)

É o espaço do domicílio que reúne, assim, em certos casos, apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem maridos; também nos deparamos com situações em que um casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos.

A maior parte dos estudos sobre a família no Brasil está baseado em documentos como inventários, testamentos, registros das devassas, escritos de cronistas e viajantes, não chegando muitas vezes a informar se no momento da partilha de bens, aquelas pessoas compartilhavam de um cotidiano. (ALGRANTI, 1997. p. 86). Morar na mesma residência,

70 ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In História da vida privada no Brasil. Coordenador geral da coleção Fernando Antônio Nov; organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.83 - 154.

não significava necessariamente pertencer a uma mesma família, ao mesmo tempo em que residir em diferentes continentes não impedia de pertencer ao grupo e ter direitos como herança garantidos.

A pesquisadora Eni de Mesquita Samara apontou que o casamento, muito valorizado para alguns, não era essencial para todos, muitos preferiram o celibato. O celibato e o concubinato, se analisados conjuntamente, justificam uma maior incidência de crianças ilegítimas. Combinando números de recenseamentos populacionais, observamos que, em 1836 dos 503 proprietários solteiros, 140 tinham em média 4 filhos naturais. São Paulo não seria exceção no quadro do país. (SAMARA, 1983. p. 19).

De acordo com a literatura, a família brasileira seria resultado do transplante e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência. (SAMARA, p. 7 e 8). Esse modelo serviu de base para denominar a família brasileira, difundido principalmente pelas pesquisas de Gilberto Freyre, com exemplos da região canavieira do nordeste, não representando a diversidade do país, suas peculiaridades sociais e econômicas. Pensar a família brasileira como patriarcal na sua totalidade é como tomar uma parte pelo todo, não correspondendo com a realidade de diferentes épocas e locais.

O casamento, no período colonial, deveria ocorrer entre brancos e católicos, situação que garantia reconhecimento social da união, acesso a títulos e cargos públicos, entre outros privilégios. Os relacionamentos que estivessem fora do esperado, brancos com negras de origem africana, negras da terra como eram chamadas as índias, judias ou cristãs raramente foram reconhecidos pela Igreja, constituindo as reais famílias do Brasil colonial.

Utilizando documentação de censos populacionais de diferentes anos, a historiadora Maria Luiza Marcílio apontou características da população brasileira entre os séculos XVIII e XX, com maioria de negros e jovens. Outra característica demonstrada são os altos índices de concubinato e ilegitimidade nos séculos XVIII e XIX.

De acordo com Marcílio (1998, p. 231)

A terceira característica da população nacional, que nos interessa ressaltar neste estudo, diz respeito aos elevados índices de concubinato, e por consequência, de ilegitimidade.

De fato, a população brasileira de toda a sua história, não pôde reproduzir inteiramente o modelo da família ideal, criado no Ocidente cristão e trazido para o Brasil pela Igreja e pelos colonizadores portugueses por razões complexas - que vêm sendo estudadas pelos demógrafos historiadores nas últimas décadas - grande parcela da nossa população foi fruto de relacionamentos mantidos fora do quadro da família sacramentada. Somente

na cidade de São Paulo, entre 1750 e 1850, 25% das crianças nascidas livres provinham de casais concubinados, e 15% tinham sido abandonados ao nascer. Com certeza, boa parte desta será também de ilegítimos.

O modelo tradicional de família, herdado, do início do século XX, é o patriarcal, mesmo não correspondendo com a realidade histórica, se considerarmos a documentação disponível em arquivos e outras instituições. Esse imaginário tradicional de família ainda é heterossexual, binário; o pai e a mãe sob o mesmo teto, a mesa de refeições cercada por filhos e filhas.

Segundo pesquisa do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicada em 2016, ocorreu um aumento no número de mulheres que são consideradas pessoa de referência na família, entre 2005 e 2015, de 30,6% em 2005 para 40,5% em 2015. Para o total da população, independentemente do grupo etário, a maioria das pessoas vivia em arranjos familiares de casais com filhos (57,2 %) em 2015, seguida pela participação de mulher sem cônjuge com filhos (16,5 %). Para pessoas de 0 - 29 anos de idade, a inserção mais comum foi também a de casais com filhos (66,3 %), sendo que a proporção de mulher sem cônjuge com filhos também foi elevada (20,0 %).⁷¹

Morar no mesmo local, não significou pertencer a uma família no Brasil de diferentes períodos, dada a questão da escravidão e da extrema estratificação social. As mulheres, muitas vezes, são obrigadas a manter o lar com os filhos, sem a participação dos homens em grande parte das famílias no Brasil.

9.1.4.1 As Famílias na Casa Crescer e Brilhar.

Buscamos compreender a ideia de família para as equipes que trabalham na Casa Crescer e Brilhar.

As únicas duas citações que encontramos no livro 1 é na Ata de fundação e constituição da então Casa de Triagem e Recuperação de Menores.

VIII - Promoverá contatos e convênios com quaisquer entidades para a realização dos interesses do menor, principalmente com o Serviço de Colocação Familiar da Comarca.

IX- Promoverá orientação e assistência social à família do menor necessitado ou seu responsável.

71 Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - rio de Janeiro: IBGE, 2016. Acesso em 20/06/2018.

Ata de fundação e constituição da Casa de triagem e Recuperação de Menores. 29/10/1974.

O termo família, nas atas da Crescer e Brilhar, apareceu com maior incidência nos anos de 1995, 1996 e 1997, sem citar a família das crianças e adolescentes. Na maior parte das citações, o termo aparece para designar o nome de um órgão, programa governamental ou projeto. Secretaria da criança, família e bem-estar social por exemplo.⁷²

O uso do termo família nas atas, coincide também como a primeira participação de um dos profissionais técnicos nos documentos oficiais. A reunião de diretoria de 29 de setembro de 1996 aponta as opiniões do Psicólogo João Carlos, falando sobre as atividades da Casa, trabalhando com as famílias, visando possíveis reintegrações, convênio com a Universidade Católica de Santos - Unisantos, buscando estagiários para auxiliar nessas ações.⁷³

Tabela 8 – O termo família nas atas da Casa Crescer e Brilhar.

	Livro 1	Livro 2	Livro 3	Livro 4
Número de citações Família	2	5	1	1
Datas	29/10/1974	30/10/1995 27/09/1996 30/01/1997 24/04/1997	04/10/2005	09/04/2013

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

⁷² Ata de reunião de Diretoria de 30/10/1995. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. Livro 2. Folha 26.

⁷³ Ata de Reunião de Diretoria 27/09/1996. Livro 2, Folha 40.

Tabela 9 – O termo família nos depoimentos.

Depoente	Número de citações	Número de páginas	Média de citações por página
Anguair Gomes dos Santos	21	14	1,5
Celia Regina de Moraes Lima	13	7	1,8
Mirella Martina Barros dos Santos	19	10	1,9
Luciana de Cássia Antunes	29	10	2,9

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

As peculiaridades do entrevistado Anguair Gomes dos Santos são realmente da sua experiência pessoal, do fato de ter residido em instituição total durante sua infância e adolescência. Daí também sua experiência para explicar certas situações de crianças residentes na Casa Crescer e Brilhar.

Quando atuava como educador em oficinas culturais da Casa Crescer e Brilhar, entre os anos 2000 e 2015, autor desta pesquisa passou por diversas situações junto com a esposa, quando as crianças ficavam surpresas ao saber que eu e ela éramos casados e morávamos juntos na mesma casa. relatei a história para o pedagogo da instituição na época, Anguair Gomes dos Santos, que é casado com a assistente social da entidade. Ele explicou que o mesmo fato ocorria com ele e a esposa. A explicação dada por ele é que para a maioria das crianças ali residentes, os pais raramente moravam juntos. As mães viviam com filhos de várias uniões, e predominavam desavenças do cônjuge atual, que acabava determinando a fuga da criança ou adolescente de união anterior, ocasionando a institucionalização.

Quase todos os prontuários de atendimento da Casa Crescer e Brilhar, até 1998, possuem uma ficha de identificação, uma primeira entrevista com a criança, contando com espaço que pode ser preenchido posteriormente no possível encontro com a família. Ali aparecem os nomes dos pais e irmãos, aparentemente, contando com o grupo familiar que residia com a criança ou adolescente no momento em que algo provocou o acolhimento.

Figura 20. Ficha de entrevista com crianças encaminhadas para o fórum. Composição familiar.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR (OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA)

NOME	ID	PARENT.	PROF.	SALÁRIO	ESCOL.	OBS.
Denival	46a	responsável	eletricista	185.000,00	5ª	
Luiza	44a	responsável	doutor	-	1ª grau	
[redacted]	13a	filho do casal	-	-	6ª	
[redacted]	12a	"	-	-	6ª	
[redacted]	(em parto)					
[redacted]	08	"	-	-	2ª	

Renda familiar : R\$ 185.000,00

Prestação do imóvel : R\$ 33.000,00 .

Relacionamento familiar :

- entre o casal : bom
- casal e filhos : bom
- dos filhos e [redacted] : regular

Fonte - Pasta 43. Prontuário de A. L. S. S. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar (1991).

O pai ou padrasto encabeça a listagem preenchida pelo técnico que avaliou o caso, seguido depois com o nome da mãe e dos irmãos, com idades e grau de escolaridade. Em certos casos, o nome da criança aparece com algum tipo de destaque, “sem um bom relacionamento”, “relacionamento regular”, “parece que virou a cabeça” por exemplo, enquanto os demais continuam a conviver com os adultos; pai ou padrasto, mãe, madrasta e irmãos.

O portador de mau comportamento, fugitivo na busca do pai biológico, a menina que não aceita ficar sem beber água durante a noite para não urinar na cama ou comer a comida

com o rato, exemplos de histórias retiradas dos prontuários de atendimento de crianças e adolescentes acolhidos na Casa Crescer e Brilhar nas três últimas décadas, acabaram institucionalizados.

O depoimento da gestora da Casa Crescer e Brilhar, destacando que todas as crianças e adolescentes residentes na instituição entre 2017 e início de 2018 possuíam família, na maioria dos casos pai e mãe, acreditando que deveria existir uma lei que obrigasse pais e mães a ficarem com seus filhos, demonstra certa idealização do modelo familiar, distante da realidade de crianças e adolescentes atendidos.

L.A - A impressão é que nós estamos mais avançados, por nós termos esse trabalho direcionado de buscar essa família e buscar entender o pôrquê dessa criança não estar lá. Aí eu pego até por um processo pessoal meu que eu questiono - de ainda não termos leis que obriguem essas famílias, não é obrigar a amar, obrigar a estar é obrigar a amar? Não. Eu tenho que obrigar a pessoa a de alguma forma estabelecer um vínculo, porque quando a criança faz dezoito, o adolescente faz dezoito ele tem que ir para algum lugar. É para essa família que ele vai, são raros os casos daqueles que criam uma autonomia. A grande maioria retorna para esse lar e aí retorna sem vínculos, hoje não tem nenhuma lei que fale para essa família, que faça um trabalho para essa família receber essa criança de volta, receber esse sobrinho ou esse irmão. Isso é uma falha do sistema. Porque se eu tenho uma lei que obriga um pai a pagar uma pensão alimentícia e a avó a pagar caso o pai não tenha como pagar, porque eu tenho uma lei que obrigue a família - ou você paga uma pensão ou fica com ele. Não é o ficar por ficar - vamos trabalhar essa família para ela entender a necessidade dessa criança estar num lar.⁷⁴

A declaração da gestora da Casa Crescer e Brilhar de que “a impressão é que nós estamos mais avançados, por nós termos esse trabalho direcionado de buscar essa família e buscar entender o pôrquê dessa criança não estar lá”, pode demonstrar que a instituição, mesmo tardiamente, está cumprindo com o que determina o ECA, por outro lado, aponta que outras instituições do mesmo município, não realizam esse trabalho.

O fato é que com problemas de convivência no início da adolescência e a ruptura causada pelo afastamento dos adultos da família biológica e da comunidade de origem no momento do acolhimento por longos períodos, sete, oito em alguns casos analisados, fica muito difícil convencer crianças e adultos, que nunca constituíram uma família tradicional, que sofreram com violência e miséria a ficarem juntos. Todos possuem uma parcela de culpa aqui: a instituição que encaminhou a criança ou adolescente para a Casa Crescer e Brilhar, os profissionais da Casa, que não se sentiram responsáveis pelo trabalho de retorno para as

74 Depoimento de Luciana de Cássia Antunes. 23/06/2017.

famílias em várias situações encontradas na documentação, assim como os outros órgãos responsáveis por políticas sociais, como o CRAS, por exemplo.

Os depoimentos de Celia Regina Moraes Lima e Anguair Gomes dos Santos, citam a história da senhora J., mãe de, pelo menos, quatro crianças que residiram na instituição entre o final da década de 1990 e meados de 2000, período da saída de Jaime Afonso da presidência da entidade. Parte de diretoria rompeu com a então presidente Celia e com o grupo de técnicos, que trouxe a senhora J. para ficar na entidade junto com os filhos durante alguns períodos. O motivo das discordâncias era o fato da mãe ter sido prostituta na região portuária de Santos-SP e portadora do vírus HIV.

Celia - Olha, nós temos muitas histórias, algumas estão em relatórios; o serviço Social da Casa é muito bom. O Serviço de Acolhimento só tem que funcionar com o Serviço Social.

Nós sempre tivemos muita sorte de ter uma equipe muito boa, pessoas muito comprometidas; assistente social, psicólogo, pedagogo não é? Historiadores voluntários, pessoas com visão. Quebramos muitos paradigmas, perdemos muitos diretores por querer mudar algumas coisas. Lembro de uma história que marcou agente; tinha alguma coisa errada, dizia, temos que trabalhar com famílias. Foi quando tínhamos algumas mães, lá de trás, porque agora mudou o perfil. Algumas mães que estavam com AIDS, não é? Que seus filhos estavam lá. Hoje é o Crack, antes era a AIDS.

Mães que eram profissionais do sexo e estavam com a doença. A gente sentia; mães com três, quatro filhos no meio daquele monte de criança, de quarenta e tantas crianças, essas crianças sentiam a falta da mãe. Vamos trazer essas pessoas para dentro e tínhamos várias mães com problemas mentais. “ Vamos trazer essas mães para dentro da Casa e trabalhar essas mulheres” . Houve um choque cultural, principalmente de alguns diretores. As pessoas vinham com aquelas roupas que usavam na rua.

O que a gente fez? - “Olha, você vai ficar aqui como voluntária. Vai ficar ajudando a limpar, na lavanderia, vai sentar junto com seus filhos, se alimentar” . A gente precisava resgatar esse vínculo dessa mãe com esses filhos. Precisava empoderar essa mulher que não estava sabendo cuidar dela, como ia cuidar de um filho?

Teve um preço que a gente ficou sozinho, as pessoas se assustaram. Teve uma mãe que fez com a gente percebesse o caminho é esse; a família. Cuidamos dessa mulher, cuidamos sim. Demos a própria vestimenta dela, da condição que ela estava. “Alguém está cuidando de mim. Eu vou cuidar dos meus filhos” .

Conseguimos um benefício para ela. Ela conseguiu ter um benefício social. Conseguimos alugar um espaço para ela com esse LOAS - Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) . Ela tinha uma mãe com deficiência e ela foi cuidar dessa mãe, mesmo com os problemas que tinha.

Começou a tomar os coquetéis de remédios para a doença, na época já distribuíam.

Essa pessoa fez que essa gente cuidasse dos seus filhos. Conseguimos o LOAS para essa Vó também, estivemos na casa dela, teve o acompanhamento da Assistente Social.

Celia – Foi. Acompanhamos essa senhora até o seu falecimento e um dos seus filhos hoje, frequenta a Casa Crescer e Brilhar, é casado, tem filhos. Está sempre querendo ajudar.

O trabalho foi ali. D. Janice foi a pessoa que deu pra gente esse norte de trabalhar com famílias.⁷⁵

A ação de receber a mãe das crianças na instituição de acolhimento, pode parecer precipitada, como se questões caritativas, tivessem prevalecido sobre as regras de atendimento da instituição, criada e mantida para crianças e adolescentes e não para uma família. Ao final, com todo o atropelo, mas colocando o sentido de compromisso acima de tudo, o episódio parece ter servido para dar concretude para a necessidade de trabalho com as famílias. Foram convocados outros órgãos e setores para garantir os apoios necessários para que a família se mantivesse reunida.

75 Depoimento de Celia Regina Moraes Lima, 16/05/2016.

Antigos membros da diretoria, participantes de gestões entre 1987 e 1999, achavam um despropósito permitir a convivência daquela mãe com seus filhos, enquanto raramente encontramos citações nas atas de reuniões dessa diretoria sobre as famílias biológicas das crianças. Por outro lado, nesse período, existe certo destaque em apontar adoções, inclusive internacionais⁷⁶.

Sobre essa questão do trabalho com as mães, buscando estabelecer vínculos com as famílias de origem das crianças e adolescentes, A. G. S. pedagogo da instituição, também lembrou da história de Dona J. e seus filhos.

Nos deparamos com a primeira mãe, que foi uma coisa interessante, era uma nova diretoria, uma nova mentalidade sendo colocada, ela tinha HIV, uma mãe prostituta. Eles estavam começando a fazer um trabalho com a família.

Embora fosse uma nova diretoria, era uma diretoria mista, com um pequeno grupo com uma nova mentalidade, tinha um grupo mais antigo e ainda conservador. Na época se investia, naquele momento nessa mãe para que ela pudesse ir até a Casa Crescer e Brilhar, cuidar dos seus filhos e se fortalecer. Isso foi muito criticado, as pessoas [antiga diretoria] resistiram, tinham medo.⁷⁷

Em outra situação, o trabalho da Casa Crescer e Brilhar foi questionado pelo poder judiciário.

M. tinha sete anos quando foi morar na Casa Crescer e Brilhar em 2007, já tinha uma irmã na instituição, J. Veio transferido do LAM, outro abrigo da cidade. Pesquisas dos técnicos das duas instituições apontavam familiares de várias gerações dos irmãos com doenças mentais.

O menino apresentava problemas na visão e grande dificuldade na escola, fugia para a casa da mãe, tentando contato, era colocado para fora e permanecia por dias nas ruas da cidade.

Buscando uma alternativa para a situação das fugas, dos riscos que o menino corria nesses momentos, técnicos da Casa descobriram a avó paterna, que vivia em Itanhaém. Adquiriram móveis, conseguiram benefício social – LOAS para a criança e para a avó. O menino e a irmã, já desacolhida, viviam com a avó e finalmente ele começou a ler, frequentando uma escola no novo endereço.

Em 9 de abril 2015 M. já tinha 15 anos, morava em instituições há cerca de dez, era o primeiro contato com a família que começava a dar sinais de desacolhimento. A Casa foi

76 Reunião de Diretoria. 09/08/1993. Reunião de Diretoria 16/09/1993.

77 Depoimento de Anguair Gomes dos Santos, 29/05/2016.

citada pelo Ministério Público sobre Apuração de irregularidade em entidades de atendimento.⁷⁸ O promotor poderia ter pedido informações sobre o menino por meio de um ofício, sem grandes problemas para a instituição, mas utilizou um recurso que obrigava a instituição a defender-se por meio de um advogado, possivelmente gerando constrangimento e custos para a Casa Crescer e Brilhar, que contava com atrasos nos repasses do convênio com a prefeitura municipal. O promotor questionava o desacolhimento do menino.

Na defesa, o advogado da Casa explicava que M. não havia sido desacolhido e que a tentativa de inserção dele na residência da avó paterna, constituía o trabalho da instituição, a busca pelos direitos do menino à convivência familiar. Que a família era acompanhada periodicamente com visitas da Assistente Social, acompanhamento da situação econômica e escolar do menino.

Não foi possível avaliar através da documentação, uma possível falha da instituição nas informações prestadas ao poder judiciário, sobre tratativas que estavam em andamento para aproximar o menino da família, depois de mais de uma década em instituições de acolhimento.

Percebemos que o trabalho para buscar o direito à convivência familiar⁷⁹ teve maior ênfase depois de 1997, momento em que notamos nas citações em atas, a organização de encontros com crianças e adolescentes residentes e seus familiares.

Mesmo com dificuldades impostas por recursos financeiros escassos e certas dificuldades com o poder judiciário, a instituição conseguiu desenvolver formas de aproximação com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos.

78 Mandado de citação Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Comarca de São Vicente-SP. 09/04/2015. Prontuário de M. R.

79 Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90.

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-19>. Acesso em 14/06/2018.

9.1.5 As crianças e os seus prontuários

*Encontrar alguém
Encontrar alguém
Encontrar alguém, que me dê amor
Jota Quest, 1996.*

Os nomes reais de crianças e adolescentes foram trocados por pseudônimos, de maneira que pudéssemos contar a história de cada um, como aparecem nos prontuários e em alguns casos, nas atas de reuniões da diretoria.

Antônio

O menino que já citamos como exemplo na metodologia (4.2), sobre a documentação encontrada nos prontuários da Casa Crescer e Brilhar, foi entregue ao poder judiciário por um homem com sua esposa. O homem explicou que tinha resolvido levar Antônio para a casa para não deixá-lo na rua, mas que no momento, não pôde mais ficar com a criança.

O senhor (XXXX) conheceu Antônio na frente da padaria Bandeirantes em São Vicente, onde a criança costuma ficar, ou seja, passar o dia, pois está abandonado pelos pais e há muito tempo vem pedindo para que o Sr. (XXXX) o levasse para a casa. Antônio tem um irmão de 16 anos que trabalha e dorme no Cine Jangada em São Vicente (Cerca de cinquenta metros da padaria mencionada), mas não tem condições de ficar com ele. Depois de vários dias o Sr. (XXXX) resolveu levar Antônio para casa, para não deixa-lo na rua e no momento não está em condições de ficar com a criança, então veio até o plantão requerendo uma instituição para interna-la e onde possa buscar a criança nos finais de semana e solicitando autorização para viajar com a família, quando necessário. Em entrevista com a criança, este nos informou que tem um irmão de 10 meses que foi tirado de sua mãe neste Fórum está internado e verificamos que se refere ao Processo nº 743/90. A criança de 10 meses também foi internada pelo fato da genitora não ter residência fixa e ficar perambulando pela cidade e não ter condições de cuidar dos filhos. (Informação sobre comparecimento e entrega da criança para o Poder Judiciário.⁸⁰

Apesar desse documento ter sido produzido em 10 de março de 1990 e o ECA ter sido promulgado em 13 de julho do mesmo ano, notamos a falta de documentação sobre o paradeiro de sua família; a separação de irmãos, falta de informações sobre paradeiro da mãe e ausência de informações sobre eventuais tentativas de buscar outros parentes, entre outros

80 Prontuário de A. L. S. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 10/03/1990).

direitos preconizados pelo ECA. O homem que o entregou no Plantão Judiciário, não apresentou documento que comprovasse a guarda legal do menino.

Considerando os prontuários e diversas citações ao menino em atas de reuniões da diretoria, a instituição e o poder judiciário não conseguiram localizar a família em oito anos de abrigamento.

No documento, o homem que entregou Antônio explicou que sobre o irmão mais velho do menino que trabalhava e morava em um cinema próximo e menciona um, cita o possível paradeiro da mãe, que estaria do menino no Estado de Minas Gerais, mas nada foi registrado sobre alguma ação dos profissionais da Casa no sentido de buscar o paradeiro da mãe ou outro familiar nos oito anos em que o menino permaneceu na instituição para localização de um familiar.

Em 24 de julho de 1991, o homem voltou ao Fórum e explicou que não tinha mais interesse de ficar com Antônio declarou que o menino - parece que virou a cabeça, chegando a fugir de casa -⁸¹.

Anos mais tarde, já no abrigamento, ao ser encaminhado para a Junta de alistamento militar, foi descoberta uma falha na sua documentação, pois fora registrado com mais dois anos do que tinha na verdade. Sempre cobrado por indisciplina, como no caso dos pés sujos, Antônio tinha apenas dezesseis anos na ocasião do alistamento e com isso, por pouco não perde o direito de permanecer na instituição. Um exame ósseo apontou a verdadeira idade e uma pesquisa em cartórios da região apontou seu verdadeiro registro.

Antônio foi desacolhido em 30 de novembro de 1998, gostava de pintura em tela, chegou a trabalhar em uma loja de artigos para pintura e artesanato. Também foi matriculado em um curso da Secretaria Municipal de Cultura, aprendendo Dança de Rua. Teve uma exposição com seus trabalhos no Ilha Porchat Clube e pretendia encontrar seu pai, descobrindo que vivia em Praia Grande.⁸² Essa seria uma das razões para ter “virado a cabeça” ?

Daniela

Foi morar na Casa do Menor em São Vicente em 20 de janeiro de 1993, pois a mãe cumpria pena em um presídio localizado na região do Butantã em São Paulo, capital-SP. Um

81 Termo de declarações, Poder Judiciário de São Paulo. Pasta de A. L. S. S.

82 Relatório Social. Casa do Menor de São Vicente. Pasta de A. L. S. S. 14/01/1998.

ofício do mencionado presídio apontava a internação. Com autorização do poder judiciário, a mãe passou a ter contato em visitas autorizadas para Daniela.⁸³

Em 12 de agosto de 1993, a situação da mãe parecia ter melhorado, havia deixado o sistema prisional, residia com um novo companheiro, morava com outro filho, irmão de Daniela e ainda com outros filhos do companheiro, mas dizia não trabalhar e assim não tinha condições de manter Daniela consigo. A Casa do Menor havia conseguido alguns encontros entre a mãe e a menina, buscando o convívio entre as duas..⁸⁴

Em 11 de abril de 1995, a Assistente Social da Casa do Menor, explica para o judiciário que a menina não deve mais receber visitas da mãe, já que ela tem como novo companheiro um homem acusado de abusar de duas de suas filhas, também acolhidas na instituição. A mãe de Daniela foi denunciada por passar passando recados do pai abusador para as duas meninas ali residentes.

No tempo em que trabalhava como doméstica, a mãe de Daniela residia na casa onde trabalhava, na região central da cidade. Podia ficar com o filho mais novo, mas não com a menina adolescente. Daniela adorava brincar com bonecas, mas em raras vezes vimos brinquedos disponíveis na instituição.

Luciana

Luciana vivia com os pais e dois irmãos mais velhos adolescentes. A morte precoce da mãe parece desencadear uma série de situações de violência e abandono dos três irmãos, na medida em que o alcoolismo do pai avançava.

Os dois irmãos mais velhos passaram a alternar períodos de permanência no “Resgatando”, um projeto de tratamento para viciados em drogas em funcionamento no município e as residências da família, um barraco no bairro Areia Branca em Santos e outro na comunidade vizinha da então Casa do Menor, no Dique Sambaiatuba, antigo lixão de São Vicente, onde os dois irmãos começaram a abusar sexualmente da irmã mais nova.

Segundo documento Pedido de Providências, produzido pela Assistente Social da Vara da infância Berenice de Souza Passos Manoel, em 15 de janeiro de 1998⁸⁵, para justificar o pedido de acolhimento de menina explicando sobre a família de Luciana.

83 Prontuário nº 82. D. R. P. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 20/01/1993.

84 Prontuário 82. D. R. P. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 13/08/1993.

85 Pedido de providências. Prontuário de L. B. 15/01/1998.

O pai tem histórico de ser agressivo e não tem autoridade sobre os filhos, recentemente um dos filhos ateou fogo no barraco onde a família morava. Não há qualquer familiar que possa assumir a menina.⁸⁶

Luciana aguardava a decisão do poder judiciário morando no projeto Resgatando, aparentemente o mesmo espaço frequentado por seus irmãos.

A ida para o serviço de acolhimento de São Vicente fez com que uma irmã mais velha, com dezenove anos, fosse localizada em Boiçucanga, município de São Sebastião. Os técnicos percebem que a moça está grávida, reside em uma moradia semelhante à dos irmãos da adolescente e não reúne condições de cuidar de Luciana.

Há relato de nova tentativa de aproximação do pai e da adolescente, pois a menina sempre demonstrou vontade de voltar a morar com o pai. O pai explica que os filhos mais velhos não residem mais com ele. Uma carta manuscrita feita por Luciana para o pai foi guardada no prontuário. A carta explica uma situação em que a menina tenta socorrer o pai alcoolizado na rua, ele continua a viver de bicos e recolhendo sucatas com uma carroça.

Entre os anos de 2003 e 2004 a menina, que sempre pareceu tranquila, participante de oficinas de teatro e frequentadora do catecismo na Igreja Nossa Senhora das Graças, começou a dar sinais de indisciplina. Escondia objetos de amigos da escola e do bairro entre seus pertences na casa. Chegou a ser vista com munições de revólver na instituição. Em qual documento consta essa informação?

Depois de quase sete anos vivendo em instituições de acolhimento, tendo já dezessete anos de idade, faltava um ano para ser desacolhida, Luciana estava grávida e foi morar com o namorado, na época soldado do exército. Luciana adora cozinhar.

Márcio

Em 1997 Márcio era descrito por todos como esperto e cativante, tinha cerca de dois anos. Uma mulher tentou adotá-lo, mas não conseguiu levar adiante o processo de adoção por ser casada com um presidiário, informação prestada pela mãe adotiva durante atendimento no Fórum. A mãe adotiva, então com três filhos adolescentes, passava por problemas no casamento, o cunhado bebia muito e era violento, usava os filhos para manter o casamento, Márcio ainda bebê foi inserido no jogo. Ao perceber o que acontecia e as atitudes do cunhado, a mulher pegou o menino e fugiu de bicicleta pelas ruas do bairro Cidade Náutica, sendo atropelada por um caminhão. A mulher morreu na hora, Márcio teve uma grave fratura na

86 Pedido de providências. Prontuário de L. B. 15/01/1998.

perna que deixou sequelas para toda a sua vida. Foi adotado pelo casal, que inicialmente eram seus tios. Em pouco tempo, o casal de pais adotivos acabou se separando, o marido desapareceu e deixou a esposa com os filhos biológicos do casamento e com Márcio.

Anos mais tarde, já adolescente, Márcio foi levado por um de seus irmãos, maior de idade, já casado e com residência própria em Praia Grande, município vizinho a São Vicente, para a Casa de Passagem, por ter vendido fogão e roupas da mãe para comprar doces.

O relatório informativo do CREAS 1 da Secretaria de Assistência Social do município, aponta a condução do menino a esse serviço pelo irmão. Segundo Márcio, a mãe não cozinhava para o mesmo há muito tempo e ele não via a necessidade de terem um fogão em casa.⁸⁷

Já tendo passado pela Casa Crescer e Brilhar em 2009, o adolescente foi descrito pelos profissionais da instituição como calmo e que facilmente colaborava com as tarefas diárias.

A mãe contou que adotou Márcio quando tinha apenas dois anos e três meses de idade, que tinha três filhos biológicos do casamento, já adolescentes e que na época não pretendia ter outro filho, mas que foi convencida por familiares a ficar com o menino depois da morte da irmã. Contou ainda que quando o menino tinha quatro anos, a situação com o marido se tornou insustentável, por conta do alcoolismo e da violência. O filho adotivo lembrava o ex-marido e a relação violenta que sofria.

Depois de passar pelo serviço de Acolhimento o menino ficou com a irmã, que morava com os sogros e estava grávida. Novamente voltou a criar situações que envolviam mentiras, venda de objetos e distúrbios familiares, sendo novamente entregue para a Casa Crescer e Brilhar. Vende objetos, compra doces e ingressos de cinema para amigos que depois o abandonam.

Enquanto a instituição tentava fazer a conciliação entre o menino e a mãe adotiva, com atendimentos agendados no Fórum e na própria instituição, Márcio localizou quem já estava desaparecido há quase uma década, seu pai adotivo, fugindo para a cidade de Guarujá. Enquanto isso a sogra da irmã do menino, proprietária da casa onde residiam, sofre um AVC (acidente vascular cerebral). A família desiste de ficar com Márcio.

A casa própria da família, usada pela mãe após o acolhimento de Márcio foi alugada. A irmã pede a guarda do menino e o direito de residir na casa com o irmão e o marido, deixando a casa dos sogros.

87 Relatório Informativo. Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Pasta de M.A.T. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 04/12/2009.

Em dezembro de 2009 a Assistente Social relata, em um Pedido de providências para o poder judiciário, sobre o desinteresse da mãe para com o filho adotivo.

É muito claro para a requerente que sua genitora perdeu o interesse de prosseguir com a responsabilidade não só do adolescente em tela, mas também dos filhos biológicos “que hoje já atingiram maior idade” após a separação do marido “genitor biológico dos filhos”, alegando diversas vezes “que ficou com a parte pior na separação, os filhos”.⁸⁸

Um boletim de ocorrência feito pela irmã de Márcio na Delegacia de Polícia Civil de São Vicente-SP em 5 de novembro de 2009, explica que a mãe deixou o menino que tinha então quatorze anos, sozinho, sem avisar seu destino, nem quando voltaria.⁸⁹

Márcio é descrito como pacato e bem-comportado na instituição. S seu único problema “é a mentira”, segundo os técnicos. Como admitir a verdade sobre a própria história? Quando perguntado sobre a mãe respondia que era índio e foi retirado de sua tribo depois da morte da mãe.

Suas passagens por instituições de acolhimento eram sempre motivadas por histórias sobre “mentiras”, venda de objetos dos adultos com quem morava e fugas na busca pelo pai.

Quando foi desacolhido desejava fazer concurso público para ser policial militar.

Kátia.

Kátia e o irmão mais novo foram levados para o Lar de Amparo a meninos e meninas (LAM) em 2004, a menina contava com seis anos de idade, sofriam maus-tratos do pai e de sua companheira. Contaram que a madrasta os obrigava-os a comer comida podre com o rato, que eram trancados no quarto durante a noite para que não bebessem água e assim não urinassem na cama.⁹⁰

O pai tem visitado a menina no LAM, se mostra interessado na filha e dentro de sua limitação procura seguir as orientações.

Neste íterim a mãe compareceu neste serviço acompanhada de seu companheiro.

Relatou que não sabia do abrigo da menina, pois estava sem ver os filhos há seis meses, devido a desentendimentos com o pai.

88 Pedido de providências, assinado por Cleide Aparecida Goes. Assistente Social. 13/12/2009. Pasta de M.A.T. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar.

89 Boletim de ocorrência. Abandono de incapaz. 05/11/2009. Pasta de M.A.T..

90 Relatório Psicológico. LAM. 2004. Prontuário K. C. B. S.

A mãe relatou que conviveu sete anos com o pai da menina em pauta e estão separados há dois anos, pois brigavam muito, se batiam e o pai a espancava e à menina em pauta. O filho mais novo era tratado melhor.

Houveram várias queixas na delegacia sobre a violência do pai contra a filha e a companheira. A mãe referiu que o pai da menina teria abusado sexualmente da irmã quando adolescente, e que o avô paterno jurou vingança, dizendo que um dia abusaria da filha dele⁹¹.

Aos poucos percebemos coincidências, voltamos para a pasta anterior e descobrimos que Kátia é sobrinha de Luciana e o irmão abusador tornou-se pai violento. O trabalho da Casa Crescer e Brilhar, do judiciário, dos técnicos do Projeto Resgatando, da chamada Rede do município, nada parece ter funcionado para evitar o abuso, a violência e o abandono em duas gerações dessa família.

Em outra situação o pai entrega os dois filhos no LAM, afirmando que possui o direito de deixar os filhos ali para que sejam criados.

A pasta de Kátia é de material plástico, com divisórias, a única que encontramos em boas condições de manuseio, não aparenta ter sofrido efeitos das enchentes. Possui diferentes relatórios sobre a saúde mental da menina e fotos de um aniversário organizado por uma das famílias que recebeu Kátia no decorrer do seu acolhimento. Na pasta encontramos o Plano individual de atendimento (PIA) e a guia de acolhimento do Conselho Nacional de justiça, como em outras pastas de crianças e adolescentes atendidas depois de 2006.

Diversos documentos relatam o atendimento da menina e do pai nas instituições de acolhimento da cidade e nos serviços de saúde, descrevendo a incompreensão do pai com as características da filha. Um exemplo é o relatório do LAM para o Poder judiciário sobre várias situações ocorridas no primeiro semestre de 2005 com o pai e a madrasta de Kátia.

Em 25/02/05 trouxe o medicamento Neoleptil e não fez questão de ver ou falar com a criança.

Em 08/03/05 em consulta previamente marcada com o psiquiatra Dr. Fernando no NAPS, encontramos o Sr. (o pai), conforme havíamos combinado e reforçado pela Assistente Social Sra Berenice, estava muito alterado em seu discurso durante o tempo de espera e na presença do médico.

Na saída a criança (Kátia) tentou dar um beijo em seu rosto, mas foi impedida de forma grosseira dizendo não querer mais contato com ela, deixando por conta do “destino”, sentimos muita tristeza e quando chegamos na entidade todos que ela encontrava comentava o assunto e no final do dia extravasou em atitudes agressivas e de difícil controle. Após essa estamos recebendo reclamações constantes da escola e seu comportamento esta bem alterado em relação ao humor e atitudes indo

91 Relatório de acompanhamento. Poder Judiciário, 2004. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. Prontuário K.C.L.S..

da euforia a depressão constantemente tumultuando o ambiente, não aceitando limites, agredindo os coleguinhas e com grande dificuldade em ter controle.

(Relatório do LAM para o juiz da Vara da Infância e Juventude de São Vicente. 04/04/2005. Pasta K. C. S. B. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar).

Em 6 de outubro de 2014 a psicóloga da Casa Crescer e Brilhar informou o poder judiciário com cópia da guia de desacolhimento, que Kátia não mais fazia parte daquela instituição, tendo deixado o local oficialmente em 1 de abril daquele ano.

(...) após inúmeras saídas e retornos sem autorização nos últimos meses de seu acolhimento, ocasiões em se colocava em risco.

Na última que esteve na Casa, em julho de 2014, levou todos os seus documentos e foi orientada para que fosse a Casa de Passagem e posteriormente encaminhada a casa de seu progenitor na Praia Grande.

Vale lembrar que foi realizado um trabalho árduo de reaproximação da adolescente com sua genitora para restabelecimento de vínculos afetivos (com resultados ineficazes), bem como com o seu genitor, que ao menos incita algum tipo de preocupação em relação a filha e o desejo em retomá-la em seu convívio. Apesar do desejo em ter a filha de volta, (Kátia), na maioria das vezes, entra em conflito com sua madrasta, culminando em discussões e ocasionando a saída de (Kátia) da convivência com o pai.⁹²

Foram várias as tentativas de aproximação entre a menina e o pai, documentadas no prontuário, desde o período em que ela esteve acolhida no LAM. Os contatos com a mãe foram sempre mais difíceis. Não notamos no prontuário, tentativas de atendimento da família por órgãos públicos, nas áreas de habitação e saúde mental, pontos complicados nos familiares e que possivelmente, colaboraram para o tempo de acolhimento prolongado de Kátia.

Kátia pinta os cabelos de cor escura ou colorido atualmente, era a única menina loira na Casa Crescer e Brilhar na época do seu acolhimento, chamava atenção de todos pela aparência. Tinha dezesseis anos na época do seu desligamento da Casa Crescer e Brilhar.

Não conseguiu morar com a mãe, com família substituta, ser adotada, nem mesmo voltar a residir com o pai. Gostava de maquiagem e cuidados com os cabelos.

92 Resposta ao Ministério Público - pasta de K. C. S. B. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar. 06/10/2014.

9.1.5.1 Motivações para acolhimento de crianças e adolescentes nos prontuários da Casa Crescer e Brilhar.

A leitura da correspondência entre o judiciário, os funcionários públicos do Estado ou do Município não é sempre conclusiva quanto ao motivo de acolhimento de crianças e adolescentes. Outros documentos arquivados nos prontuários de atendimento esclarecem melhor a situação da família. É nos formulários de entrevistas com crianças, adolescentes e seus familiares que encontramos as possíveis fontes para o abandono e o acolhimento em instituição.

São raras as situações de órfãos, aqueles que não possuem pai ou mãe vivos. Não conseguimos encontrar um único caso em que a criança ficou totalmente sozinha, sem avós, tios ou irmãos.

Tabela 10 - Motivos alegados para o acolhimento

Pasta ou iniciais do nome	Data de entrada	Data de saída	Motivo alegado para acolhimento na documentação	Sexo
43 A.L.S.S	1991	1998	Família adotiva entregou para o judiciário por conta de mau comportamento	Masculino
82 D. R. P.	1993	1998	Mãe egressa de penitenciária no Butantã (São Paulo). Empregada doméstica.	Feminino
78 A.C.S.O	1992	Não encontrado	Abandono pela mãe, que praticava crimes. Encaminhada pela Diretora da escola para o Fórum.	Feminino
122 L. B. S	1998	2004	Abuso sexual	Feminino
K. C. S.B	2006 (Veio de outra instituição-LAM)	2014	Conselho Tutelar e pedido do pai	Feminino
M.A.T.	2009 (Veio da Casa de Passagem)	2013	Abandono pela mãe adotiva	Masculino

Fonte – Tabela elaborada pelo autor.

Entre seis prontuários analisados encontramos três situações de crianças e adolescentes que foram deixados com o Poder Judiciário ou entregues em instituições de acolhimento. Os pais biológicos também abandonam ou entregam o filho, mas a totalidade das situações envolve padrastos, madrastas, pais e mães adotivos que não mais desejam viver com crianças e adolescentes.

A senhora XXXX (mãe) mostra-se consciente de não ter condições satisfatórias para assumir a filha. Por outro lado, relatou-nos que o sr. XXXXX (padrasto) não aceita seus filhos XXX e XXX, alegando não ter condições financeiras para isso.⁹³

É como se ideia do filho ilegítimo do período colonial brasileiro, fosse novamente observada, só que agora pelos mais pobres. Algumas pessoas reconhecem que não conseguem cuidar dos filhos, por conta de suas características, comportamento ou doença mental. Acreditam alguns que a instituição é o melhor lugar para cuidar de seus filhos.

Em um dos acolhimentos, percebemos que o abusador dos anos 1990, que motivou o acolhimento da irmã é a mesma pessoa que entrega a filha para o acolhimento na década seguinte⁹⁴.

Uma leitura mais apurada do prontuário de uma menina acolhida por conta da prisão da mãe, esclarece o fato de sua institucionalização ter sido mantida por conta do padrasto, que era abusador de duas de suas filhas biológicas que também estavam no Serviço de Acolhimento.

Notamos que são sempre as crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias, escolas, igrejas e comunidades nas situações de abuso e violência. Os abusadores continuam figurando nos prontuários e nas suas vidas cotidianas, muitas vezes atravessando gerações de crianças e adolescentes acolhidos.

As fugas, tanto do lar que acabam levando ao acolhimento, como da instituição, que acabam ocasionando o desligamento, são quase sempre motivadas pela busca de um parente ou encontro de um namorado ou namorada. O período de permanência foi longo em todos os casos analisados, chegando a sete ou oito anos, o que comprova que as avaliações constantes dos casos de acolhimento e o trabalho com famílias podem não produzir resultados esperados, pelo menos da forma como estão sendo feitos. Aponta também que o princípio da brevidade no afastamento da família, previsto em lei, não está sendo cumprido. Não foram raros os

93 Relatório social produzido pela Assistente Social da Casa Crescer e Brilhar. Prontuário de D.R.P. 01/09/1994.

94 Pasta 122. Prontuário de L.B.S. Prontuário de K. C. S. B.

casos de crianças que viveram toda a vida em instituições, passando de uma para a outra, na medida em ficavam mais velhas.

Segundo a Assistente Social da Casa Crescer e Brilhar, na busca pela família, pela volta ao convívio, a mãe é na maior parte dos casos, a pessoa encontrada.

Mirella – Sim quando consegue contato com a família é sempre com as mães e aí grande parte delas apresentavam algum transtorno mental, então foi um dado que me chamou muito atenção na época. (Anos 1990).

Bertholdo - Isso na época?

Mirella – Na época. Hoje é mais com drogas o que pode levar até a um transtorno mental, mas o que prevalece são as drogas, álcool.⁹⁵

A dependência química, o uso de álcool e drogas ilícitas por parte dos adultos responsáveis pelas crianças, surge em grande parte dos casos de acolhimento na atualidade, segundo a Assistente Social da Casa crescer e Brilhar. É através da instituição, que algumas famílias conseguem encaminhamento para tratamento de dependência química e não antes do acolhimento institucionalizado.

As pastas organizadas depois de 2006 mostram maior diálogo da instituição com o poder judiciário, assim como documentação que comprova reuniões com as famílias, tanto no Serviço de Acolhimento como nos órgãos do poder judiciário. Todos os acolhimentos passaram a acontecer com a Guia de Acolhimento, documento do Conselho Nacional de Justiça.

Não notamos uma redução no tempo de permanência no serviço de acolhimento dos casos vistos na pesquisa. Isso pode ter ocorrido pelo fato de serem acolhimentos iniciados antes de 2006 e por tratar-se de crianças e adolescentes que já estavam acolhidos em outros serviços.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na questão do direito à convivência familiar notamos nas atas e nos prontuários, situações de irmãos separados, como a história de Antônio, supostamente encontrado na região central da cidade, entregue pelo pai adotivo em 1991 no fórum de São Vicente⁹⁶. Mesmo sendo conhecido que o menino possuía irmãos, um mais velho que trabalhava e morava em um cinema da região central e outro mais novo que teria ido também para o

95 Depoimento de Mirella Martina Barros dos santos. 06/11/2016.

96 Prontuários Casa Crescer e Brilhar. A.L.S.S. Pasta 43. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar.

serviço de acolhimento, não encontramos nenhum documento no prontuário ou entre as atas que pudesse indicar o trabalho de encontro, de busca de convivência desses irmãos. Da mesma maneira a mãe biológica, ainda que o pai adotivo tenha indicado o possível paradeiro em Minas Gerais, nada foi documentado sobre a busca da mãe.

Verificamos de maneira geral, que os prontuários mais antigos não contavam com informações que permitissem observar se havia algum trabalho no sentido de buscar o retorno para a família. Nas atas observamos gradualmente um cuidado maior com os trabalhos para a volta da criança ou adolescente para sua família. Com o passar dos anos, notamos maior cuidado com a organização, a alimentação de informações e o arquivamento dos prontuários.

Também situações de adoções internacionais que separaram irmãos, dificultando contato com outros membros da família biológica, como nos casos apontados em atas do ano de 1993.⁹⁷ Nesse quesito de convivência familiar, existem casos de irmãos separados em instituições diferentes, por conta das faixas etárias, contrariando o Estatuto - ECA. O Lar de Amparo a Meninas e Meninos (LAM), assim como a Casa Crescer e Brilhar, atende crianças e adolescentes que tenham de 0 a 17 anos e 11 meses. Durante visitas do pesquisador nas instituições no ano de 2017, não foi notada a presença de adolescentes no LAM, da mesma maneira que não percebemos nenhuma criança com menos de seis anos na Casa Crescer e Brilhar. Uma visita no site das duas instituições e vista das fotos de atividades e espaços, nos faz perceber que persiste ainda hoje, uma prática de atender crianças e adolescentes, separados por faixas etárias, prática que acaba separando irmãos em duas instituições da cidade de São Vicente: O LAM (Lar de Acolhimento de Meninos e Meninas) e a Casa Crescer e Brilhar.

A adaptação do prédio da Casa Crescer e Brilhar para atender possíveis crianças e adolescentes com deficiência física, só ocorreu no ano de 2014, conforme ata do dia 15 de abril de 2014.

Apresenta também que foi convocada pela Secretaria da Assistência Social, para uma reunião de esclarecimento da proposta do Governo Federal, para um reordenamento dos serviços de acolhimento e que assinou um Termo de Aceite onde deveremos adaptar o prédio com acessibilidade e que está previsto um novo Termo de Convênio, passando então, do valor mensal de 525,00 para 10.000,00 caso consigamos nos adequar as normas exigidas.⁹⁸

Desde a fundação da entidade em 1974, até a luta para ocupar um prédio para que o serviço fosse instalado em 1987, foram necessários quarenta anos para que a instituição fosse

97 Ata de Reunião de Diretoria. 09/08/1993. Livro 1. Folha 80. Reunião de Diretoria. 16/09/1993. Livro 1. Folha 81.

98 Ata da Assembleia Geral Ordinária, da Casa Crescer e Brilhar. 15/04/2014. Livro 4. Folha 4.

adaptada para receber pessoas com deficiências físicas, apesar de um processo lento, a Casa Crescer e Brilhar conseguiu adaptar-se, atender a legislação e ter melhores condições para receber crianças, adolescentes, profissionais e visitantes com diferentes necessidades de uso do espaço.

A adequação com a legislação vigente ocorreu num momento em que o Ministério do Desenvolvimento Social aumentou a verba paga para instituições com atendimento em espaço acessível.

Na busca pelo contato ou fortalecimento de vínculos familiares, percebemos um aumento nos registros desses casos, depois de 1996, com a atuação do psicólogo João Carlos, nove anos após abertura do serviço de acolhimento em 1987. Só nesse momento foram apontadas nas atas, reuniões com crianças, adolescentes, seus familiares e funcionários da instituição

A Sra Presidente, prestou as seguintes informações: continuam sendo realizadas às segundas, quartas e sábados, reuniões com o psicólogo Sr. João Carlos, juntamente com as técnicas da Casa, funcionários, crianças e adolescentes.⁹⁹

Percebemos que a chegada de profissionais mais qualificados impactou positivamente na qualidade do serviço, formando equipe mais envolvidas com o trabalho da entidade.

Ainda no mês de setembro uma outra reunião fazia referência ao trabalho com as famílias, organizada pelo mesmo psicólogo.

O Sr. João Carlos fez referências ao plano de trabalho já apresentado em reunião anterior. Expôs algumas modificações que a seu ver se faziam necessárias visando melhor caracterizar as intervenções que a Casa requer a fim de melhor adequar-se aos objetivos e fins estatutários, reorganizando o cotidiano com novas atividades, inserindo-se o trabalho com as famílias, visando possíveis reintegrações.¹⁰⁰

As contratações de profissionais com formação de nível superior nas áreas específicas de atuação; psicólogos, assistentes sociais, pedagogo, fez com que o trabalho de reintegração com as famílias, fosse paulatinamente organizado. Esses profissionais passaram a registrar suas atividades em relatórios internos, informes ao judiciário, entre outros documentos encontrados nos prontuários, retirando das atas, grande parte das descrições e registros de atendimentos, que aparentemente, ocupavam a diretoria composta por voluntários, que não necessariamente, possuíam formação específica.

99 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 05/09/1996. Livro 2. Folha 39.

100 Ata de Reunião da Diretoria da Casa do Menor de São Vicente. 27/09/1996. Livro 2. Folha 40.

As ações de busca e fortalecimento de vínculos com as famílias, ganharam mais força com a modificação na legislação em 2006, momento de criação do Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, quando crianças e adolescentes passaram a ser acolhidas apenas com guia do CNJ, (Conselho Nacional de Justiça), dificultando situações de entrega das crianças por famílias biológicas e adotivas, assim como a ação de Conselheiros Tutelares, que deixavam as crianças com a instituição com o argumento de dar uma proteção emergencial, uma vez dentro do acolhimento, vínculos eram rompidos, tornando-se difícil o retorno para a família de origem. Obrigatoriamente a instituição foi incumbida a produzir o PIA, (Plano Individual de Atendimento), para cada acolhido, que foi refletido na organização dos prontuários.

Traços do paradigma assistencial (VERGARA, 1992) ainda podiam ser notados em ações do final da década de 1990, como na situação de um menino, que sua mãe não desistia do poder familiar.

Informou também que o trabalho junto as famílias de algumas crianças, cujos pais não perderam o pátrio poder, tem em vista, sua responsabilização de conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, informou que no caso do XXXXX sua mãe não concorda com a perda do pátrio poder.¹⁰¹

Como o poder judiciário, amparado por relatórios e atendimentos do Serviço de Acolhimento, tentava tirar o poder familiar da mãe que lutava pelo contrário? A ideia de que a família pobre é menos competente do que o Estado e instituições a seu serviço para criar seus filhos, ainda prosseguia. Ao mesmo tempo, a entidade buscava aproximar as famílias das crianças e adolescentes acolhidos.

Outro caso é o de Márcio, nome fictício para preservar sua identidade, que residindo com a vó paterna e a irmã em Itanhaém, fez com que a Casa Crescer e Brilhar fosse acionada judicialmente pelo Promotor da Infância e Juventude, que acreditava ser melhor para o menino Márcio a vida na instituição ao invés da convivência com a avó em um bairro distante de Itanhaém, questionando o fato da instituição ter dado preferência a atender a família, em vez de abrigar o menino em sua sede. O Promotor apontava que a criança tinha sido desacolhida, e quem desacolhe é o juiz. O fato é que a instituição pode ter deixado de comunicar a situação do menino para o judiciário. Mas, uma vez conhecida a residência onde o adolescente se encontrava, qual o motivo para ingressar judicialmente contra a Casa Crescer e Brilhar? É possível que isso esconda a ideia da família patriarcal, enraizada em nossa

sociedade. Um lar humilde em bairro rural, onde a pessoa de referência era uma mulher idosa, estava longe do modelo esperado.

As atividades de preparação e inserção dos adolescentes no mundo do trabalho, foram cumpridas como preconiza o ECA, principalmente nos atendimentos posteriores a 1998, a Casa Crescer e Brilhar passou a ter maiores contatos com instituições que possuem um trabalho de preparação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, principalmente a Jockey Instituição Promocional (JIP), criada pela Irmã Maria Dolores, uma freira espanhola, já citada no histórico sobre a Casa Crescer e Brilhar. Situações de atividades em quartéis como Bombeiros e Exército, citados no capítulo sobre análise dos termos trabalho e lazer, deixaram de ocorrer, assim como as oficinas para aprendizagem de tarefas manuais e repetitivas como montagem de rodas de bicicleta.

O lazer, nas atas da década de 1990, descrito em atividades de disciplina realizadas em quartéis, passou gradativamente para oficinas de teatro e passeios organizados por educadores e voluntários. Junto com o teatro, o grupo de educadores e técnicos conseguiu financiar outras atividades através de editais no Ministério da Cultura, Ponto de Cultura Aldeia das Artes e Petrobras, projetos Bem me quer e Rendendo-se à arte.

Consideramos que o direito ao lazer, assegurado pela Constituição do país e pelo ECA, está sendo cumprido, apesar de aparentar ser um ônus para a instituição e não uma ação plena e contínua. Da maneira como observamos, nas duas últimas décadas, diversas atividades de lazer só foram implementadas por conta de recursos obtidos em editais.

As atividades de lazer do Ponto de Cultura possibilitaram também o direito à convivência familiar e comunitária, para muitas crianças e adolescentes que residiram na Casa entre os anos de 2010 e 2013.

Seguindo o modelo do Ponto de Cultura, com oficinas de atividades que englobam os interesses culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1978), segue atualmente o Serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares, instalado na área continental de São Vicente, uma região distante da área central do município, carente de muitos recursos, com bairros habitados por famílias fragilizadas nos pontos de vista econômico e social. Segundo depoimentos da assistente social e da administradora da Casa, grande parte das crianças e adolescentes que residem no serviço de acolhimento, são oriundas desses bairros.

O Serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares, têm trabalhado no território, próximo de famílias que apresentam características de possível acolhimento de seus filhos. A ideia é evitar que novos acolhimentos ocorram, afastando crianças e adolescentes dos parentes

e da comunidade, com longos períodos de institucionalização, característica de períodos anteriores.

Entendemos, que partindo de situações como não considerar informações sobre irmãos e a localização da mãe no momento de acolhimento, como no caso de Antônio, nome fictício, em 1991, para o trabalho realizado pelos técnicos da Casa, descrito nos prontuários de Luciana, desacolhida em 2004 e de sua sobrinha Kátia, desacolhida em 2010, houve uma grande conquista e melhoria nos trabalhos de contato com as famílias.

A pobreza descrita na pesquisa IPEA de 2003, como grande motivador para acolhimento de crianças e adolescentes, não apareceu descrita textualmente nas atas e prontuários da Casa Crescer e Brilhar, aparece disfarçada na descrição das residências das famílias.

O pai tem histórico de ser agressivo e não tem autoridade sobre os filhos, recentemente um dos filhos ateou fogo no barraco onde a família morava.¹⁰²

Nas atividades de trabalho, exercidas pelos pais e familiares, as mesmas situações, o “bico”, “o catador de papelão”, a “empregada doméstica” entre outras ocupações.

Em visita domiciliar no dia 18/02/05, encontramos a criança XXX no meio da rua em frente a sua casa, perguntamos do irmão estava na creche, do pai fazendo bico, porque estava desempregado e da madrastra XXXX nos disse que saiu e não retornou.¹⁰³

A ideia disseminada desde o Código de Menores de 1927, de que o Estado e instituições privadas são mais competentes para criar os filhos, ocasionando entregas voluntárias, foi observada em diversos prontuários de atendimento.

Na saída de fim de ano/2004, foi autorizada (a mãe) por Sra. XXXXXX Assistente Social da Vara da Infância e Juventude de São Vicente, a criança XXX passar com a genitora Sra. XXX as festas de Natal, Ano Novo e férias escolares.

Em 04/01/05 a genitora retornou com a criança alegando não ter condições de mantê-la, sendo sua última tentativa em ficar com ela.¹⁰⁴

Fica clara a falta de políticas públicas de habitação, lazer, emprego e cultura entre outras, para essa população. Também não encontramos referências de encaminhamento dos

102 Relatório Social da Assistente Social do Fórum de São Vicente. 15/01/1998. Pasta 122. Prontuário de L.B.S. Arquivo da Casa Crescer e Brilhar.

103 Relatório Social da Assistente Social do LAM (Lar de Amparo a Meninos e Meninas) 04/04/2005. Prontuário de K.C.S.B.

104 Idem.

pais e outros familiares com vício em álcool e outras drogas para serviços especializados de saúde. Apenas de adolescentes já atendidos no Serviço de Acolhimento.

Alternativas possíveis para o acolhimento institucional, como o programa Família Acolhedora, situação em que uma família aceita receber a criança ou adolescente por um prazo máximo de 24 meses, com apoio de pessoal especializado da secretaria municipal, recebendo um valor para custeio, não existe no município de São Vicente.

As situações que costumam ocasionar o acolhimento institucionalizado de crianças e adolescentes no município de São Vicente, como saúde mental dos familiares e habitação, não são contornadas ou enfrentadas de maneira satisfatória pelo poder público, levando a ciclos de acolhimento de duas gerações em uma mesma família.

A continuidade nos trabalhos da entidade, no sentido de buscar atender o que preconiza o ECA, não ocorreu por um planejamento da Casa Crescer e Brilhar ou das secretarias de governo do município. Percebemos diversas atividades e programas sem continuidade. Exemplo para o Encontro ao Mestre com Carinho, atividade que buscava aproximar os professores das escolas onde crianças e adolescentes acolhidos estudavam. Apresentações teatrais e musicais eram preparadas, para que durante um sábado do mês de outubro, os professores assistissem e pudessem perceber como vivia o seu aluno. Depois de doze edições do encontro, sempre frequentado por professores, coordenadores pedagógicos, diretores e familiares das crianças e adolescentes, não existe uma única foto no site da entidade e nenhuma outra atividade foi organizada com esse sentido. Nada foi registrado nas atas e prontuários sobre essa atividade, que estava quase sempre inserida em um dos editais de financiamento. Nenhum programa parece ter resistido a uma simples troca do profissional envolvido.

Por um lado os editais incentivam e produzem resultado na qualidade de práticas institucionais, por outro, por serem restritos no tempo e não articulados a um trabalho interno da organização, de planejamento da entidade, esse ganho tende a se perder pela descontinuidade, pela falha nos repasses e pela falta de supervisão direta e fiscalização dos órgãos competentes.

A precariedade das políticas públicas sociais do município compromete bastante o atendimento prestado pela Casa Crescer e Brilhar.

Não foi observado nas atas, movimento para estabelecer parcerias com outras organizações do município, de modo a captar mais apoios para o trabalho realizado.

Se os voluntários, dirigentes da instituições do Serviço de Acolhimento Casa Crescer e Brilhar, fizeram com que a entidade prosseguisse com suas atividades, sem perceber que suas

práticas eram carregadas por ideias de outras épocas, por outros paradigmas, seguir com as mudanças na legislação que culminaram com o Estatuto da Criança e do Adolescente pode ter constituído uma cartilha lida e não compreendida para essas pessoas, seguida sem questionamento.

De qualquer forma, o município e outras esferas governamentais, não conseguiram suprir uma série de necessidades dessa população. Ainda que com uma forma de administração e prestação de serviços, que levaram em consideração, o olhar do gestor voluntário e não da legislação, do perfil profissional.

Sobre o cumprimento do direito garantido pelo ECA à proteção integral para crianças e adolescentes, percebemos no trabalho da Casa Crescer e Brilhar em diversos períodos, as tentativas de adequação da entidade, mesmo considerando certo atraso, em uma história lenta.

Em seus quarenta e três anos de existência, a Casa Crescer e Brilhar conseguiu gradativamente, adaptar seu funcionamento com o ECA, reduzindo as situações de antigos paradigmas, aproximando-se cada vez mais da proteção integral para crianças e adolescentes, possibilitando segurança e condições de vida para crianças e adolescentes que não teriam outra forma de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.83- 154.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acesso em 26/03/2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T. A Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre a modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BELLOTO, Eloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRASIL. Código de menores. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em 10/04/2016.
- BRASIL. Lei do Ventre Livre. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>. Acesso em 18/04/2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>. Acesso em 07/08/2016.
- BRECHT, Bertold. **Histórias do Sr. Keuner**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Poemas** (1913-1956). São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CAMARGO, L. O. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n.5, set./out. 2004.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019>. Acesso em 12/09/2017.

COSTA, Bertholdo Maurício da. Ponto de memória: história, luta e organização popular na região do bairro Jóquei Clube em São Vicente. In: SANTOS, Anguair Gomes dos; COSTA, Bertholdo Maurício da; SANTOS, Mirella Martina Barros dos. **Aldeia das artes**: um ponto da memória do bairro Jóquei Clube. São Vicente: Casa Crescer e Brilhar, 2014. p. 27-55.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 74.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** : Formação do Estado e civilização. v. VIII. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GADOTTI, Moacir. Janusz Korczak precursor dos direitos da criança. In: THE INTERNATIONAL JANUSZ KORCZAK CONFERENCE, n. 6, 1998, Israel. The Janusz Korczak Association in Israel Kibbutz Lohamei Haghetatot Ghetto Fighters' House D.N. Western Galilee. <http://www.comitepaz.org.br/download/Janusz%20Korczak%20-%20Moacir%20Gadotti.pdf>. Acesso em 22/03/2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

GRANDINO, Patricia Junqueira. **O educador de rua e suas práticas educativas**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____. **A dimensão relacional na educação**: análise de uma experiência formativa entre professores e educadores sociais. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

GUEDES, Ana Carolina de Azevedo. **A Individualidade sob uma perspectiva biográfica no caso de Sophia Jobim (1920 1960)**. Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Mariana, 2013.

http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/A_Individualidade_sob_uma_perspectiva_biografica_no_caso_de_Sophia_Jobim_1920-1960.pdf. Acesso em 30/01/2017.

IPEA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes na rede SAC**. 2003.

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_a_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Crianças_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf. Acesso em 21/03/2016. p. 2.

KORCZAK, Janusz. **Quando eu voltar a ser criança**. São Paulo: Circulo do Livro.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Internados: os filhos do Estado padrasto. In MARTINS, José de Souza. (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 155 –180.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LIMA, Solyane Silveira. **Recrutá-los Jovens: a formação de aprendizes marinhaeiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)**. Belo Horizonte, 2013. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MACHADO, Vanessa Rombola. **A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente**. <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AVes73a7GQoJ:www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/10431/9121+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. Hucitec: São Paulo, 1998.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 1-29, nov. 1994.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATOS, Izalto Junior Conceição. **Em busca da memória perdida: a história dos órfãos e vadios do Instituto Disciplinar de Mogi Mirim**. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP.

MESGRAVIS, Laima. **O Brasil dos séculos XVI e XIII**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a História).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

ONFRAY, Michel. **A potência de existir**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

PARKER, Stanley R. A sociologia do Lazer. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 347-375.

PRADA, Cecilia. **O que não está nos autos**. 08/11/2009.
http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/5661_O+QUE+NAO+ESTA+NOS+AUTOS. Acesso em 22/03/2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Brasília: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo: Santa Ursula; Cortez, 2008.

RUSSEL, Bertrand. O Elogio ao Ócio. In: DE MASI, Domenico (org.). **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 49-130.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. Brasiliense: São Paulo, 1983.

SAORNIL, Lucía Sánchez. **A questão feminina em nossos meios**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre; Editorial Eleuterio, 2015.

SILVA, Roberto. **Os filhos do governo**. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: editora UNESP, 2000.

WESTIN, Ricardo. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado** 07/07/2015. p. 4-5.
<https://www12.senado.gov.br/institucional/arquivo/arquivos-pdf/ate-lei-de-1927-criancas-iam-para-a-cadeia>. Acesso em 01/04/2016.

VERGARA, Sylvia Constant. A gestão da política de garantia dos direitos da criança e do adolescente. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 3, p. 130-139, 1992

APÊNDICE A – Entrevista com Anguair Gomes dos Santos

Entrevista realizada em 29/05/2016.

Bertholdo – Bom dia.

Anguair – Bom dia.

Bertholdo - Meu nome é Bertholdo Costa, sou aluno de mestrado no Programa Participação Política e Mudança Social da Universidade de São Paulo. Esse depoimento será utilizado na escrita da dissertação de mestrado e também em futuras publicações de artigos científicos na internet e publicações em papel, na forma gráfica. Eu gostaria de saber se você concorda com o uso do depoimento dessa forma?

Anguair - Tudo bem.

Bertholdo - E ele será transcrito na íntegra e apresentado para que você possa aprovar, reprovar em parte ou fazer adequações. Tudo bem assim?

Anguair – Tudo bem.

Bertholdo – Gostaria que você falasse o seu nome completo, idade e local de nascimento.

Anguair – Eu Sou Anguair Gomes dos Santos, estou com 61 anos de idade, eu nasci na cidade do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara em Vila Isabel.

Bertholdo – Gostaria que você falasse um pouco do seu envolvimento na Casa Crescer e Brilhar. Como é que você conheceu a Casa?

Anguair – A Casa Crescer e Brilhar, antigamente chamada de abrigo ou serviço de acolhimento. Aconteceu de maneira interessante na minha vida. Primeiro porque na minha infância eu passei por um período de cinco anos no colégio interno eu vivenciei algumas coisas, dificuldades que passam as pessoas que são submetidas a esse processo que é o colégio interno.

Relutei muito a esse convite para trabalhar com crianças e adolescentes que vivem nessa situação, uma situação de risco, hoje não existe o colégio interno, é o abrigo. Você acaba se apegando a um projeto, a um trabalho para toda a vida. Sai uma criança, entra outra, então eu não queria participar de maneira nenhuma é um projeto para toda a vida.

Acabei me envolvendo emocionalmente com uma moça que ela trabalhava nesse ... na Casa Crescer e Brilhar que era um abrigo, ela acabou me apresentando a Dona Célia que era presidente, acabou me apresentando outros amigos para desenvolver um trabalho voluntário com os residentes.

Apresentava ainda essa resistência, a Casa Crescer e Brilhar era ainda Casa do Menor e trazia uma série de coisas dentro do seu dia a dia, relembrando e a retomada mesmo dos momentos antes do ECA. Nós chegamos lá as mesas eram presas no chão para que eles não pudessem arrancar, as pessoas comiam ainda de colher. Não podiam ter acesso à cozinha. Nos deparamos com a primeira mãe, que foi uma coisa interessante, era uma nova diretoria, uma nova mentalidade sendo colocada, ela tinha HIV, uma mãe prostituta. Eles estavam começando a fazer um trabalho com a família.

Bertholdo – Trazer a família?

Anguair – O que acontecia? Embora fosse uma nova diretoria, era uma diretoria mista, com um pequeno grupo com uma nova mentalidade, tinha um grupo mais antigo e ainda conservador. Na época se investia, naquele momento nessa mãe para que ela pudesse ir até a Casa Crescer e Brilhar, cuidar dos seus filhos e se fortalecer. Isso foi muito criticado, as pessoas resistiram tinham medo.

Bertholdo – A diretoria?

Anguair – A diretoria. A maior parte da diretoria permaneceu. Não é fácil montar uma diretoria.

Nesse momento começamos a trabalhar uma proposta nova, vanguardista. Estamos trazendo o Brecht para dentro da Casa Crescer e Brilhar (risos), Augusto Boal na parte de teatro e outros pensadores vanguardistas para desenvolver o trabalho.

Foi um momento que nós chegamos e que tinha essa resistência, mas era necessário construir na minha personalidade, na minha pessoa um novo ser, comprometido socialmente. Teoricamente falar, cantar é fácil. Fazer no dia a dia é que complicado.

Bertholdo – Que ano foi mais ou menos?

Anguair – Isso tem, estou meio perdido no tempo. Isso tem quase vinte anos. É isso?

Bertholdo – Que você foi trabalhar como voluntário na oficina de teatro? Foi em 1999. Confere?

Anguair – Isso 1999. Isso está associado à minha vida pessoal de ter saído do colégio interno, ter ido praticamente para as forças armadas por três anos, ter ficado na COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) com uma formação sendo vigilante, associado a um ex-fuzileiro, tudo isso por conta da formação militar. Depois tendo feito uma faculdade. É interessante, na parte de educação fiz Pedagogia. Tive a oportunidade de conhecer Paulo Freire outros pensamentos, aula de Sociologia, ocorreram conflitos, com a minha história. Minha mãe era analfabeta, o colégio interno, minha mãe teve um processo de loucura, vi minha mãe sendo arrancada da casa dos patrões, indo para o Engenho de dentro.

Os patrões (...) “olha eu não tenho mais nada a fazer, o que tinha para ser feito por ela foi feito aqui – preciso zelar por você”. O zelo dessa família, desses patrões foi me colocar no colégio interno modelo, diziam que era uma escola-modelo. Era justamente o Ginásio Industrial XV de Novembro; *Escola XV* que deixou de SAM e passou a ser FUNABEM.

Bertholdo - Deixou de ser SAM?

Anguair – Deixa de ser SAM passa por esse processo de alteração, onde se tem um carinho, um olhar do militar. As pessoas tinham ali como escola-modelo e passavam para os olhos do exterior que cuidava bem das suas crianças.

Acabei na verdade sendo beneficiado dessa escola-modelo, que havia a FUNABEM com diversas escolas em partes do país. Mas estava ali no Rio de Janeiro, apesar da permanência de várias ferramentas (risos) do antigo SAM, não só a parte do prédio. Coisas muito parecidas com a relação que eu tive na Casa Crescer e Brilhar, uma diretoria com essas dificuldades, essa diretoria que tinha dificuldades de entender essa mãe, eram católicos, então falar em

prostituta perto dessas famílias era muito difícil. Que via como um recurso de ajudar aquelas crianças o apadrinhamento, batizar... como se Deus fosse salvar. Eles não estavam preparados para crianças, vamos dizer assim, fora dos padrões, então acabavam não tendo sucesso.

Bertholdo - Muito bem. Que ano mais ou menos você lembra dessa mudança, que você foi morar e estudar na Escola XV?

Anguair - Então, a minha mãe foi uma lutadora incansável, mais uma dessas mulheres que sofreu violência doméstica, apanhou muito do meu pai. Ela não conhecia os seus familiares, sei que ela morava em Miracema.

Bertholdo - Miracema em que lugar?

Anguair - No Rio de Janeiro. Eu não conheço a cidade, mas o que ficou nítido nessa questão; ela foi uma das meninas pegadas por uma família que disse - "olha eu vou cuidar de você". Ela acabou passando por diversas casas de família e de uma ela saiu casada. Ela tinha muito amor por uma família, a família Macedo; era Dona Zica e Seu Macedo. Saiu casada de véu e grinalda. Então para uma pessoa que não tinha nada, casar de véu e grinalda era tudo. Só que depois vieram os abusos, os espancamentos. Ela acabou se separando do meu pai e voltando a trabalhar nas casas de família. Ela engravidou de mim morando em casa de família, ela tentou por diversas vezes o aborto. É uma questão que precisa ser avaliada e discutida, ela percebia; "morando em casa de família, não tenho segurança, eu não tenho como cuidar dessa criança". É uma questão muito séria.

Voltando para sua pergunta, a questão do colégio interno, o que sucedeu? Tinha uma madrinha que morava no morro, todas as vezes que a minha mãe estava desempregada, quem cuidava das minhas necessidades básicas era essa madrinha do morro, correto? E chegou uma hora que a minha mãe sofreu uma ordem psiquiátrica séria e quem acolheu nesse momento foi essa patroa que era como se fosse mãe, todo mundo recorreu. Eu tinha doze anos, onze, doze anos. Isso foi em torno de 1967-68, imagina essa situação da vida militar. Foi nessa época que entrei efetivamente no colégio interno em 1968.

Ela sofreu desequilíbrio mental, foi internada no D. Pedro II (Hospital psiquiátrico), numa situação gravíssima, fugiu duas ou três vezes deste local. Chegou um momento que as patroas não queriam mais aceita-la, nem cuidar. Chegou um momento que queriam me dar

oportunidade de vida, segundo eles, isso foi me colocar no colégio interno, Ginásio Industrial XV de Novembro. Eu estudava de manhã, a tarde tinha as oficinas, a noite tinha sala de estudo, ao final de semana nós tínhamos acesso ao Maracanã (risos), isso acabava sendo um ponto positivo, nós tivemos aí alguns investimentos dessa escola modelo – o *Canela* que era treinador de basquete do Flamengo, treinava os alunos da FUNABEM. Nós tínhamos por exemplo, parece que foi o Médici, o investimento no Dário – *Dadá Maravilha*, que era do colégio interno, forçando a barra do João Saldanha para convoca-lo, então a História mostra bem isso.

Tivemos o cantor Evaldo Braga, a ascensão do ídolo negro, saindo desse local, em que ele foi abandonado no lixo, cantava essas canções. Todas essas coisas, essas relações acabei passando, em 68 entrando no colégio, até 73 quando acabo indo ser Fuzileiro Naval.

Eu com uma visão vanguardista, fazendo as minhas canções, as pessoas com aquele medo, aquele grupo chamado *Grupo Eiras*, justamente o grupo que desenvolvia um trabalho com psiquiatria no Rio de Janeiro. Nós cantávamos lá – são satirizantes, esses dias sem graça, a falta de condições.

Bertholdo – Nós já conversamos um pouco, você falou um pouco da sua infância, da história do seu envolvimento com a Casa Crescer e Brilhar, como foi o início da tua chegada lá como profissional. Não sei se você quer falar mais um pouco, alguma lembrança da tua infância?

Anguair – Não, na verdade todas as vezes que se faz uma pergunta do teor que você coloca, acaba voltando atrás, indo para uma situação atual, você acaba comentando alguns pontos que acabam se encaixando na resposta que melhor atende a pergunta.

Bertholdo – Você estava no Rio de Janeiro, morou em uma escola fechada nos anos 1960 e como foi a sua vinda para São Paulo.

Anguair – O que é importante se colocar sobre um isolamento cultural. Porque isolamento cultural? Você sai de um estado para outro isso é uma situação difícil, nós crianças e adolescentes gostávamos muito de futebol eu torcia pelo Flamengo. Tinha algumas rádios que gostava de ouvir; tinha a Rádio Tamoio, a Rádio Mundial e aí você vai para outro estado e não encontra mais uma Rádio Mundial, encontra um Zé Bétio (risos), torcida, no caso nós viemos para a Baixada (Santista) encontramos a torcida Santista, a torcida corinthiana que mais se

destacavam. A bisnaga passa ser aqui a bengala (pão), são situações que nos fazem pensar de uma forma diferente, a própria gíria, um isolamento natural.

Nós viemos do Rio por passar no concurso para ser Fuzileiro Naval. No primeiro momento fiquei feliz, tive a maioria dos acertos, um segundo momento uma ansiedade, um desespero. Chego numa cidade, no litoral, uma cidade praiana, na verdade era para sermos soldados em Santos, mas fazendo recrutamento em outro município, a Vila de São Vicente, São Vicente, da importância dessa cidade para o país, muito pouco trabalhada.

A vinda para São Paulo me leva a uma consciência política. Agente descobre que Santos, o porto era chamada de *cidade dos vermelhos*, por isso as pessoas não queriam ser militares e foram chamadas pessoas de outros estados, até fazer um trabalho de treinamento chamado “contra o distúrbio civil, contra manifestações”, de greves. Ai se depara com a terra do café, pessoal com outra mentalidade, a cultura e a educação, não tem como dissociar isso. Havia a cultura, a visão histórica, psicológica, esses recursos da crença, senti muito essa mudança, muito embora estivesse no litoral.

Bertholdo – Você chegou a atuar em São Paulo-SP nessa época como fuzileiro?

Anguair – Nós ficamos na verdade, tinha a Comissão Naval e nós ficamos lá por um período de seis meses, ficamos lá seis meses em São Paulo. Lá conheci um pouco a Rego Freitas, conheci um pouco o lado da prostituição de São Paulo. Aqui na Baixada conheci muito a prostituição; Rua General Câmara, algumas boates como a Love History, pessoas que perderam a vida naquele espaço ligado com a questão do porto. Isso nos deu muito *no hall*, vamos dizer assim, em relação a esse conhecimento. São Paulo foi um período muito curto de seis meses, mas que deu uma grande clareza das diferenças entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Bertholdo – Desse tempo de fuzileiro você saiu para estudar Pedagogia? Como foi essa passagem?

Anguair – Volta a questão da infância. É muito importante a presença da família, o que ela te estabelece para que você caminhe. Os primeiros anos de vida são fundamentais para o conhecimento da vida. A minha mãe muito embora fosse analfabeta, mal escrevia o nome, ela tinha clareza da importância dos estudos. Da forma que ela tinha para me educar, da forma pedagógica, ela dava chineladas mesmo. Várias vezes ela me pegou no meio da rua, me deu

chineladas, varadas "você é negro, você é feio, você tem que estudar". Nós tivemos a sorte de uma das patroas dela que eram judeus, de reconhecer e me matricular na Escola Anne Frank lá em Laranjeiras. Hoje sei que ela era judia por me matricular nessa escola, que me deu esse fortalecimento, da importância disso.

Quando saí do colégio interno e fui para ser fuzileiro, tinha clara importância disso; precisaria estudar ou pegar no pesado. Tinha muita dificuldade em serviços braçais de pedreiro, tinha dificuldade e costumavam me criticar muito, as vezes brincavam - *oh preto mole! Pega isso aí*. Os poucos momentos que tentei fazer esse tipo de trabalho não consegui. Como resultado de sucesso, vamos dizer assim, era a escola. Eu como fuzileiro naval tentei várias vezes estudar, mas os turnos, o trabalho de plantão, acabava perdendo conteúdo e tinha muitas dificuldades de completar isso.

Quando saí, pedi baixa, foram três anos obrigatórios, retornei ao Rio de Janeiro e fiquei muito feliz de retornar ao Rio, mas o Rio já não me cabia, já não era espelho (risos) daquilo que eu trazia. Acabei retornando para São Paulo, retornei aqui para a Baixada (Santista), trabalhando como vigilante, trabalho de turno aqui numa COSIPA e você se depara com que? Vamos dizer (...) um outro grupo, uma outra visão que é o trabalhador, as pessoas que ficam doentes nesta fábrica, os movimentos e as greves. É isso que me deu essa noção. Na verdade eu ia fazer Direito, acabei mudando para Pedagogia que não conhecia e vi a importância da Pedagogia nesse contexto; de contribuir na forma de educação e aí eu me aproximei disso; eu já escrevia, tinha alguns contos. Via a importância do teatro para a conscientização dessa comunidade dos cosipanos, colocava. (Cantarolando)

"Estou nessa luta desigual
A tortura querendo me abraçar
Com um pão duro no bernal
E mil contas pra pagar".

As coisas que fazíamos nesse momento. Uma coisa a ser colocada é que eu acabei concluindo o meu Segundo Grau numa escola do centro dos metalúrgicos, essa escola dava uma consciência política incrível, porque as pessoas que saíam da escola, saíam oposição ao sindicato, eles viram como ameaça, acabou essa escola sendo fechada.

Bertholdo - Em que ano? Você lembra?

Anguair – 1977-78. Em 1981 eles estavam praticamente nesse trabalho, acabei passando na faculdade nessa época. Me formei em 1983.

Bertholdo- Da faculdade como você passou a atuar como professor?

Anguair- Estava como vigilante na COSIPA, estava concluindo a faculdade e vieram os primeiros cortes da COSIPA. (Cantarolando).

"Bum bum bum
Bum bum bum
O facão tá procurando
cabeça de mais um
A arapuca está armada
e não adianta protestar
sinto muito meu amigo
mas seu dia vai chegar".

E o meu chegou, como chega de muitas pessoas, muitos debilitados.

Essa demissão foi no último semestre do meu curso de Pedagogia e um dos critérios tirados pelo engenheiro (risos) nos cortes foi " não... o Anguair está bem, ele logo vai se formar". Sendo que com isso eu fiquei sem dinheiro. Eu tinha que descer por detrás do ônibus. Antigamente não tinha esse processo de roleta e pulava não é? (Cantarolando).

"Pula, pula safadão
não paga a condução".

Ia fazendo as canções, ironizando para concluir o curso. Quando concluí o curso, comecei a trabalhar com as séries iniciais, muito embora tenha me formado para trabalhar na educação especial.

Logo fui trabalhar com formação de magistério. Veja a importância de conscientizar essas meninas, algumas despreparadas para conviver com uma situação que hoje está mais grave, que é você pegar famílias que estão desorganizadas e seus filhos na escola, uma discriminação dos filhos de prostituta e do marginal que não estão na escola e ainda os que

não tiveram suas habilidades desenvolvidas, não punir aqueles que tinham famílias desorganizadas.

Que estão nas escolas sem desenvolver consciência, habilidades e puni-los e os que não conseguiram estar aqui e são penalizados, punidos várias vezes nos serviços de acolhimento, isso é mais grave, um erro.

Pensa, isso é grave - tivemos 35 crianças e adolescentes dentro de um abrigo, você não consegue fazer essa formação. Só comida, roupa lavada e lugar para dormir. Como é que você trabalha essa formação, todo o processo de cidadania com um número inferior de educadores sociais, que eram, na verdade inspetores, mais tarde monitores e você mostrar que educador social é diferente e você agradece os avanços do ECA e estabelece as orientações que você vai ter no máximo 20 crianças e adolescentes.

Não tá na quantidade, tá na qualidade do que vai ser desenvolvido. No colégio interno eram 600, 12 alojamentos. Imagina vocês, que atenção se daria se 600 crianças, uma questão muito grave, uma questão pesada. Passei trabalhar no curso de magistério e passei a morar em São Vicente e você depara com uma cidade abandonada em todos os aspectos culturais, não existiam faculdades na cidade, muito embora havia a favela México 70 que se compara em proporção com as maiores favelas desse país. Sabe, ali você percebe que alguma coisa grave estava acontecendo ali e se depara com as dificuldades que o próprio município; a inexistência de um plano diretor, de uma rodoviária, um hino. Imagina isso para se trabalhar na escola?

Comecei a lecionar em Cubatão, cidade vizinha, cidade de indústrias e aí você encontrava operários, filhos de operários. Outra coisa interessante; eu consegui trabalhar a noite em uma escola com supletivo, muitos policiais que queriam progredir na vida e os que trabalhavam no comércio. As canções e o teatro ajudavam muito. (Cantarolando música Cidadão).

"Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar".

Músicas como essa levam a uma transformação individual que discutia a questão da família e alterações que vieram para muitos deles.

Bertholdo- Essa escola era pública em Cubatão?

Anguair - Era da rede estadual, existiam três boas escolas de magistério. Deu assim (...) uma consciência aqui em São Vicente, colado em São Vicente, mas é de Santos o Neves Prado Monteiro, saíram pessoas muito consientes, trabalhando na formação de Magistério.

Tínhamos em Cubatão o Afonso Shimit; a importância do professor enquanto consciência, havia uma professora que fazia um trabalho com alunos visitando a Câmara, um exercício com espaços de cidadania, levando aquele grupo a assumir cargos políticos, com outro olhar para o município. Tínhamos até então maiores dificuldades para pensar São Vicente.

Trabalhava na escola pública por achar que quem tinha seus filhos em escola particular não precisava do meu trabalho.

No magistério muitas (alunas) vinham fugindo de Matemática, Língua Portuguesa, achavam que o curso de magistério seria uma coisa mais fácil e você trabalhar com pessoas é complicadíssimo. Ter os olhos de Wigotzki, o olhar cultural e você entende o porque da foice, do martelo, o porque da vassoura, aí você entende Paulo Freire o porque do tijolo. (risos)

Bertholdo- Bom, do ensino regular e da formação de professores nós já conversamos. Foi no final dos anos 1990 que você foi para a Casa Crescer e Brilhar. Você conheceu a Senhora Celia (Moraes Lima) que foi presidente, que te chamou para o trabalho voluntário e lá você passou a responder pelo setor pedagógico do abrigo. Como foi?

Anguair - Na verdade na época chamava Casa do Menor. Voluntário fui por cerca de um ano, perceberam a necessidade do pedagógico.

O pessoal tinha um psicólogo e o que o psicólogo faz? Ele compreende o comportamento humano, entende para poder modifica-lo, ou preve-lo (risos). A parte social; acompanhar essas crianças, ter lá seu prontuário. Onde está o exercício de transformação social? De prática educativa? Essa diretoria percebeu muito antes da legislação exigir em PPP (Plano Político Pedagógico), não havia isso.

Naquela época quando nós fomos convidados para o trabalho como pedagogo, teve uma mudança de olhar, os monitores deixaram de ser monitores para tornarem-se educadores e entender o que é ser monitor ou educador e conscientizar as crianças, esse ponto de Paul Sartre – "Mais importante do que fizeram com você é que você pode fazer com o que fizeram de você". (...) Nós começamos a fazer esse trabalho, tivemos resistência gravíssima de pessoas que não conseguiram entender a importância disso.

Qual era esse medo? Vai embora o pedagogo, o Anguair vai embora e o abrigo não mudou o olhar, não ficou enraizado, aquilo que você acredita, isso não ocorre só em abrigos. Nós tivemos muito sucesso.

Outra coisa que era comum; os irmãos eram separados, tivemos alguns residente que entraram numa situação de depressão, no mundo das drogas por que seus irmãos foram de repente para a Itália. Eu vi isso de outros técnicos, não da casa. -"Mas você está sendo egoísta, deixa seu irmão se dar bem na vida". Essas questões muito graves, muito sérias.

Você vê, se a Vila de São Vicente que é o berço da nacionalidade, nós que somos utópicos, (sorri) cabia ali um projeto gigantesco para chamar atenção em relação ao abrigo.

O abrigo passou a ser referência, discutia o pedagógico, discutia a cultura com fatores linguísticos; as gírias (...). Um trabalho desenvolvido por amigos, entre eles você não é? (Indica o entrevistador). Isso nos ajudou muito, a sua vinda com um olhar histórico, a importância que a Assistência Social tem com a cultura é fundamental para o trabalho de Serviço Social.

Hoje trabalhamos as famílias, se as famílias não querem caminhar, mudar, fica muito mais difícil, nós conseguimos mostrar a importância de mudar.

Bertholdo – Por quantos anos você trabalhou como pedagogo no abrigo? Foi um ano de voluntário na parte artística, montando peças de teatro e depois?

Anguair – Eu sempre peço muito em relação aos anos. Passa tão rápido, mas acredito que tenha trabalhado quatro, cinco anos como pedagogo.

Bertholdo – Você saiu um ano antes do Ponto de Cultura?

Anguair - Foi. Isso é uma coisa muito complicada. Nesse país se investe pouco em educação e não é só com os menos privilegiados, nas camadas médias quando a coisa aperta o que você corta? Tira o filho da escola particular e passa para a escola pública.

Você se depara com um município que não repassa os recursos para o abrigo, com esse olhar; o abrigo você acolhe; comida, bebida e dormida. Nesse contexto a situação ficou muito difícil para esse abrigo continuar seu projeto: trabalhar a família e uma criança que não vai retornar para o abrigamento.

Imagina criança de nove, dez anos, adolescentes de dezesseis, dezessete anos; poucos são adotados. A maioria acabava retornando para a família, sem que a família fosse trabalhada ele retornava.

O abrigo com um eixo social e outro pedagógico, com a Prefeitura não fazendo o reapasse e a cada ano sem corrigir o valor. Chega um momento que o próprio serviço chegou para mim e disse que entre o pedagogo, a psicologia e o Serviço Social, o pedagogo devia sair. O pedagogo tinha inserido ali os acordos pedagógicos.

Bertholdo – Entre os residentes e os educadores?

Anguair – As medidas reflexivas entre, os quadros de conduta em relação ao próprio educador, estabelecendo o acompanhamento das suas metas, dando seu valor. Tinha inserido no processo pedagógico as habilidades sociais, isso foi muito importante, mas gradativamente essas coisas acabaram se perdendo.

Bertholdo – A fase do Ponto de Cultura foi uma tomada de que tipo de perspectiva? Por exemplo: que era possível abrir o abrigo para a comunidade e que o jovem residente pudesse sair com sua expressão artística?

Anguair – Olha, uma coisa que acaba vindo na memória. Na época o Pedagógico se aproximava do Serviço Social, na época eu pensava que nós devíamos ir até a escola, pública, que diz que é de todos, mas ainda é de poucos e não só o professor, mas a equipe escolar não sabe lidar com crianças de abrigo, hoje crianças do Serviço de Acolhimento e além de discriminação era comum chamar os monitores para retirar as crianças para que pudessem retornar para o abrigo. Eu pensava que era importante visitar as escolas e fazer um trabalho de conscientização com os professores. Ainda não existia HTPC (horário de preparação pedagógica). O Serviço Social fez melhor; "venham para o abrigo, conheçam e vejam maneiras de mudar nossos residentes". Criamos o encontro anual "Ao mestre com carinho" que ao invés de se fazer uma palestra, que seria uma coisa cansativa, por que não usar o teatro e contar uma história. Conseguimos, esse convite era feito para os educadores, por anos, junto com a equipe escolar e os amiguinhos começaram a vir para o abrigo fazendo um trabalho de empoderamento de baixo para cima. Isso nos fortaleceu enquanto Ponto de Cultura.

Começamos a fazer teatro atendendo crianças que eram amiguinhos deles, fazíamos um levantamento desse olhar da cultura.

O que acontece? Com a minha saída, a saída de outros que eram voluntários, a casa percebeu o que se perdeu nesse aspecto. O quanto as famílias que nós trabalhávamos deixaram de ganhar. Foi quando a Assistente Social foi convidada para fazer o projeto para que o abrigo fosse um Ponto de Cultura. No primeiro momento que foi pensado, notamos que precisávamos de um historiador aqui. O Bertholdo, sendo da Baixada (Santista) e vindo de São Paulo, um olhar progressista e isso era importante; que tivesse problema de colocar a mão na massa, dentro do Serviço de Acolhimento.

É muito fácil apresentar teses, me desculpe, já vi muita gente apresentar teses teóricas e terminar seu mestrado indo embora. Cansei de ver alunos de faculdade com questionários, nós mesmos respondíamos, faziam a tabulação e apresentavam. Agora estar ali, fazer um trabalho com a família enferma e desorganizada, fazer um trabalho com as crianças desenvolvendo suas habilidades sem conhecer todos os tipos de emoções duras, difíceis. No teatro se exercitava isso: dê um sorriso, mostre um sentimento de amor – "você é a princesa". Não apresentavam porque não tinham, tinham ódio, aquela coisa de mexer com o outro. Tinham medo de amar – "vou amar você e que vai acontecer? Você vai embora, então já vou te bater hoje." O Ponto de Cultura foi fantástico nesse aspecto. Pela primeira vez as pessoas perceberam a importância da cultura com acesso de todos. Onde estavam os mais discriminados? Fora do processo nos abrigos. "Mas no no abrigo? Vai ser assim?" Desenvolve o trabalho lá.

O Ponto de Cultura desenvolveu dois aspectos: evitou que crianças fossem abrigadas, trabalhou o fortalecimento, vamos dizer, da população do bairro em várias oficinas e o trabalho do historiador deveria fazer, graças a Deus era sua pessoa (indica o entrevistador). Você conheceu várias pessoas que moravam há muito tempo no bairro Joquei Clube, resgatou a memória, documentou com registros de gravações, culminou com um livro. Percebemos a quantidade de nordestinos no bairro. Deu continuidade com a peça teatral Exodo rural. Você discutiu uma série de questões – isso é cidadania, não é só chamar de carente. Sempre digo isso; carente é aquele que estende a mão (faz gesto de pedir) ou agride, faz coisas erradas. Cidadão não, ele tem direitos e deveres e deveres e direitos para que a cidade São Vicente seja melhor, que o país seja melhor.

Bertholdo – E hoje? Você esta como diretor da Casa. Responde pela parte cultural.

Anguair – O Ponto de Cultura teve a proposta, foram três anos de apoio (projeto com recursos do Ministério da Cultura), foram desenvolvidas essas oficinas. Quando terminou o recurso do Ponto, foram estabelecidos alguns trabalhos e a casa não tinha espaço para tudo, também não era só trabalhar teatro, precisava trabalhar fotografia, dança de salão e outros projetos que foram desenvolvidos .

No primeiro momento seguiram só com o teatro, mesmo sem recurso. Até então a Assistente Social Mirella era coordenadora do Ponto de Cultura e eu estava lá fazendo um trabalho e fui chamado para um desafio; o Serviço de Acolhimento tinha queter um Projeto Político Pedagógico, ai vem todas as histórias contruídas (...) *pausa na fala* . Entra o Ponto de Cultura. Não era chamar alguém e dizer – "Aí. Escreve o PPP". Havia toda uma vivência de décadas que contruímos , fizemos juntos; João Paulo I: "A tarefa primeira da cultura é a educação".

Não posso dissociar isso; havia o Ponto de Cultura, a visão histórica, psicológica do ponto, esses recursos da crença, o que eles (*crianças residentes*) acreditavam, levando ao processo de aprendizagem, a mudar de comportamento, deixando de ser aquilo e passar a ser algo melhor. O PPP foi um desafio. Aceitei ser diretor, mas não um diretor para ir às reuniões, aprovar algum projeto, orçamento, mas que estivesse no dia a dia fazendo as discussões. Eu deparei com a rotatividade e educadores que não possuem o mesmo olhar que nós tínhamos no passado.

O maior desafio; os educadores confundem punição com educação e você colocar esse respeito é muito difícil. Esse educador social tem dificuldade de escrever, até juntar palavras, não tem como apresentar uma linha de raciocínio, contar sua história com começo, meio e fim. Não é só o educador social, lamentavelmente pessoas graduadas que vão fazer seu estágio , você percebe, estão alfabetizados, mas não existe letramento. Não tendo letramento você não consegue. Pede uma redação para quem termina o Ensino Médio.

Dentro desse processo do PPP, precisamos fortalecer a cultura e a formação desses educadores, só para concluir, desse processo de letramento.

Bertholdo – Só tenho que te agradecer. Tem alguma coisa que não perguntei e que você quer falar?

Anguair – O agradecimento de estar aqui falando sobre estas questões e outras pessoas estarem ouvindo. Posso estar errado, mas quase não existe eco nas faculdades, universidades

sobre esse olhar, não só de abrigos, mas sobre as minorias – eu digo que são maioria minorizada inclusive pelas intelectuais. Que as pessoas repensem.

Se é na raiz que vai dar um bom ou um mal fruto, uso da fruta, falo da fruta, mas não vou até a raiz. As universidades devem ir a campo e um dos campos para falar de crianças e adolescentes é o Serviço de Acolhimento.

Não é quantidade é qualidade, pode ser um e essa criança é nossa missão. Que todos os residentes daqui sejam de fato filhos, que não são.

APÊNDICE B - Entrevista Celia Regina de Moraes Lima.

Entrevistada realizada na manhã de 16 de maio de 2016.

Bertholdo - Bom dia.

Celia - Bom dia.

Bertholdo - Meu nome é Bertholdo Costa, sou aluno de mestrado da EACH no programa Mudança Política e Participação Social da USP.

Gostaria de gravar uma entrevista que será usada em atividades acadêmicas. A entrevista também servirá como material para a dissertação de mestrado “Paradigmas do abrigo de crianças e adolescentes no Brasil de 1964 a 2016.

O áudio será transcrito e devolvido para que a senhora aprove, reprove ou aponte adequações. A senhora concorda com tais usos?

Celia - Concordo.

Bertholdo - Seu nome completo, local de nascimento e idade?

Celia - Celia Regina de Moraes Lima, nasci em Barretos-SP, no dia 21 de janeiro de 1955.

Bertholdo - Como a senhora se envolveu com os trabalhos da Casa Crescer e Brilhar?

Celia - Após me aposentar, aposentei muito cedo, muito jovem. Já era uma colaboradora da então Casa do menor de São Vicente. Assim que aposentei me convidaram, se não queria ir colaborar como voluntária, organizando os grupos de pessoas que poderiam trabalhar na angariação de fundos e foi assim que eu fui prá lá, meio a contragosto. Eu não gostava desse tipo de trabalho, achava que ia me envolver demais e que ia sofrer. Acabei me deparando com uma situação, ela estava para encerrar as atividades, pois faltavam pessoas na diretoria.

O presidente da época estava cansado de correr atrás de tudo o que precisava, faltava um vice.

Na qualidade de colaboradora eu podia participar da de uma assembleia e de lá sai como vice-presidente.

Bertholdo - A senhora pode falar um pouco da origem da Casa? A senhora conhece o período anterior à sua participação?

Celia - Então, na realidade o município de São Vicente, na época Praia Grande pertencia a São Vicente, não havia sido feita a emancipação política de Praia Grande. Agente vê pelas atas, pela documentação, que na época os juizes, delegados, as pessoas que trabalhavam nessa área eram os mesmos.

Foi constituída como Casa de recuperação do menor em 1974, formalmente construída, na verdade começaram a trabalhar para que pudesse ter um espaço de atendimento dessas crianças. Agente tem relatos que existia, como existe até hoje o LAM (Lar de acolhimento de meninos e meninas). Era de bebês até os sete anos, as outras crianças iam para o município de Santos, iam para a Casa da Criança, Educandário Anália Franco. Conheço inclusive crianças que moraram lá e hoje são profissionais desse serviço em São Vicente.

Então foi criada essa Casa de recuperação, foi cedido um terreno muito grande, onde seriam acolhidas essas crianças e adolescentes, passou muito tempo e não conseguiram viabilizar a construção do prédio, isso tá documentado.

Passou muito tempo e só passaram a receber crianças quando Clube Soroptimista construiu um prédio e o cedeu em comodato em 1985, só a partir daí que teve crianças. Esse período todo a instituição estava legalizada mas não tinha onde colocar as crianças.

O espaço que foi cedido para constituir o prédio o Município negociou com o Estado para que no dia que tivesse uma sede, um espaço a prefeitura cederia os funcionários. Aquele terreno foi negociado dessa maneira, está tudo documentado. Hoje funciona o 2º DP (Polícia Civil) e o presídio feminino.

Bertholdo - Fica na Cidade Náutica?

Célia - Na Cidade Náutica e a Casa Crescer e Brilhar na Rua Dom Duarte da Costa no Jôquei Clube, um bairro muito populoso.

O Clube Soroptimista criou esse prédio para atender uma demanda de crianças por escola. É um prédio com dois pisos, com salas feitas para funcionarem como salas de aula, só que não conseguiram.

Quando construíram o prédio ficou fechado e só foi reaberto com a assinatura desse contrato. O Clube Soroptimista foi de grande valia, tem o comodato até 2032.

A Casa em 1984, como foi criado o Serviço de Recuperação de Menores, mudou-se para Casa do Menor de São Vicente, antes era Casa de Recuperação do Menor, conforme a lei daquela época; era uma estrutura imensa para cento e não sei quantas crianças. Era muito confundido com a FEBEM, chamava de “febemzinha” e tinha um estigma muito ruim nessa época, as pessoas tinham até medo de passar por ali.

Quando foi criada uma das coisas que a diretoria da época fez foi mudar para “Casa do Menor de São Vicente” como tinha em Santos, Guarujá, Cubatão. Casa do menor.

Bertholdo – Era esse o termo?

Celia - O Serviço de Acolhimento era Casa do Menor. Agente conseguiu depois de muito tempo, em 2004, mudar o nome para Casa Crescer e Brilhar, nome escolhido pelas crianças que moravam lá.

Existe uma história muito rica relatada em atas, nos TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso) de quem fez História, Serviço Social – várias pessoas acharam por bem fazer seus TCCs em cima do Serviço de Acolhimento. Eu entrei lá em 1998 e continuo lá até hoje.

Bertholdo – E as Soroptimistas? A origem das Soroptimistas? Como elas se instalam em São Vicente? Elas é que deram conta do prédio e do acordo de comodato do prédio.

Celia – O Clube Soroptimista de São Vicente foi criado em 1969. O que Clube Soroptimista? É um clube de servir, como Lions, Rotary. trabalho o empoderamento da mulher. Tudo, trabalha-se com a mulher que é a base do lar não é? A mulher. Ele é internacional, foi criado nos EUA em 1921. Para o Brasil foi trazido pela Bertha Lutz, grande cientista. Foi ela quem trouxe para o Brasil

Aqui em São Vicente tem o Clube de Santos, que é um padrinho mais velho e que muitas mulheres de São Vicente; professoras, advogadas resolveram criar o Clube de São Vicente e na época elas acharam que era muito importante ter uma escola, que infelizmente não deu, que hoje é a APAE.

Bertholdo - Uma escola para deficientes.

Celia - Isso. Só que elas não conseguiram tocar voluntariamente. Conseguiram um grande feito que foi construir o prédio. Meu Deus, se não tivesse esse prédio como seria? Não conseguiram voluntários para a escola. Até deram um nome para a escola - Escola Celula Mater. - Escola de Excepcionais Célula Mater, não conseguiu ir para frente. Agora... eu sou Soroptimista, a maioria das pessoas, técnicas da Casa (Crescer e Brilhar) que entenderam que o propósito do Soroptimismo, todo o serviço que nós fazemos com as famílias; o empoderamento da mulher(...)

Interrompida pelo som do telefone.

Bertholdo - Estava falando dessa questão do empoderamento da mulher no trabalho das Soroptimistas.

Celia - Sim. Nós temos vários prêmios e projetos que pertencem ao Clube Soroptimista e que a Casa Crescer e Brilhar recebeu várias vezes. Nós recebemos quatro prêmios do EUA pelo trabalho com famílias. O que agente entende é que o trabalho feito na Casa Crescer e Brilhar, não é só um serviço de acolhimento.. Que graças a Deus, depois desse reordenamento feito pelo MDS.

Bertholdo - O que significa essa sigla?

Célia - Ministério do Desenvolvimento Social. Que nenhum serviço de acolhimento pode ter mais de vinte crianças. Graças a deus. Já tivemos que atender naquele espaço quarenta e três crianças. Quanto mais espaço você tem, mais camas, mais crianças você tem.

Estamos em um município que segundo dados do IBGE; possui um terço da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Se você entrar lá no IBGE vai verificar isso.

Estamos hoje desenvolvendo um serviço de fortalecimento de vínculos na área continental de São Vicente. As crianças que vem para o Serviço de Acolhimento vem de lá.

Dentro da política habitacional, todas aquelas crianças, aquelas famílias que moravam na Vila Margarida, de áreas que foram sendo aterradas. Depois de vários incêndios criminosos

na Vila Margarida, essas famílias foram retiradas de lá e levadas para a área continental. Não é que as crianças moravam lá, elas são de famílias da parte insular e as famílias estão lá.

Bertholdo – No passado vocês percebiam que boa parte das crianças atendidas eram da Vila Margarida?

Celia – Sim. Temos registros que as crianças vinham todas da Vila Margarida, do México 70.

Bertholdo – Tem uma área também denominada comporta.

Celia – A maioria dali foi removida da Vila Margarida para a área continental. Essas crianças foram removidas de um lugar para o outro com suas famílias.

O município não dá conta de um serviço social. Na Área Continental são mais de 100.000 pessoas, população maior do que qualquer cidade do interior. Cidades do interior, legalmente constituídas com prefeito, são bem menores do que a Área Continental. Faltam escolas, equipamentos de lazer, a cultura não consegue cobrir isso.

Essas crianças estão lá, hoje agente trabalha com esse serviço de convivência e restabelecimento de vínculos, porque agente detectou que ou trabalha muito forte ali ou vai precisar de muitos serviços de acolhimento.

Você tem que criar outros serviços, temos documentado que através desse trabalho com as famílias, deixamos de trazer dez crianças para o abrigo, deixaram de vir para o serviço de acolhimento. O que é isso na vida de uma pessoa? Imagina dez crianças morando em abrigo?

Bertholdo – Por períodos longos.

Celia - Longos.

Bertholdo – entrou ali, o sistema(...) O fato de não ter entrado é muito significativo.

Celia - Sim.

Bertholdo – Em qual ano foram vistos esses dados?

Celia - Começamos a trabalhar com as famílias, foi muita luta não é? Por que trabalhar com famílias? Vimos que era aporta de entrada das crianças para o Serviço de Acolhimento.

Não é possível ter quarenta e três pessoas num espaço que lei hoje não pode ter mais de vinte e tínhamos quarenta e três. Como fazer isso? Como alimentar essas crianças e dar uma vida digna?

Não era dar ... como dizia a própria Promotora: “D. Celia, coloca mais colchão” . Não. Colchão eu coloco na minha casa quando vou receber pessoas num final de semana. No Serviço de Acolhimento eu não posso fazer isso. A criança tem que ter o espaço dela, um armário, o espaço dela.

Bertholdo - precisa lazer, sair, fazer atividades.

Celia - Tivemos lá atrás, cortamos isso na Casa. Tivemos professoras. A criança tem que estar inserida na comunidade, sair para sua aula de música, de balé, dança, teatro.

Bertholdo - Ela tem que circular na cidade.

Celia - A Casa teve vários momentos, vários paradigmas para quebrar. Desde a sua criação, desde o nome. Hoje somos um Ponto de Cultura. Como é isso? Abrir as portas para a comunidade entrar, não tem equipamentos de cultura.

Então, assim; é uma miscelânea muito grande, as crianças que estão ali precisam estar inseridas na comunidade e a comunidade não tem espaços.

Bertholdo - Lembra de alguma história que marcou a senhora nesses anos de trabalho na Casa Crescer e Brilhar?

Celia - Olha, agente tem assim muitas histórias, algumas estão em relatórios; o serviço Social da casa é muito bom. O Serviço de Acolhimento só tem que funcionar com o Serviço Social.

Nós sempre tivemos muita sorte de ter uma equipe muito boa, pessoas muito comprometidas; assistente social, psicólogo, pedagogo não é? Historiadores voluntários, pessoas com visão. Quebramos muitos paradigmas, perdemos muitos diretores por querer

mudar algumas coisas. Lembro de uma história que marcou agente; tinha alguma coisa errada, dizia, temos que trabalhar com famílias. Foi quando tínhamos algumas mães, lá de trás, porque agora mudou o perfil. Algumas mães que estavam com AIDS não é? Que seus filhos estavam lá. Hoje é o Crack, antes era a AIDS.

Mães que eram profissionais do sexo e estavam com a doença. Agente sentia; mães com três, quatro filhos no meio daquele monte de criança, de quarenta e tantas crianças, essas crianças sentiam a falta da mãe. Vamos trazer essas pessoas para dentro e tínhamos várias mães com problemas mentais. “ Vamos trazer essas mães para dentro da Casa e trabalhar essas mulheres” . Houve um choque cultural, principalmente de alguns diretores. As pessoas vinham com aquelas roupas que usavam na rua.

O que agente fez? - “Olha, você vai ficar aqui como voluntária. Vai ficar ajudando a limpar, na lavanderia, vai sentar junto com seus filhos, se alimentar” . Agente precisava resgatar esse vínculo dessa mãe com esses filhos. Precisava empoderar essa mulher que não estava sabendo cuidar dela, como ia cuidar de um filho?

Teve um preço que agente ficou sozinho, as pessoas se assustaram. Teve uma mãe que fez com a gente percebesse o caminho é esse; a família. Cuidamos dessa mulher, cuidamos sim. Demos a própria vestimenta dela, da condição que ela estava. “Alguém está cuidando de mim. Eu vou cuidar dos meus filhos” .

Conseguimos um benefício para ela. Ela conseguiu ter um benefício social. Conseguimos alugar um espaço para ela com esse LOAS - Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) . Ela tinha uma mãe com deficiência e ela foi cuidar dessa mãe, mesmo com os problemas que tinha.

Começou a tomar os coquetéis de remédios para a doença, na época já distribuía.

Essa pessoa fez que essa gente cuidasse dos seus filhos. Conseguimos o LOAS para essa Vó também, estivemos na casa dela, teve o acompanhamento da Assistente Social.

Bertholdo – ela foi o indicativo de que tinha algo diferente para fazer.

Celia – Foi. Acompanhamos essa senhora até o seu falecimento e um dos seus filhos hoje, frequenta a Casa Crescer e Brilhar, é casado, tem filhos. Está sempre querendo ajudar.

O trabalho foi ali. D. Janice foi a pessoa que deu pra gente esse norte de trabalhar com famílias.

Como eu te disse; perdemos alguns diretores, mas ganhamos em qualidade.

APÊNDICE C - Entrevista: Luciana Antunes realizada em 23/06/2017.

Bertholdo - Boa tarde.

Luciana - Boa tarde.

Bertholdo - Meu nome é Bertholdo Costa sou historiador, mestrando do programa chamado Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP. Estou fazendo uma pesquisa no nível de mestrado, intitulada Paradigmas do abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil no século XX: a Casa Crescer e Brilhar. Gostaria de te entrevistar. Tudo bem?

Luciana - Tudo bem.

Bertholdo - Estou gravando dessa maneira para que fique como um protocolo. Assumo o compromisso de fazer uma transcrição e trazer essa entrevista pessoalmente, para que você possa adicionar coisas, informações, deixando a entrevista com a qualidade que você deseja. Perfeito assim?

Luciana- Perfeito.

Bertholdo - Pode começar dizendo seu nome completo, idade, se quiser e local de nascimento.

Luciana Meu nome é Luciana de Cássia Antunes. Tenho 46 anos, nasci em Jacarezinho no Paraná.

Bertholdo - Como é que você veio viver em São Vicente?

Luciana - Nós viemos montar uma padaria aqui. Meu pai veio, nos meus 14 anos. Um tio meu tinha uma padaria aqui no bairro do Jóquei inclusive. E aí ele veio gostou do espaço, gostou do local e meu pai veio montar uma padaria. Nós tínhamos uma padaria no Paraná e ele veio montar para cá.

Bertholdo - Você sabe que ano foi?

Luciana - Foi no ano... eu tinha 14 anos... foi em 84 (1984).

Bertholdo - E como é que você trabalhar no serviço de acolhimento?

Luciana - Eu conheci na época, a Célia (Célia Regina Moraes Lima) era presidente, agente se conheceu num grupo espiritual que agente frequenta, um centro espírita. Até hoje desenvolvo um trabalho com os jovens de lá e na época a casa que ela dirigia, que era na época a Casa do Menor, ela tinha quarenta jovens; crianças e adolescentes. Ela pediu para que eu viesse conhecer e procurar como poderia contribuir, dando algum tipo de aula. Agente falava muito sobre virtudes e valores na época e ela queria que a gente pudesse conversar com eles e eu acabei vindo com essa finalidade de voluntária e fiquei como diretora, fiquei duas gestões como diretora da Casa. Até que o administrador precisou sair eles trocaram a administração e a Célia precisava de alguém que conhecesse. Como eu já estava há quatro anos nesse trabalho de voluntária eu tinha as indicações necessárias para a função ela me pediu para que eu viesse. Pedi baixa da diretoria e fui admitida como administradora da Casa

Bertholdo - Qual foi o ano? Você lembra?

Luciana - Foi em 2008 que eu vim para cá.

Bertholdo - Antes de 2008 você era funcionária?

Luciana - Não. Em 2004 entrei como voluntária. Eu fiquei até 2006 como Segunda Secretária, depois entrei como Vice- presidente e saí já para ser admitida.

Bertholdo - Quais as impressões que você tinha sobre quando passou a ser administradora?

Luciana - De muito sofrimento. Porque peguei casa numa época em que nós tínhamos portões com grades, cadeados. Era um grupo de crianças bastante sofridas. Não que agora não seja, mas acho que hoje a gente consegue fazer com que a rede funcione melhor em alguns pontos, aí a criança vem realmente no processo, do seu estágio quando não tem mesmo jeito, não tem

local para ficar, mas antes tinha uma distribuição muito grande de criança, nós tínhamos um número muito grande de crianças e eram um local bastante complicado aqui. Havia essa coisa me impressionou muito, muito grade e são coisas que a gente foi tirando. Hoje agente tem porta, tem portão, mais não tem mais cadeado nas portas. É uma referência, um diferencial que tem, porque havia mais violência, hoje é menos violência. A gente consegue conversar mais com eles né? Naquela época que eu vim para cá não havia muita conversa havia uma imposição muito grande. Eu vim para cá no momento em que nós tínhamos acabado de tirar funcionários da Prefeitura e nós colocamos então a CLT nós fizemos um acordo, na época era o Márcio França prefeito. Fizemos um acordo com ele para que a gente tivesse essa verba que ele disponibiliza, para que a gente pudesse usar com RH e aí a gente passou a contratar e a treinar e capacitar. Então eu acho que isso também melhorou essa vinda da criança para cá, essa coisa de onde estou? Como vai ser minha casa agora? Eu acho que isso ficou mais tranquilo, parecendo uma casa de verdade, deixou de ser um abrigo e a gente tentou trabalhar e tenta até hoje trabalhar no serviço de acolhimento uma coisa mais voltada para um dia a dia de família e não para aquele processo de depósito de criança que era quando a gente chegou aqui.

Bertholdo - Nesse tempo que você veio até agora em 2017, você percebe grandes diferenças nesses encaminhamentos, na forma como eles (crianças e adolescentes) chegam aqui? De outra forma como é que vocês conseguem desacolher? É essa a palavra certa?

Luciana - Acolhimento é essa mesma. A diferença que eu sinto hoje é que a rede, ela está se articulando para ter esse olhar para essa família é só trazer para cá o que for necessário

O que me incomoda hoje? É a criança estar aqui e ela ter uma mãe, ela tem um pai ou ela tem um membro da família que possa acolher, em vez de encaminhar para o Serviço de Acolhimento. Isso me incomoda até hoje. Porque a gente sabe que a criança quer família né? Todo mundo quer família, a criança quer ter um local para chamar de seu e aqui a gente não tem nesse local aqui a gente não tem esse local.

A criança que acaba sendo encaminhada para cá ela perde essa referência de espaço. Estar no Serviço de Acolhimento ela tem o seu quarto mas ela dividi com quatro pessoas. Ela tem o seu guarda-roupa mas então não é o seu quarto o seu espaço e isso eu penso que a criança quer ter o seu espaço, criança e adolescente não é? Então isso a gente, a gente consegue fazer com que essas coisas sejam melhores.

O desacolhimento começa no momento em que a criança chega hoje em dia. Antes demorava muito tempo para que a criança, para que você pudesse entender porque que ela estava aqui, o que estava acontecendo.

Hoje a criança chegou a gente já vai na Vara da Infância buscar, saber o porquê que ela veio para cá e conhecer essa história dessa família e já entrar em contato. Existe um processo no Fórum que dá dois anos de limite para que eu possa devolver essa criança para a família ou justificar o porquê que ela não está. Esse trabalho em comunhão com a rede a gente consegue fazer com que essa criança volte mais cedo para sua casa ou buscar uma família de apoio, um processo de adoção, uma família afetiva. A gente já está hoje bastante envolvido com isso e tem dado muito certo. Tem acontecido muita adoções tardias, adoções de jovens, que a gente nem esperava, o ano passado foi um ano bastante atípico, a gente conseguiu colocar quatro crianças em família, isso foi muito legal. Família substituta porque a família biológica não tinha condições de recebê-los. Mas enfim estão em família e aí onde eles estão, de onde estiverem, eles vão criar o seu alicerce, suas raízes.

Bertholdo – Eles não são adotados, eles têm família. Ficam como famílias substitutas.

Luciana Isso. Famílias substitutas.

Bertholdo – Bom. Eles estão aqui, moram aqui, estudam em escolas da região e como é esse processo com as escolas? Alguns podem ter necessidades especiais como deficit de atenção e outros transtornos que as crianças naturalmente tem, indiferente se estão com a família ou não.

Luciana – Nós temos uma funcionária aqui na secretaria que ela está encarregada de fazer essa parte com a escola. Se ela dá entrada com algum tipo de CID, algum tipo de uso de medicamento a gente faz esse tipo de levantamento, existe um laudo da psiquiatra ou psicólogo, com o motivo para que a criança tome esse tipo de medicamento e esses laudos são encaminhados para a escola. A funcionária faz arte de um projeto chamado “Estação da vida” que dá direcionamento para que o funcionário esteja dentro da sala de aula, junto com o professor, com a coordenadora pedagógica, para entender onde a criança ficaria melhor encaixada.

Bertholdo - Ele (projeto) é da Secretaria de Educação do município?

Luciana- Não. O projeto é nosso, a gente é que tem essa pessoa encarregada disso. Estação da vida cuida não só da escola, também de cursos profissionalizantes, do acompanhamento quando tem alguma deficiência. Por exemplo, a gente tem a Mônica que hoje faz balé para trabalhar a autoestima dela, nós temos o Leonardo que está no SENAC, lá eles trabalham com esses que tem esse grau de dificuldade, eles preparam para o mercado de trabalho. É a Isabel, que é nossa funcionária do “Estação da vida”, que faz esse acompanhamento, do que é melhor para que sejam atendidos pela rede.

Temos “N” problemas na rede, a Seduc tá muito falha, não são todas as salas que tem professor de apoio. A Mônica tem professor de apoio, o Cauã não tem, aí o Cauã foi encaminhado para uma sala especial, aí a gente a gente foi lá questionar. Para ele é mais complicado uma sala especial, já que ele sabe ler, sabe escrever, sabe números. A impressão que a gente tem é que ele vai ficar meio solto ali, quando professor de apoio poderia dar um direcionamento melhor para ele, mas a gente reivindica, vai atrás dos direitos da criança na Seduc, no Conselho tutelar, no atendimento, de dar uma condição melhor.

Eles estão no abrigo, mas tentamos colocar uma condição melhor.

Bertholdo - Hoje residindo aqui quantos são?

Luciana- Hoje estamos com dez, mas temos limite de vinte.

Bertholdo - Desses dez você tem noção de quantos possuem necessidades especiais?

Luciana - Eu tô com quatro.

Bertholdo - Teve um dia que estávamos conversando sobre medicamentos e medicalização na educação entre outros processos. Eles tomam muitos medicamentos?

Luciana - Todos.

Bertholdo - Os dez?

Luciana - Os quatro, cinco que tomam. Um toma um calmante para ansiedade. A gente tem que pensar que o processo de abrigamento é sempre traumático para o jovem, a criança de qualquer jeito, por mais que se explique o porquê que a criança tá lá. Está na verdade violando o direito dela se você trabalhar em cima de um ECA, das leis que estabelecem os direitos da criança e do adolescente, os direitos deles já estão sendo velados quando está dentro do abrigo. O direito dele é estar em família e não no Serviço de Acolhimento, isso é traumatizante. Tirar a criança da família é como se não quisesse mais a criança, a grande maioria precisa de um medicamento, a grande maioria não, todos.

Agora o que nos causa muita estranheza é que tem vezes que o menino entra aqui com muitos medicamentos. Tem um menino que toma umas dez qualidades de remédios por dia. É um para o estômago, outro que combate outra coisa.

Bertholdo - O efeito do primeiro.

Luciana - É, mas acontece, esses quatro tem CID, tem realmente o acompanhamento com psiquiatra e fazem acompanhamento se eles precisam ou não daquilo. Eles já vêm pra cá tomando esse tipo de medicamento fortíssimo.

Bertholdo - Desse número de dez, você tem o número de quantos estão na série ideal com a idade?

Luciana - Eu tenho dois, tenho 3. A Taís está também, mas ela tem uma dificuldade muito grande.

Bertholdo - Na idade, por exemplo, onze anos no sexto ano?

Luciana - Perto da idade. Léo tá fora, Mônica tá fora, Cauã tá fora.

Bertholdo - Todos possuem família ou são órfãos?

Luciana - Todos tem família.

Bertholdo - Mãe, pai, tio ou irmão?

Luciana – Sim todos.

Bertholdo – Considerando a sua experiência aqui dentro, quando você vai até os outros serviços de acolhimento da cidade qual é a sua impressão?

Luciana - A impressão é que nós estamos mais avançados, por nós termos esse trabalho direcionado de buscar essa família e buscar entender o por que dessa criança não estar lá. Aí eu pego até por um processo pessoal meu que eu questiono - de ainda não termos leis que obriguem essas famílias, não é obrigar a amar, obrigar a estar é obrigar a amar? Não. Eu tenho que obrigar a pessoa a de alguma forma estabelecer um vínculo, porque quando a criança faz dezoito, o adolescente faz dezoito ele tem que ir para algum lugar. É para essa família que ele vai, são raros os casos daqueles que criam uma autonomia. A grande maioria retorna para esse lar e aí retorna sem vínculos, hoje não tem nenhuma lei que fale para essa família, que faça um trabalho para essa família receber essa criança de volta, receber esse sobrinho ou esse irmão. Isso é uma falha do sistema.

Porque se eu tenho uma lei que obriga um pai a pagar uma pensão alimentícia e a avó a pagar caso o pai não tenha como pagar, porque eu tenho uma lei que obrigue a família - ou você paga uma pensão ou fica ele. Não é o ficar por ficar - vamos trabalhar essa família para ela entender a necessidade dessa criança estar num lar.

Agente sempre brinca que todo o grande menor infrator ele foi uma criança um dia e que se tivesse sido tratado com muito carinho ou com, pelo menos, um respeito merecido, talvez ele não se tornasse aquele menor infrator, ele seria uma outra criança.

Agente tem que tentar trabalhar numa outra possibilidade, eles se tornam esse grande problema lá na frente porque não foram trabalhados os problemas que necessitava. Isso é fato, faço parte do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e é o agente ouve lá, dessa criança que foi abandonada lá atrás e aí ele se tornou um problema lá na frente. Se ela tivesse sido cuidada no começo, com certeza, com certeza. A criança, você tem muitos jeitos de lidar com ela e de explicar as coisas para ela. Se ela for marcada pelo ódio, pela raiva, pela mágoa ela vai replicar isso lá na frente. Se ela for marcada por carinho, atenção por mais problemas que ela vivencie, se ela entende que ela tá num meio em que as pessoas a respeitem, ela vai replicar isso também, com carinho, respeito, então não vai se tornar um problema.

Ah! Mas vai ter dificuldade na escola. Tá, mas né e aí? Todo mundo nasceu para ser 100 % na escola?

Bertholdo – As famílias também tem uma responsabilidade no estudar?

Luciana - Muitas vezes a pessoa começa na escola não é? A escola deveria ser um grande apoiador nosso, mas não é. A gente tem grandes problemas na formação desses professores eu até nem culpo eles eu culpo o próprio processo, essa mudança de secretarias, de SEDUCs que acabam não compreendendo essa mudança de comportamento do jovem hoje não é? Sinto falta dessas conversas com professores para entender qual a sua dificuldade. Estou falando no âmbito do Conselho Municipal da Criança (CMDCA). Muitas vezes a SEDUC não participa dessas reuniões. Agente fica sem saber como atinge essa criança que não está aqui no abrigo hoje, mas lá fora eles estão juntos na mesma sala de aula, esse intermediário acaba acontecendo, as crianças trazem os seus colegas aqui para fazer lição de casa e também saem para fazer na casa deles, tem uma interligação, os problemas, as cobranças são as mesmas. O jovem de hoje é mais interativo, então se você não souber lidar com ele, na sala de aula, ele não vai ficar. Ele já traz toda essa bagagem de mágoa e abandono e se não tiver uma forma de entreter ele não vai ficar.

“Ai... há uma evasão escolar” . Então ela acontece, ele fica cinco horas na escola, precisa ter um atrativo para ficar na escola, se não tiver não fica. Agente tem problema de evasão sim. A criança já chega aqui com problema do abandono, por ter passado de um abrigo para outro, foi morar com uma tia e não deu certo, foi morar com outra e depois veio para cá. Fica um ano sem estudar, perdeu um ano, há uma evasão pelo processo que a própria família proporciona.

Quando tá na sala de aula chega atrasado. Nós tivemos um problema com um menino no ano passado, grandão (risos) mas que tinha a mentalidade de terceira série (Ensino Fundamental I), mas não tinha condições de ficar na terceira série. A SEDUC não proporcionava ainda o EJA não, o Sesin para menores de dezoito. E aí? O menino vai ficar sem estudar? São casos que agente vive aqui e que sente falta de um apoio lá fora para ajudar essa criança. Diminuição de danos. Como é?

Bertholdo – Redução de danos.

Luciana – Redução. A gente tenta trabalhar essa redução de danos o tempo todo, o tempo todo, o dia inteiro.

Bertholdo - E o futuro do acolhimento? Consegue enxergar?

Luciana - Se você perguntar o que eu gostaria que acontecesse é que não existisse mais abrigo, que todo município se voltasse para o trabalho em família. Com pessoal – assistente social, psicólogo trabalhando região, bairro a bairro, (Cita um exemplo) famílias do Jóquei.

Pode até ter um trabalho de contraturno.

Bertholdo - A maior parte das dez (crianças e adolescentes) que estão aqui são de qual região da cidade?

Luciana - Da área continental.

Bertholdo - Os dez? Não tem nenhuma criança da área insular?

Luciana - Então (...) quando (...) há uns dez anos atrás (...) interessante essa sua pergunta, foi feito um levantamento pela nossa Assistente Social e há uns dez anos atrás nós tínhamos esse número de trinta, quarenta crianças, noventa por cento eram da Vila Margarida. Hoje por conta da área continental ser um lugar mais viável economicamente, tem a questão do tráfico (drogas). Hoje noventa por cento é da Vila.

Bertholdo - Da Vila (Margarida) não. Quer dizer da área continental.

Luciana - Isso. Área continental. É um caso ou outro. Tem o Cauã (criança residente na instituição) que é aqui do Jóquei. Um caso ou outro que a criança se encontra aqui. Mas noventa por cento é da área continental.

Bertholdo - (Interrompido pela entrada da arte-educadora Adonil de Paula). Dá a impressão de que uma parte da população da Vila mudou para lá.

Luciana - Isso aconteceu por conta do tráfico também.

Bertholdo - Isso aconteceu e os problemas de crianças e adolescente mudaram de endereço?

Luciana – Não vou dizer que na Vila (Margarida) não tenha, foi o que a gente conversou. Em todo lugar que não tem atendimento da família vai ter uma criança abandonada, pronto acabou. Mas coincidentemente, a migração para a área continental levou o problema para lá. A nossa Assistente Social possui a maior parte dos contatos; ir lá, saber e tal, são feitos lá (bairros da área continental).

Situações muito precárias, de barracos, de palafitas, locais assim, de que não teria condições dessa criança estar lá, apesar de motivo de pobreza não é motivo de abrigamento, mas essa mãe estar lá, faz com que ela não tenha condições psicológicas de estar com essa criança, com esse jovem e acaba que é melhor ele estar no Serviço de Acolhimento que aqui ela não vai ser maltratada.

Bertholdo – Tem alguma coisa que você queria falar e que não perguntei?

Luciana - É. Não. Deixar esse desabafo, que precisa ter mudanças nas leis da criança e do adolescente, que a gente passa como cidadão, deixar clara essa garantia de direitos. Deixar clara a minha visão, pelo tempo que conheço, que eu trabalho no Serviço de Acolhimento, que a criança quer um lar, ela quer um lugar para estar não é? Abrigo não é casa de ninguém, não é o melhor lugar para criança.

Eu tive, digamos assim, essa grande possibilidade de fazer parte da comissão que elegeu os Conselheiros Tutelares em São Vicente, tive esse prazer. Uma das coisas que foi muito falada pelo Dr. Eduardo (Gonçalves de Salles), promotor da infância é que a gente tem que evitar o processo de abrigamento e o que a gente percebe é que muitas vezes a família está muito cansada de lidar com esses jovens e a gente começa a falar de rede, de escola, do que a escola pode ajudar, de segurança, começa a falar da saúde, de todo mundo. De garantia de direitos e não está prevista para a criança que está no abrigo, tá prevista para a criança que está na rua, no semáforo.

É interessante as pessoas saberem que ele não pode ser tirado de lá obrigado. Vai parar uma perua lá e botar dentro, não pode, ela tem o direito de ir e vir, ela tem direito à liberdade de expressão. Eu tenho que entender por que essa criança tá lá. Isso é importante, muito importante, porque eu tenho que ir na intimidade dessa criança, só assim eu livro essa criança de ser um menor infrator amanhã.

Ah! Tem bandido! O que posso fazer para ajudar? Tenho que olhar para essa criança que tá no semáforo sim, não é dar dinheiro.

Se eu tiver oportunidade (...) se cada cidadão fizer isso, ele veria que ia mudar a conduta de todo mundo, se ele pudesse parar e perguntar - Por que você está pedindo dinheiro no semáforo? De onde você veio? Onde mora? - Ah! Mas ninguém tem tempo para isso. É por que ninguém tem tempo para isso que a gente tá na situação que tá.

O meu desabafo é que as coisas só estão melhores por conta do que se faz hoje.

Se não for nos semáforos, que seja nas escolas. Que eu possa me disponibilizar de ir lá entender a dinâmica dessa criança hoje. Vai lá em uma sala de quarta série, tenta entender o que esse professor passa em sala de aula. Por que você faz isso Joãozinho? Por que quebra a carteira? Você vai saber que essa criança apanha na casa dele todo dia, que o pai dele bebe todo dia. - Ah! Mas eu não vou me enfiar na vida desse pai. Não, você não, mas se você souber a escola tem autonomia para chamar esse pai, essa mãe. Ah! Mas eles não vêm, então entra a lei. O promotor, o juiz, deveriam trabalhar essa lei, não é só pôr a criança na escola.

Pega essa mãe para conversar na data da matrícula. Não vai ter que ir fazer a matrícula? Vem cá mãe, como é sua vida? Como é a estrutura/ Ah! Mas eles não contam. A gente tem que trabalhar isso em rede, pro que uma hora essa criança vai aparecer batendo em alguém ou quebrando alguma coisa. Então se a gente quer transformar o jovem, o adulto é trabalhando a criança.

Você não chega para o adulto e diz - não vai mais ser isso depois que ele já se transformou naquilo. É na criança que eu trabalho isso, vamos investir na criança do nosso município e do nosso Brasil.

Bertholdo - Tá bom. Mantenho o compromisso de trazer a transcrição para que você possa modificar ou sugerir informações na entrevista, o que achar necessário. Obrigado.

Luciana - De nada.

APÊNDICE D - Entrevista – Mirella Martina Barros dos Santos.

Realizada no dia 6 de novembro de 2016.

Bertholdo - Olá boa noite Mirella.

Mirella – Boa noite.

Bertholdo - Tem um protocolo que eu preciso gravar. Essa é uma entrevista que será utilizada para dissertação de Mestrado sobre histórico de abrigamento de crianças e adolescentes no país. Meu nome é Bertholdo Maurício da Costa, sou aluno de pós-graduação na Universidade de São Paulo no programa Mudança Social e Participação Política. Essa entrevista então será utilizada na dissertação e poderá também ser utilizada em textos acadêmicos que serão publicados no meio eletrônico ou no meio tradicional de papel. Você concorda com esses termos?

Mirella - Concordo.

Bertholdo - Eu também me comprometo a trazer a transcrição completa da sua fala, da sua entrevista para que você possa conferir, aprovar e fazer modificações. Certo? Tudo bem assim? Podemos começar com você dizendo seu nome completo e o local de nascimento.

Mirella - Mirella Martina Barros dos Santos, tenho 47 anos, nasci dia 16 de Março de 1969.

Bertholdo - Conta um pouco da história de como você se aproximou do serviço de abrigamento aqui em São Vicente. Qual seu papel hoje nele?

Mirella – Eu anteriormente trabalhava em uma creche, participando do Conselho Municipal de Assistência Social, na época, a presidente, ela tem muita proximidade, então me indicou para esse trabalho, que segundo a fala dela, eu possuía o perfil para trabalhar nesse tipo de instituição. Então passei por uma entrevista com o presidente na época, o senhor Jaime e fui inicialmente (..) eu trabalhava só 4:00 h. Fazia 4:00 h. Em uma instituição que era a creche e as outras 4:00 h. na antiga Casa do Menor São Vicente.

Bertholdo - Quando foi isso?

Mirella - Em 1998, entrei em maio de 98.

Bertholdo - Você é Assistente Social?

Mirella - Assistente Social, com formação. Me formei em 1993.

Bertholdo - Na própria faculdade você já demonstrou interesse por isso ou trabalhou com outros setores?

Mirella - Sempre trabalhei na área da infância, da criança e da adolescência. Fiz estágio em um centro de convivência - a Casa do trem.

Bertholdo - Fica em Santos não é? Casa do trem Bélico

Mirella- Fica em Santos, fiquei um ano e aí com a mudança da própria coordenadora eu fiquei mais um ano em outro local, tudo dentro da Prefeitura de Santos num estágio. Aí fui para Administração Regional dos Morros, atuava mais na questão da comunidade, que é uma outra vertente que eu gosto muito e aí com término do estágio, acho que um ano depois eu já iniciei a minha atividade profissional, dentro da infância, na creche sempre trabalhando a infância e a família aí foi depois 98. Na creche entrei em 90, fiquei cinco anos.

Bertholdo - Quais as principais dificuldades que você lembra desse período que você ingressou para trabalhar com infância e juventude? Você pegou o início do ECA.

Mirella - Eu peguei o início do ECA, pequei o final da LBA (Legião Brasileira de Assistência) tudo se dirigia, toda documentação das creches, de qualquer instituição era com a LBA.

Bertholdo - Era muito diferente lidar com a LBA em relação a que foi depois com o ECA.

Mirella - Era muito diferente. Uma que não tinha muito contato, se tivesse assim, uma visitação de técnico para dar um suporte, mas não tivemos isso, era mais o cumprimento de

documentação mesmo. Aí eu peguei o final já, a extinção do primeiro damismo não é? (Risos). E aí surgiu a Secretaria do Bem-estar Social, passou um período e hoje é a DRADS (Divisão Regional de Assistência Social).

Bertholdo - Esse órgão é de qual esfera?

Mirella - Do governo do Estado de São Paulo. São várias DRADS, a nossa aqui é a da Baixada Santista, são nove municípios.

Bertholdo - Sua atuação no abrigo é Assistente Social?

Mirella - Isso.

Bertholdo - No âmbito de município você faz parte de algum órgão, Conselho?

Mirella - Faço parte do Conselho, na verdade iniciei um conselho em Santos, primeiro foi em 1996 porque eu fazia parte da diretoria do Conselho Regional de Serviço social, foram seis anos dentro da diretoria Conselho Regional, conselho profissional, então foi 96 representando este conselho de profissionais aí depois eu vim para São Vicente representando atualmente a Casa Crescer e Brilhar então é a minha vida além da instituição foi dentro de um dos conselhos há mais de 20 anos. Atualmente eu sai da presidência do Conselho dessa gestão, foram dois anos de gestão.

Bertholdo - Sua atuação na Casa e nos conselhos.

Mirella - Atuar em um conselho te dá um embasamento da política social, de toda mudança que está ocorrendo eu acho que houve vários avanços.

Bertholdo - Do período que você começou atuar nos anos 1990 para agora?

Mirella - Hoje, acho que as entidades não se comportam mais de uma questão filantrópica você tem toda uma organização documental tudo em uma visão dentro de uma ótica da política social é uma visão que aquele usuário que utiliza dos serviços da assistência ele é um cidadão né? Olhar que não é mais um olhar de um pedinte que a gente tá fazendo favor a ele,

na verdade é um direito dele, então essas mudanças ocorreram dentro dessa política da Assistência Social, acho que esse foi um grande avanço.

Bertholdo - Essas foram as transformações entre o início do período de atuação e o momento atual?

Mirella - Isso. As entidades que se denominam Terceiro setor, antes eram organizações não governamentais, as ongs, hoje são organizações da sociedade civil - osc (s), então assim eles tem se profissionalizado, o terceiro setor é um dos setores que mais capta recursos humanos para o trabalho. Então ele procurou e fortalecer, se organizar juridicamente. Isso para mim foi um avanço nas políticas.

Bertholdo - Sobre crianças e adolescentes e o período que você começou até agora, ocorreram mudanças nos motivos que levam uma criança a chegar ao setor de abrigamento? É assim que devemos chamar serviço de abrigamento?

Mirella - Serviço de acolhimento. O perfil hoje (...) essa discussão faz muito tempo que a gente tava conversando. Hoje o motivo maior dessas crianças e adolescentes estarem dentro do serviço acolhimento são seus pais na condição de usuários de drogas e como eles não conseguem dar conta da família né, ela se torna uma vulnerabilidade, mas, na verdade, a família toda tá sendo vulnerável porque o próprio Estado é deixa eles dessa forma não é? Não atende é uma questão da saúde a questão das drogas é uma questão de saúde pública em um outro no outro segundo seria a questão da negligência mesmo com eles mesmos, acaba atingindo seus direitos mesmo e isso leva ao acolhimento. A parte de órfãos é uma dos últimos é raro acontecer, raro muito raro hoje.

Bertholdo - Qual a proporção de órfãos?

Mirella - Nós atendemos o máximo de vinte, vou pegar a capacidade total de vinte. Você tem um caso.

Bertholdo - E com drogas, qual a proporção de famílias?

Mirella - Proporcionalmente, famílias com problemas com drogas chega a quase 80% por cento.

Bertholdo - Oito de cada dez, tem a família com envolvimento com drogas.

Mirella - Exatamente.

Bertholdo - A droga mais comum é o crack?

Mirella - É crack. Quando a gente inicia um trabalho com a família, a gente entende assim, e essa foi a diferença em uma das primeiras perguntas, não bastava apenas acolher, antes era o abrigar, mudou a terminologia, com essa nova lei do reordenamento, das orientações técnicas, é preciso evitar que fique muitos anos dentro de um abrigo então quando eu cheguei lá trabalhando se instituição eu já encontrei meninos e meninas com dez anos de acolhimento quatorze anos de acolhimento, eles passaram a sua infância, sua adolescência e quase a sua maioridade dentro de um abrigo. Então foram esses avanços também da política, acho que veio também beneficiar isso; máximo dois anos, salvo os casos que realmente ele tem como atingir esses dois anos, ultrapassa mesmo. Mas aí eu observei, atendendo a maioria que são mulheres, atende poucos homens, sempre ausência paterna no atendimento.

Bertholdo - Atendimento que você fala é com a família? Quando consegue contato?

Mirella - Sim quando consegue contato com a família é sempre com as mães e aí grande parte delas apresentavam algum transtorno mental, então foi um dado que me chamou muito atenção na época.

Bertholdo - Isso na época?

Mirella - Na época. Hoje é mais com drogas o que pode levar até a um transtorno mental, mas o que prevalece são as drogas, álcool.

Bertholdo - Esse público vem de fora ou só de São Vicente?

Mirella - De São Vicente.

Bertholdo - Sobre a questão de aproximação reaproximação com as famílias e fortalecimento de laços, vocês tem algum tipo de atividade ou isso é feito pelo judiciário, pela prefeitura.

Mirella - Antigamente fazia-se junto com judiciário Vara da Infância, isso acho que há seis anos, antes da implantação dos Creas e Cras. O que é a importância do trabalho do território com a família e todos, ele é uma unidade estatal que tem essa função de fazer isso junto com as entidades que tá o seu entorno também não é? Mas antes da criação do Cras do Creas era a própria instituição (Casa crescer e brilhar). O judiciário ficou mais condicionado mesmo, na verdade, com a questão processual. Apesar delas (funcionários do judiciário) fazerem atendimento, as visitas. Mas não tinha isso também na época né? Tinha um plantão social. Agora com essa questão do trabalho com a família, qual era o olhar? Que não era apenas acolher as crianças e o adolescente, mas automaticamente acolher a sua família, porque eles passaram tantos anos dentro de uma instituição que na hora de desacolher era a coisa mais difícil. O vínculo deles era tão forte com a instituição, que ao retornar à sua família se encontravam a sua família do jeito pior do que tinham deixado uns dez anos atrás. Então qual é a proposta do trabalho do abrigo? Trabalhar junto. Então foi ganho? Foi em muitos casos a gente acelerou o tempo deles.

Bertholdo - Para que ficassem um menor tempo no abrigo.

Mirella - Isso. Até recentemente, teve um que foi muito difícil desacolher, por conta disso (*longo tempo de vida dentro de instituições*) não conseguia mais voltar, se adaptar com a sua família, de tantos anos que estava dentro do serviço de acolhimento não conseguia enxergar mais.

Bertholdo - A instituição mudou? Além dessas questões de acolhimento, no seu contato diário com o judiciário, com o CRAS e o CREAS a instituição mudou sua prática do tempo que você trabalha né você percebe mudanças na Casa Crescer e Brilhar?

Mirella - Acho que de uns tempos pra cá sim, mas ainda (...) eu acho que a instituição vulnerabiliza muito a questão deles. Quando são desacolhidos ainda mantém vínculos, a instituição acaba ajudando a manter essa dependência, não se desvincula não sai.

Bertholdo - Quando eles saem de lá? Não consegue trabalhar autonomia desse jovem?

Mirella - Isso

Bertholdo - E onde você apontaria essa falha na autonomia? Ele não estuda na instituição, ele vai para escola?

Mirella - Antes, quando entrei lá eles faziam tudo lá dentro. Eles iam para escola mas tinham professoras que acompanhava lá dentro, no contraturno vamos dizer, tinha duas professoras cedidas pela prefeitura, junto com outros funcionários. Isso não dava uma sensação de residência. Com o ECA ali ficou um espaço de moradia, eles tem que fazer atividades de formação escolar, profissional fora da instituição. Houve essa alteração, essa mudança.

Outro avanço, para aqueles que não conseguiram voltar para suas famílias, foi a busca de sua autonomia mesmo, alguns conseguiram fazer faculdade, outros não.

Acho que a dificuldade da aprendizagem mesmo, acredito que até pelo histórico, a forma como foi feita a gestação, muitos possuem dificuldades intelectuais, nos estudos por conta do uso de drogas pelas mães durante o período de gestação. A criança nasce com uma debilidade, alguns com a síndrome do alcoolismo fetal.

Bertholdo - Já nascem com uma dependência?

Mirella - Exatamente, junta com a desorganização familiar a criança não se organiza na escola. Ficam um período sem ir para escola, chegam na instituição e não criaram o hábito. Agente pegou adolescentes com quatorze anos que não eram alfabetizados.

Bertholdo - Eles acabam não tendo as mesmas chances de adolescentes que vivem com as famílias.

Mirella - A dificuldade de ingressar num curso profissionalizante porque a escolaridade não bate com a idade. Saem com um monte de desvantagens. O período deles dentro do abrigo passa muito rápido, ou agente prepara para a profissionalização ou (...) As famílias não

conseguem manter. O problema é maior com os meninos, acho que isso é histórico, a maioria é de meninos.

Bertholdo - A maior parte são meninos?

Mirella - Sim, tanto que existem mais vagas masculinas do que femininas.

Bertholdo - Você consegue ter um número de quantos conseguem deixar a instituição, com, pelo menos, o ensino fundamental completo nesse ano?

Mirella - Tem sim, alguns conseguem. Mas estão no 9º ano.

Bertholdo - Ou que esteja regular com a idade, deixando o 3º do Ensino Médio?

Mirella - temos hoje morando doze. Com idade regular na escolaridade temos quatro. Tem um que está fazendo por eliminação de matérias, 7º, 8º e 9º Anos.

Bertholdo - Entendi. Esse já está fora da idade.

Mirella - É. Um que tem quinze e está no 9º ano. A outra tem quinze e também está no 9º Ano. Tem uma com quatorze e no 6º Ano. São quase todos com um ou dois anos de defasagem, mas todos no ensino fundamental.

Bertholdo - Certo. O que você acha sobre o futuro desse Serviço de Acolhimento? Ele continuará dessa forma ou terá mudanças? Você já traçou uma mudança razoável dos anos 1990 para cá.

Mirella - Olha (...) dos demais eu não tenho como dizer.

Bertholdo - Você diz dos outros abrigos do município.

Mirella - É. O outro é um serviço do município, municipal. Ele cumpre o que está lá. A nossa preocupação é, pelo menos, atender além daquilo que já é previsto nos direitos deles

que estão no ECA. Por isso temos a visão de ter projetos para fortalecer a família, fortalecer a questão cultural. A educação e a cultura trazem uma formação tão grande, ajuda no crescimento deles pedagógico, intelectual, cognitivo essa é a nossa visão. Quanto à instituição (Casa Crescer e Brilhar) ela está hoje em um processo de mudanças por questões econômicas, hoje ela não consegue atender no quesito recursos humanos.

Bertholdo - Funcionários?

Mirella - A instituição não consegue cumprir a folha de pagamentos e assim não pode dar sua contrapartida pela defasagem na verba dos convênios desde 1999. Tudo aumentou; custos, dissídios e os repasses continuaram os mesmos.

Isso nos fez refletir que se relamente agente nesse caminho mesmo do acolhimento, sendo que o trabalho é com a família. Os que estão lá poderiam estar com suas famílias, tendo um trabalho com eles ou uma família extensa também. Hoje o abrigo está repensando um novo caminho; uma casa lar.

Bertholdo - Uma casa lar o que seria?

Mirella - Antigamente usavamos os termos "pai" e "mãe" social. Por não utilizar os termos pai e mãe já que ninguém é pia ou mãe deles, usamos os termos de educador ou cuidador residente, um casal ou duas pessoas, duas mulheres, que residam com eles em uma casa com três dormitórios, sua cozinha, seu banheiro, uma casa comum, número máximo nesses casos é de dez. Esses educadores atenderiam as necessidades deles, que passem esse período no mais próximo de uma casa e não de uma instituição. Quanto mais se institucionaliza mais se perde a nossa identidade - parece que a sua roupa é sua e de todos, todos os objetos também é aquela coisa de um pegar os objetos dos outros. Eles tem as suas necessidades, tem todo um motivo para isso. Agente procura personalizar o máximo possível, no máximo são vinte. Hoje a diretoria da Casa Crescer e Brilhar está amadurecendo para essa mudança, de não ser um Serviço de Acolhimento Institucional. A Casa Lar também é um Serviço de Acolhimento.

Bertholdo - Ea supervisão seria feita por quem?

Mirella - Pela equipe técnica, mas a casa ficaria separada da equipe técnica. Usar o outro espaço, o que você conhece, mais com oficinas, com trabalhos diretos com as famílias, com as mulheres já que a maioria é de mulheres. Isso ainda está no plano das ideias. A tendência de todas essas dificuldades é levar para mudanças.

Bertholdo - O econômico não dá conta, o repasse de dinheiro dá conta, nem o tipo de atendimento.

Mirella - Tem que modificar.

Bertholdo - Tem alguma coisa que eu não perguntei para você e que você quer dizer sobre a sua trajetória?

Mirella - São dezoito anos não é? Costumo dizer que já alcancei a maioridade, dezoito anos de acolhimento. Houve avanços, mas acho que precisa (...) modificar quem está na gestão, o fundamental é a questão da gestão de um serviço de acolhimento que não é fácil. Necessita mais a capacidade de entrega e de acreditar e a formação melhor desses educadores.

A maioria do nosso número de atendimentos é de adolescentes dos quatorze aos dezesseis anos, agente atende pouca infância. É um público que vem de uma formação deles mesmo, do processo deles de ser humano.

Bertholdo - É uma fase difícil de reconhecimento.

Mirella - Difícil é o lidar com essa fase, eles não conseguem. A dificuldade maior é a de dialogar.

Bertholdo - Como é a formação dos educadores?

Mirella - A Casa tem um Projeto Político e Pedagógico, dentro disso tem a formação do histórico de uma instituição de acolhimento, das questões familiares e de que não sejam feitos julgamentos. Precisam entender que cada um tem a sua história - começa por aí. Sobre as idades cronológicas, importante entenderem o que cada um manifesta naquele ciclo. As questões de vulnerabilidade, a questão das políticas sociais é importante eles se situarem. Até

porque como eles chegaram a um serviço de acolhimento, a importância do educador de referência daquele jovem, das suas necessidades. Saber sobre o jovem os seus sonhos, de fortalecer o seu projeto de vida, acho que o educador tem que seguir essa linha. Como educar você se você já tem quatorze anos de idade?

Bertholdo - Ele já tem toda uma bagagem.

Mirella - Toda uma bagagem. Então assim, como educar esse jovem, precisa saber das suas dores, suas tristezas, alegrias. O primeiro momento é vincular com ele. Precisa um educador com essa visão, isso ainda não está acabado.

Bertholdo - Ainda não tá lapidado isso, ainda falta?

Mirella - Alguns sim, se for ver no todo não.

Bertholdo - Muito obrigado pelo depoimento.